



**Escola Superior
de Educação**

Politécnico de Coimbra

A intervenção socioeducativa como estratégia na capacitação de mulheres vítimas de violência doméstica – Estudo de caso da Casa Abrigo VeraVida

Departamento de Educação, Desporto e Intervenção Social

Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local



**Escola Superior
de Educação**

Politécnico de Coimbra

Cristiana Pereira Ramalho

A intervenção socioeducativa como estratégia na capacitação de mulheres vítimas de violência doméstica – Estudo de caso da Casa Abrigo VeraVida

Dissertação de Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local apresentada ao Departamento de Educação, Desporto e Intervenção Social da Escola Superior de Educação de Coimbra para obtenção do grau de Mestre.

Trabalho realizado sob a orientação da professora com título de especialista Raquel Margarida Mendes Monteiro da Costa

Outubro, 2023

Dedicatória

O caminho para atingir a plenitude feminina começa e acaba em nós mesmas. “Porque por detrás de uma grande mulher, há sempre uma grande mulher: ela própria” (Etxebarria, 2000).

Dedico este trabalho académico a todas as mulheres, principalmente às técnicas e utentes da Casa Abrigo “VeraVida”.

A intervenção socioeducativa como estratégia na capacitação de mulheres vítimas de violência doméstica – Estudo de caso da Casa Abrigo VeraVida

A violência doméstica é um problema social que existe há vários séculos, afetando, não só as suas vítimas diretas, mas também as suas famílias e comunidades. É um fenómeno complexo, estabelecido através de desequilíbrios de poder, relacionamentos abusivos e, também, desigualdades de género.

Esse problema transcende fronteiras culturais e económicas e, desta forma, todos podem ser vítimas. Requer, assim, uma resposta que envolva não apenas intervenções individuais, mas também estratégias grupais através de mudanças sociais e educacionais para prevenir e lidar com a violência doméstica.

Esta dissertação pretende que a intervenção socioeducativa com vítimas de violência doméstica em casa abrigo seja cada vez mais visível tanto para profissionais como para vítimas e quaisquer outras pessoas interessadas pelo tema.

Foi escolhida uma abordagem qualitativa, em que, com base numa casa abrigo, se verificou as dinâmicas da equipa com as vítimas; os que trabalham com as mulheres em acolhimento; como se estrutura uma casa abrigo; quais as suas estratégias; como as vítimas se sentem com as regras; com as técnicas e com o trabalho desenvolvido. É importante conhecer as histórias de vitimização e como definiram novos projetos de vida sem violência.

Realizaram-se entrevistas semiestruturadas a cinco Mulheres em acolhimento, assim como a duas técnicas que estão permanentemente na instituição. A par das entrevistas, as Mulheres em acolhimento também foram confrontadas com questões mais objetivas sobre a sua idade, profissão, relação com o agressor, tipo de vitimização, entre outras. Ainda se estabeleceu, como estratégia, a observação participante com recurso ao voluntariado na instituição, em que se conseguiu perceber o dia-a-dia das utentes em acolhimento, assim como o trabalho das técnicas com as mesmas.

Concluiu-se, essencialmente, que existe uma necessidade de se investir cada vez mais nesta área, para que se conheça o trabalho desenvolvido e se saiba como intervir, cada vez melhor, junto das mulheres em acolhimento, vítimas de violência doméstica. Através de uma equipa multidisciplinar, pretende-se capacitar a vítima a nível socio-emocional, promovendo a independência e autoconfiança, e também atuar a nível jurídico e psicológico, intervindo, assim, em todas as necessidades da vítima.

Palavras-chave: Casa abrigo, Vítima, Mulher, Violência doméstica, Capacitação

Socio-educational intervention as a strategy for empowering women victims of domestic violence - A Case Study of the VeraVida Shelter

Domestic violence is a social problem that has existed for centuries, affecting not only its direct victims, but also their families and communities. It is a complex phenomenon, established through power imbalances, abusive relationships, and gender inequalities.

This problem transcends cultural and economic boundaries and, as such, everyone can be a victim, thus requiring a response that involves not only individual interventions, but also group strategies through structural and educational changes to prevent and deal with domestic violence.

This dissertation aims to make socio-educational intervention with victims of domestic violence in sheltered housing increasingly visible to professionals, victims and those interested in the subject.

The aim was to take a qualitative approach in which, based in a shelter, we looked at the dynamics of the team with the victims, what they do with the women in care, how the shelter is structured, what its strategies are, how the victims feel about the rules, the techniques and the work carried out. The stories of victimization are also important to know, as well as how they defined new life projects without violence.

Semi-structured interviews were carried out with five users in foster care, as well as with two technicians who are permanently at the institution. Alongside the interviews, the users were also asked more objective questions such as their age, profession, relationship with the aggressor, type of victimization, among others. Participant observation was also established as a strategy, using volunteers at the institution, where it was possible to understand the day-to-day life of the host women, as well as the work of the technicians.

The main conclusion was that there is a need to invest more and more in this area, in order to learn more about the work carried out and how to better intervene with victims of domestic violence. Through a multidisciplinary team, the aim is to empower the victim on a socio-emotional level, promoting independence and self-confidence, and also act on a legal, social and psychological level, intervening in all the victim's needs.

Keywords: Shelter, Victim, Woman, Domestic violence, Empowerment

Índice

A)	Introdução	viii
B)	Enquadramento Teórico	xi
1.	Violência doméstica - Enquadramento	xii
2.	A violência doméstica internacionalmente.....	xv
3.	Estatísticas: violência doméstica em Portugal e internacionalmente	xix
4.	Tipos de violência	xxiv
5.	Consequência da violência doméstica	xxv
C)	Enquadramento Legal	xxviii
1.	Vítima	xxix
2.	Violência doméstica	xxxí
3.	Planos nacionais contra a violência doméstica.....	xxxii
4.	Casa abrigo	xxxvi
5.	O encaminhamento das vítimas para a casa abrigo	xxxvii
6.	Intervenção com a vítima na casa abrigo.....	xxxviii
D)	Práticas de Animação Socioeducativa, Educação de Adultos e Desenvolvimento Local ..	xl
1.	Intervenção socioeducativa	xli
2.	Educação de adultos e o desenvolvimento local	xliii
E)	Enquadramento Institucional	xlvi
1.	Casa Vera Cruz (CVC).....	xlix
2.	Valências/serviços da Casa Vera Cruz (CVC)	xlix
3.	Casa Abrigo “VeraVida”	li
F)	Enquadramento Metodológico	liv
1.	Estudo de caso	lv
2.	Questão inicial e objetivos do estudo	lix
G)	Enquadramento do Público-Alvo	lx
H)	Apresentação dos Resultados	lxiv
I)	Conclusões Finais	lxxviii
J)	Bibliografia.....	lxxxiii
K)	Anexos	xc

Lista de Siglas, Abreviaturas e Acrónimos

1. VD - Violência Doméstica
2. CVC - Casa Vera Cruz
3. CVV - Casa VeraVida
4. APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
5. CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
6. RNAVVD - Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica
7. OMS - Organização Mundial de Saúde
8. ONU - Organização das Nações Unidas
9. PNCVD - Plano Nacional contra a Violência Doméstica
10. CEJ - Centro de Estudos Judiciários
11. UE - União Europeia
12. INE - Instituto Nacional de Estatística
13. SIVVD - Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica
14. CEDAW - Convention on the Elimination of all Forms of Discrimination Against Women -
Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres
15. CATL - Centro de Atividades de Tempos Livres
16. CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
17. CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes
18. POAMPC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas
19. MICUA - Migrantes, Cultura e Artes
20. MIGLING - Migrantes e Língua
21. PLE - Português Não Formal como Língua Estrangeira
22. STAF - Serviço Transversal de Apoio às Famílias
23. DGERT - Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

Índice de Figuras

Figura 1 - Proporção de agentes/suspeitos/os identificadas/os em crimes de violência doméstica contra o cônjuge ou análogo registados pela PSP e GNR, percentagem por sexo; anual; INE (Instituto Nacional de Estatística)	xx
Figura 2 - Acolhimento na Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica - CIG (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género).....	xxi
Figura 3 - Homicídio voluntário em contexto de violência doméstica - CIG (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género)	xxii
Figura 4 - Crimes registados pelas polícias: violência doméstica contra cônjuge ou análogo - Pordata - Estatísticas.....	xxiii
Figura 5 - População analfabeta por sexos e ano – Pordata - Estatísticas.....	xliii
Figura 6 - Idade das utentes	lxvi
Figura 7 - Escolaridade das utentes	lxvi
Figura 8 - Relação com o agressor	lxviii
Figura 9-Tipo de vitimização sofrida.....	lxix
Figura 10 - Sentimentos aquando da chegada à casa abrigo.....	lxx
Figura 11 - Acolhimento das restantes utentes.....	lxxi
Figura 12 - Regras da casa	lxxi
Figura 13 - Acolhimento das técnicas	lxxii
Figura 14 - Objetivos de vida	lxxii
Figura 16 - Apoio das técnicas	lxxiii
Figura 15 - Apoio jurídico	lxxiii
Figura 17 - Rotina.....	lxxv
Figura 18 - Autonomia e segurança	lxxv
Figura 19 - Empoderamento.....	lxxvi
Figura 20 - Novas ferramentas	lxxvi
Figura 21 - Declaração.....	xcí
Figura 23 - Utente CVV	xciii
Figura 22 - Utente CVV	xciii
Figura 25 - Utente CVV	xciv
Figura 27 - Utente CVV	xciv
Figura 26 - Utente CVV	xciv
Figura 24 - Utente CVV	xciv

A) Introdução

No âmbito do Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local, foi desenvolvido este estudo de caso, que pretende ser inovador e uma referência no âmbito da animação socioeducativa e na educação de adultos e desenvolvimento local.

O tema da violência doméstica é cada vez mais referido no nosso dia-a-dia como um problema social ainda muito presente, sendo imprescindível punir os agressores e capacitar as vítimas de novas ferramentas, que lhes permitam libertar-se de sentimentos negativos resultantes da violência.

Desta forma, o trabalho das casas abrigo é muito importante, na medida em que são um veículo de emergência, no qual as vítimas se sentem seguras. O seu trabalho também fomenta a autonomia e resiliência das vítimas, capacitando-as a romper com o ciclo de violência. Este tema, e em particular o estudo de caso sobre as práticas da Casa Abrigo VeraVida, assume particular importância porque apresenta uma análise da intervenção socioeducativa, considerando a complexidade do tema da violência doméstica e a importância das abordagens multidisciplinares, para lidar com as suas múltiplas dimensões. Assim, através da revisão da literatura e do estudo de um caso prático, pretende-se oferecer ferramentas para os profissionais e os intervenientes que lidam com estas questões tão sensíveis.

Quanto ao trabalho desenvolvido na instituição Casa Abrigo VeraVida, o objetivo foi, desde o início, estabelecer um contacto direto com as mulheres vítimas de violência doméstica em acolhimento. Logo, optámos por um estudo de caso com observação participante, o que permitiu respostas aos questionários e testemunhos nas entrevistas mais facilitados. Conseguiu-se um contacto com as técnicas que trabalham na Casa Abrigo, que explicaram o trabalho que realizam, assim como o funcionamento da casa, e o modo e o momento adequados para se iniciar o contacto com as utentes.

No que respeita à estrutura, este documento inicia-se com um enquadramento teórico, em que se pretende demonstrar a importância do tema, através da definição de violência doméstica de acordo com várias entidades, como, por exemplo, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género - CIG, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - APAV e também com o Conselho da Europa. Posteriormente, é percorrida um pouco da história da violência doméstica, ou seja, quando surgiu como um problema social e como se iniciou a construção das estratégias para o seu combate. É referida também a violência doméstica no plano internacional, aflorando-se o que outros países estão a fazer para combater a violência

doméstica, e verificam-se dados estatísticos da violência doméstica no mundo, em particular, no nosso país. Posteriormente, enumeram-se os tipos de violência doméstica, bem como as suas consequências, e discute-se o apoio necessário às vítimas.

Através do enquadramento legal, define-se o estatuto de vítima e o conceito de violência doméstica. Apresentam-se os planos nacionais existentes contra a violência doméstica e quais as medidas deles decorrentes. É apresentado também o enquadramento legal das casas abrigo, do encaminhamento das vítimas para as casas, e da consequente intervenção com as vítimas.

No tópico seguinte, é enquadrada a animação socioeducativa como metodologia e referenciam-se práticas de intervenção com mulheres vítimas de violência doméstica. Define-se e enquadra-se a educação de adultos, como estratégia que remonta ao pós-25 de abril no nosso país, sublinhando-se a sua importância, no que respeita à educação.

Em termos de enquadramento institucional, explicita-se o contexto da instituição Casa Vera Cruz - CVC, assim como da casa abrigo onde decorreu o estudo desenvolvido, a Casa Abrigo VeraVida - CVV.

Seguidamente, clarificam-se os aspetos metodológicos que orientaram o estudo. Através de características e definições, explica-se a metodologia de um estudo de caso. São definidas também as questões iniciais e os objetivos do estudo. Também se caracterizam os participantes na investigação, mulheres em acolhimento na Casa Abrigo VeraVida - CVV, assim como as restantes utentes da casa, para se obter uma visão global de todas as utentes inquiridas. Finalmente, são apresentados os resultados do estudo, obtidos com base na análise dos questionários, entrevistas e conversas informais realizadas.

Por fim, são apresentadas as conclusões, sendo devidamente justificadas com a apresentação em Anexo das transcrições das entrevistas realizadas.

B) Enquadramento Teórico

1. Violência doméstica - Enquadramento

Neste tópico, enquadrámos a violência doméstica como problemática social de relevo na atualidade.

Os diferentes estudos - e os dados estatísticos existentes -, demonstram como a violência doméstica é cada vez mais frequente. Por consequência, cada vez mais é necessário expor e compreender o fenómeno.

Para tal, começaremos por definir o termo violência doméstica, recorrendo a várias referências pertinentes. Posteriormente, contextualizaremos a violência doméstica de acordo com dados estatísticos atualizados e com o enquadramento legal no nosso país.

São várias as definições encontradas para o termo violência doméstica.

Através da CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género), verificamos que a violência doméstica é um ato de domínio sobre a mulher, em que esta é vitimizada através de vários tipos de agressão ou “discriminação social ou laboral” (Centro de Estudos Judiciários, 2020, p. 32).

Na Convenção de Istambul de 2011, a violência doméstica é definida como:

“Todos os actos de violência física, sexual, psicológica ou económica que ocorrem no seio da família ou do lar ou entre os actuais ou ex-cônjuges ou parceiros, quer o infractor partilhe ou tenha partilhado, ou não, o mesmo domicílio que a vítima” (Conselho da Europa, 2011, p. 4).

A nível nacional, é referida a violência doméstica como, “uma grave violação dos direitos humanos, tal como foi definido na Declaração e Plataforma de Acção de Pequim, da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1995” (Presidência do Conselho de Ministros, 2010).

Para a APAV, a violência doméstica consiste em comportamentos de maus-tratos físicos ou psíquicos praticados uma vez ou várias vezes:

“Sobre cônjuge ou ex-cônjuge, unido/a de facto, namorado/a ou ex-namorado/a ou progenitor de descendente de 1º grau, quer haja ou não coabitação” (APAV, 2012).

São assim exemplos de comportamentos de violência:

“Comportamentos utilizados num relacionamento, por uma das partes, sobretudo para controlar a outra. As pessoas envolvidas podem ser casadas ou não, ser do mesmo sexo ou não, viver juntas, separadas ou namorar” (APAV, 2012).

Todos podem ser vítimas de violência doméstica:

“As vítimas podem ser ricas ou pobres, de qualquer idade, sexo, religião, cultura, grupo étnico, orientação sexual, formação ou estado civil” (APAV, 2012)

Verifica-se, nas várias referências, que a violência doméstica é uma violação dos direitos humanos, consistindo em comportamentos que violentam a vítima de variadas formas, fazendo com que, por consequência, esta se sinta humilhada e diminuída.

Segundo Isabel Dias (2010), no documento Violência doméstica e justiça, a violência doméstica era um caso não considerado pelos tribunais até aos anos 80, quando surgiram temas como:

“A ‘mulher como sobrevivente activa’ à violência doméstica e as ‘explicações sociológicas’ que fizeram entrar na análise do fenómeno outras variáveis (Dias, 2004a:131 cit. por Dias 2010). É inegável que a teoria do ‘desânimo aprendido’ e o conceito de ‘síndrome da mulher batida’ forneceram, numa fase inicial, um enquadramento que permitia interpretar as percepções e acções das mulheres maltratadas. Por outras palavras, permitia situar os seus comportamentos e reacções num quadro de racionalidade e não de aberração “(Dias, 2010, p. 255).

A síndrome da mulher batida em 1970 e também as revoluções feministas da altura vieram chamar a atenção para o sofrimento feminino vivido nas suas próprias habitações e, assim, iniciar o caminho da mulher contra a violência (Dias, 2010).

A violência doméstica é a forma mais frequente de violência sofrida pelas mulheres:

“São atos e comportamentos dirigidos contra a mulher que correspondem a agressões físicas ou sua ameaça, a maus-tratos psicológicos e emocionais, a intimidação e a coação, a abusos ou assédios sexuais, ao desrespeito dos seus direitos na esfera da vida reprodutiva ou da cidadania social” (Centro de Estudos Judiciários, 2020, p. 32).

Isabel Dias identifica também a violência doméstica como algo que existe desde os tempos medievais, referindo que a mulher não tinha qualquer “identidade legal individual, passando a constituir, juntamente com os maridos, uma identidade legal única, cujo representante legal era o homem” (Dias, 2010, p. 250).

No nosso país, a partir da década de oitenta, a violência doméstica foi identificada como um problema social e tornou-se objeto de estudo e de políticas sociais:

“O fenómeno da violência doméstica é uma das maiores contradições da família moderna, já que «se, por um lado, esta assume a realização pessoal dos seus membros, a partilha das tarefas, a igualdade de oportunidades e elevados níveis de comunicação conjugal e intergeracional como dimensões essenciais à sua organização e funcionamento, por outro lado, ela não está completamente desprovida de violência. (...) Devido à regularidade com que acontece e à legitimidade cultural que lhe é atribuída, a violência doméstica tornou-se (...) uma componente quase ‘normal’ da vida familiar” (Dias, 2004, p. 49 cit. por Alvim, 2006, p. 23).

Assim, a violência doméstica, a partir da década de oitenta, foi questionada a partir das acusações feitas, inicialmente, por maus-tratos a crianças. Posteriormente, os maus-tratos a mulheres eram denunciados a partir de organizações como a Associação Portuguesa de Apoio À Vítima, e a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, entre outras (Dias, 2010).

“A criminalização autónoma de ‘maus-tratos’ entre cônjuges surge pela primeira vez no nosso ordenamento com o Código Penal de 1982 (no então artigo 153.º). A interpretação feita pela jurisprudência que se seguiu levou a uma relativa inutilização do preceito, dado que o carácter semi-público do crime significava não só a necessidade de queixa para a abertura de inquérito, mas também a possibilidade de desistência ou perdão e a caducidade num prazo curto do direito de queixa. A interpretação por parte de sucessivos acórdãos das Relações levou a considerar o crime de maus-tratos entre cônjuges como crime semi-público, porque se trataria ‘apenas’ de ofensas corporais, a não ser que fosse provada a existência de ‘malvadez ou egoísmo’, exigência que a disposição continha expressamente no que respeitava a maus-tratos a crianças (T.P. Beleza, Maus-Tratos Conjugais, 1989 cit. por Centro de Estudos Judiciários, 2021). Em 1995 o legislador atribuiu expressamente ao crime natureza semi-pública e em 1998, mantendo essa natureza, instituiu a possibilidade de o Ministério Público abrir inquérito e avançar com o processo no interesse da vítima, podendo esta ainda opor-se até à dedução da acusação. As hesitações do legislador nesta matéria terminaram em 2000, quando mais uma revisão transformou o crime (que, entretanto, fora expressamente declarado

semi-público pela lei) em crime público, sendo na mesma altura prevista a pena acessória de proibição de contacto com a vítima pelo período máximo de dois anos” (Centro de Estudos Judiciários, 2021 p. 15).

Conseguimos, assim, perceber que Portugal está cada vez mais no caminho de compreender e punir a violência doméstica através de legislação mais específica para um tema tão sensível, mas, no entanto, ainda se verificam muitas melhorias a fazer. No capítulo seguinte, problematiza-se como é vista a violência doméstica a noutros países e, posteriormente, referenciamos o enquadramento penal, mais pormenorizado, acerca deste tema.

2. A violência doméstica internacionalmente

Após enquadrarmos a violência doméstica no nosso país, é importante reforçarmos a significância deste tema na Europa e nos restantes países do mundo.

Através do Manual de Recursos - Estratégias de Combate à Violência Doméstica das Nações Unidas, conseguimos verificar que, apesar de a mulher ser o alvo maior de violência doméstica, nem sempre é a mais afetada:

“Embora se possa afirmar que a mulher é a habitual vítima da violência doméstica e que o homem é o habitual agressor, há dúvidas sobre o tipo de pessoas que se supõe estarem envolvidas em casos destes. Há estudos que indicam a existência, em algumas comunidades, de um caso de violência conjugal em cada três casamentos. É um fenómeno que parece não ser desconhecido em nenhuma região do globo” (Gabinete das Nações Unidas, 2003, p. 13).

Ou seja, entende-se que é um fenómeno que afeta todos e que não tem género. Também no manual referenciado podemos verificar exemplos práticos que alguns países do globo estão a realizar no tema da violência doméstica:

“Em alguns estados australianos, foi aumentada a autorização judicial para busca domiciliária, de modo a permitir o acesso da polícia à propriedade privada, quando haja fundadas suspeitas da ocorrência de violência.

A Espanha e Portugal criaram provisões legais específicas para a ocorrência de violência no seio da família.

Na Polónia, segundo o artigo 184.º do Código Penal de 1969, a violência doméstica é considerada um crime, cuja penalização contempla a indemnização por danos. A revisão do Código Penal, de 1992, contém uma provisão semelhante.

Em muitos países europeus, a estrutura legal da instauração de processo judicial, em casos de violência física ou sexual, foi – ou está a ser – revista, de modo a clarificar as definições legais de violência, a responsabilidade do agressor e o interesse da vítima (Gabinete das Nações Unidas, 2003, p. 19).

Verifica-se que, em todos os países citados, a violência doméstica está a ser entendida e os países estão a progredir no que diz respeito a punir os agressores e a salvaguardar as vítimas.

Ainda neste documento citado, há uma referência importante a outras estratégias, como as alterações judiciais, as estratégias da comunidade, o trabalho realizado com os agressores, a formação dos profissionais, entre outros temas que são elencados e que são pertinentes a nível mundial.

Considera-se aqui importante também realçar as novas diretrizes da União Europeia no que diz respeito a este tema:

“Em 8 de março de 2022, a Comissão apresentou uma proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica” (Conselho da União Europeia, 2022).

A diretiva europeia foi assim adotada em 5 de abril de 2022(Conselho da União Europeia, 2022).

Salienta-se:

“(…) As disposições da presente diretiva que dizem respeito aos direitos das vítimas deverão aplicar-se a todas as vítimas de comportamentos criminosos que constituam violência contra as mulheres ou violência doméstica, criminalizada ao abrigo do direito da União ou do direito nacional. Tal inclui os crimes definidos na presente diretiva, nomeadamente [...] a mutilação genital feminina, a partilha não consensual de material íntimo ou manipulado, a ciberperseguição, o ciberassédio, o incitamento à violência e ao ódio em linha e os comportamentos criminosos abrangidos por outros [...] atos da União, nomeadamente as Diretivas 2011/36/UE2 e 2011/93/UE3 do Parlamento Europeu e do Conselho, que definem os crimes relativos à exploração sexual de crianças e ao tráfico de seres humanos para fins de

exploração sexual. Por último, certos crimes previstos no direito nacional são abrangidos pela definição de violência contra as mulheres. Tal inclui crimes como o feminicídio, a violação, o assédio sexual, o abuso sexual, a perseguição, o casamento precoce e forçado, o aborto forçado, a esterilização forçada e diferentes formas de ciberviolência, como o assédio sexual em linha, o ciberassédio ou a receção de material sexualmente explícito não solicitado. A violência doméstica é uma forma de violência que pode ser especificamente criminalizada ao abrigo do direito nacional ou abrangida por crimes cometidos no seio da família ou do lar ou entre os atuais ou ex-cônjuges” (Conselho da União Europeia, 2022, pp. 22-23).

Esta diretiva destaca também a importância das casas abrigo:

“Os abrigos desempenham um papel fundamental na proteção das vítimas contra atos de violência. Para além de proporcionarem um local seguro para permanecerem, os abrigos devem prestar o apoio necessário no que respeita aos problemas de interligação relacionados com a saúde das vítimas, a situação financeira e o bem-estar dos seus filhos, preparando, em última análise, as vítimas para uma vida autónoma” (Conselho da União Europeia, 2022, pp. 32-33).

Como já anteriormente foi referido, a Convenção de Istambul foi muito importante no que toca ao tema da violência doméstica na Europa, pois os seus objetivos são por exemplo:

“Proteger as mulheres contra todas as formas de violência, e prevenir, processar, criminalmente e eliminar a violência contra as mulheres e a violência doméstica; conceber um quadro global, políticas e medidas de proteção e assistência para todas as vítimas de violência contra as mulheres e violência doméstica” (Conselho da Europa, 2011, p. 3).

São referidos estes objetivos porque o cerne da convenção tem a ver com o combate à discriminação, violência contra as mulheres, violência doméstica, entre outros aspetos importantes relativos aos direitos humanos.

A Convenção de Istambul foi adotada em junho de 2023 pela União Europeia. Um marco histórico para a Comunidade Europeia no combate a todas as formas de violência.

Através da ONU, verificamos que a violência doméstica está muito presente no mundo, sendo possível destacar uma notícia obtida através do website da ONU:

“A nação no sudeste da Ásia foi elogiada por avanços na igualdade para mulheres e meninas, especialmente no contexto pós-conflito e na representatividade política. Mas um item ainda preocupa as especialistas da Cedaw: o alto índice de violência doméstica e sexual.

A Comissão afirma que mais da metade das mulheres timorenses com idades entre os 15 e 49 anos sofreram violência física ou sexual de um parceiro do sexo masculino.

Numa entrevista à ONU News, de Lisboa, em Portugal, sobre sua missão ao país europeu, a representante do Fundo de População das Nações Unidas em Timor-Leste, Pressia Arifin-Cabo, comentou sobre a urgência da criação de um sistema de apoio às vítimas no Timor” (Nações Unidas, 2023).

Assim, verifica-se a necessidade de investir em sistemas de apoio às vítimas nos diversos países.

3. Estatísticas: violência doméstica em Portugal e internacionalmente

De seguida, são apresentados dados relativos ao crime de violência doméstica em Portugal e na União Europeia. Os dados retirados do INE (Instituto Nacional de Estatística) e CIG (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género) reportam ao crime de violência doméstica registados no nosso país e aos dados do resto do mundo retirados da OMS (Organização Mundial de Saúde).

No livro Quatro Flagelos que Ameaçam Portugal, o autor Major Tiago Gonçalves da Silva destaca a violência doméstica como um crime em Portugal não muito frequente, comparado com outros países da União Europeia, mas que, mesmo assim, é necessário realizar mudanças de atuação contra este crime (Silva, 2020).

“No início de 2019, o grupo de peritos que avalia a aplicação da Convenção de Istambul (GREVIO), que refere o compromisso dos países do Conselho de Europa para a eliminação de casos de violência doméstica e de género nos seus países, considerou que, apesar da classificação positiva em Portugal no combate a este tipo de crime, ainda existem recomendações que exigem uma atuação imediata” (Silva, 2020, p. 98).

Assim, a União Europeia, em virtude do flagelo da violência doméstica, tem tomado diversas iniciativas, destacando-se a tomada de posição no ano de 2022:

“A violência contra as mulheres existe em todos os países. Os factos são chocantes: na UE e no mundo, uma em cada três mulheres foi vítima de violência física ou sexual. Atualmente, uma em cada cinco raparigas é vítima de abuso sexual. A violência em linha está a aumentar, com uma em cada duas jovens a ser vítima de ciberviolência de carácter sexista. A UE condena todas as formas de violência contra as mulheres e as raparigas. É inaceitável no século XXI que as mulheres e as raparigas continuem a ser vítimas de abusos, assédio, violação, mutilação ou casamentos forçados. Continuamos firmes na nossa ambição de pôr termo à violência contra as mulheres dentro e fora da UE. A UE é solidária com as mulheres e as raparigas, as vítimas e as sobreviventes de violência” (Comissão Europeia-Representação em Portugal, 2022).

Segundo a Organização Mundial de Saúde, “no Estudio multipaíses de la OMS sobre salud de la mujer y violencia doméstica contra la mujer, realizado em 2005 em 10 países (em sua maioria de baixa e média renda), observou-se que entre as mulheres de 15 a 49 anos:

Entre 15% das mulheres no Japão e 71% das mulheres na Etiópia relataram terem sofrido violência física e/ou sexual por parte de um parceiro em sua vida;

Entre 0,3% e 11,5% afirmaram ter sofrido violência sexual perpetrada por alguém que não era seu parceiro depois dos 15 anos de idade;

A primeira experiência sexual foi forçada em muitos casos (17% das mulheres na Tanzânia rural, 24% no Peru rural e 30% em zonas rurais de Bangladesh indicaram que sua primeira experiência sexual foi forçada)” (OMS, s. d.).

Período de referência dos dados (1)	Sexo	Proporção de agentes/ suspeitas/os identificadas/os em crimes de violência doméstica contra o cônjuge ou análogo registados pela PSP e GNR (%) por Sexo; Anual (2)	
		Localização geográfica	
		Portugal	
		%	
2022	H		80,8 %
	M		19,2 %
2021	H		82,2 %
	M		17,8 %
2020	H		82,6 %
	M		17,4 %
2019	H		82,5 %
	M		17,5 %
2018	H		84,6 %
	M		15,4 %

Proporção de agentes/ suspeitas/os identificadas/os em crimes de violência doméstica contra o cônjuge ou análogo registados pela PSP e GNR (%) por Sexo; Anual - Direcção-Geral da Política de Justiça

Nota(s):

(1) No ano de 2008 estão incluídas/os as/os agentes/suspeitas/os identificadas/os em crimes registados pela Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Guarda Nacional Republicana - Brigada de Trânsito e Guarda Nacional Republicana - Brigada Fiscal. Por motivos de extinção destas forças policiais, a partir de 2009 não se incluem dados da Guarda Nacional Republicana - Brigada de Trânsito e Guarda Nacional Republicana - Brigada Fiscal.

(2) Em 2017 foi retificado o enquadramento da Polícia Municipal, passando esta entidade a ter autonomia como entidade policial. Por este motivo os dados desta Polícia deixaram de estar integrados na Polícia de Segurança Pública, tendo os dados estatísticos sido atualizados em conformidade.

Última atualização destes dados: 27 de março de 2023

Figura 1 - Proporção de agentes/suspeitas/os identificadas/os em crimes de violência doméstica contra o cônjuge ou análogo registados pela PSP e GNR, percentagem por sexo; anual; INE (Instituto Nacional de Estatística)

Na figura 1, é evidente que, ao longo dos anos, se verifica que o homem é muito mais vezes suspeito de violência doméstica contra o cônjuge, isto em comparação com a mulher, que, apesar de tudo, tem vindo a ser cada vez mais denunciada. Contudo, ainda é o homem o mais denunciado (INE - Instituto Nacional de Estatística, 2023).

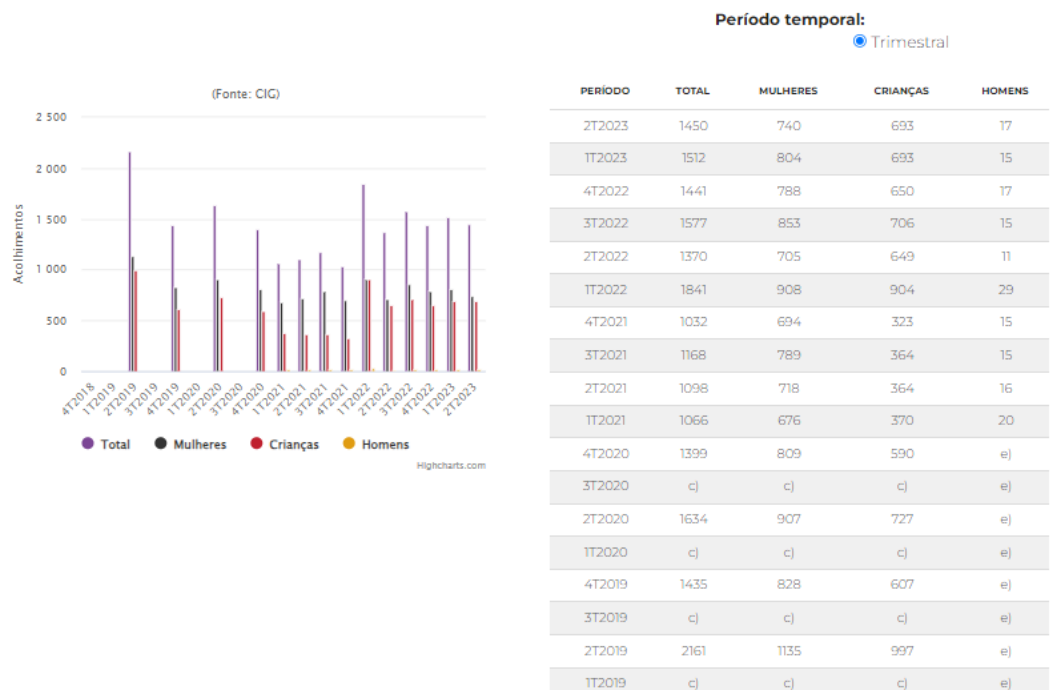


Figura 2 - Acolhimento na Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica - CIG (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género)

Relativamente aos acolhimentos na Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (Figura 2), verificamos que o maior número de acolhidos ocorreu no primeiro terço de 2022, em que foram acolhidas 908 mulheres, 904 crianças e também 29 homens. Verifica-se, mais uma vez, que o acolhimento de mulheres é em maior número (CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2023).

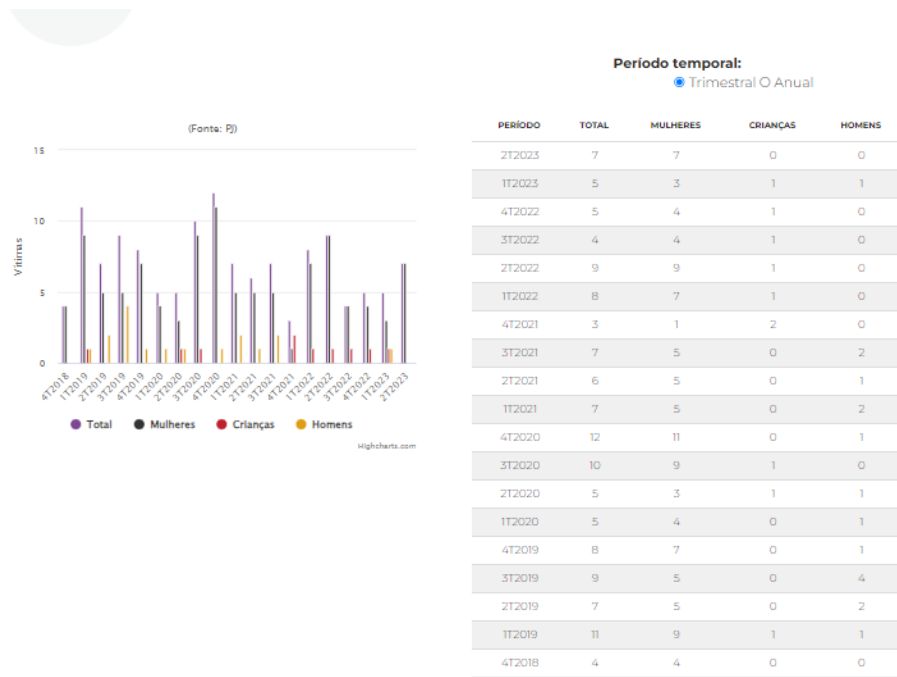


Figura 3 - Homicídio voluntário em contexto de violência doméstica - CIG (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género)

Já relativamente aos homicídios em contexto de violência doméstica (figura 3), encontramos as mulheres maioritariamente como vítimas.

No segundo terço do presente ano, já perderam a vida sete mulheres por este crime (CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2023).

Assim, são cada vez mais pertinentes os estudos sobre a violência doméstica contra a mulher, para que esta seja cada vez menos recorrente e também para que a mulher possa, cada vez mais, saber defender-se através dos meios existentes, deixando de ser submissa e passiva contra estes atos de humilhação e violência de variadas formas.

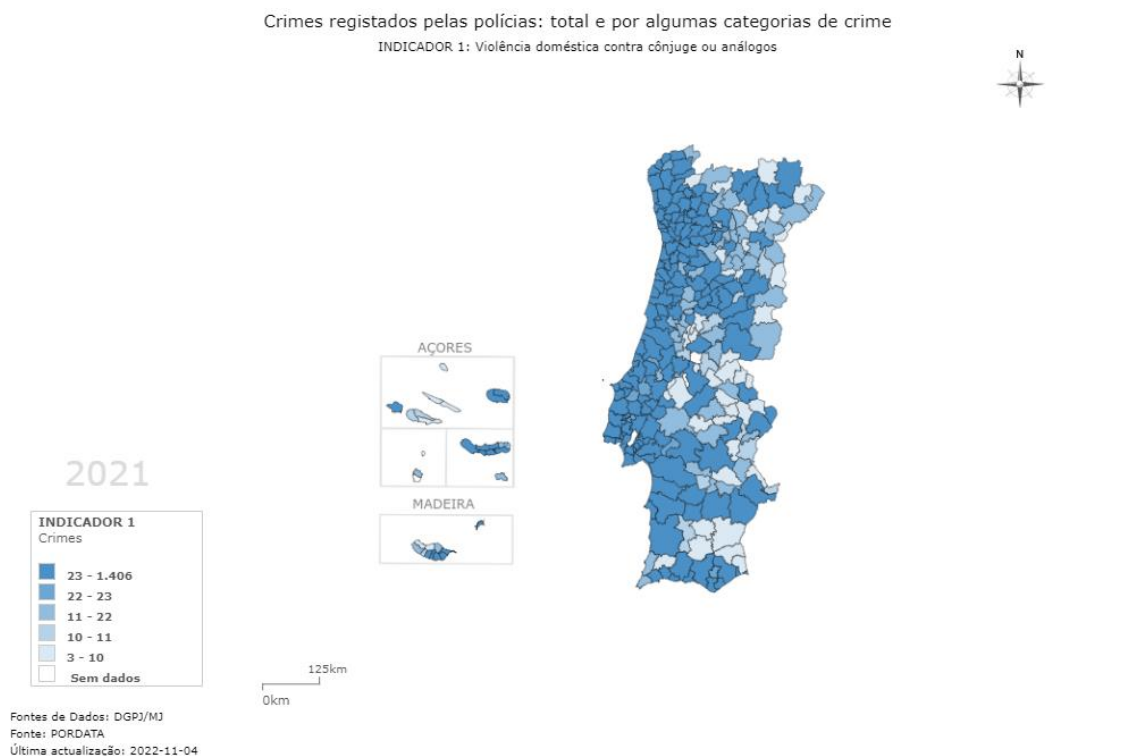


Figura 4 - Crimes registados pelas polícias: violência doméstica contra cônjuge ou análogo - Pordata - Estatísticas

Na figura 4, verifica-se os crimes contra o cônjuge registados ao longo do país no ano de 2021. Claramente, todo o país tem incidência do crime, mas onde se verifica mais casos é na região do Porto e Lisboa (Pordata - Estatísticas sobre Portugal e Europa, 2022).

4. Tipos de violência

Para a Associação de Apoio à Vítima (APAV), a violência doméstica compreende, assim, vários abusos, que passamos a citar:

- “violência emocional: qualquer comportamento do(a) companheiro(a) que visa fazer o outro sentir medo ou inútil. Usualmente inclui comportamentos como: ameaçar os filhos; magoar os animais de estimação; humilhar o outro na presença de amigos, familiares ou em público, entre outros.
- violência social: qualquer comportamento que intenta controlar a vida social do(a) companheiro(a), através de, por exemplo, impedir que este(a) visite familiares ou amigos, cortar o telefone ou controlar as chamadas e as contas telefónicas, trancar o outro em casa.
- violência física: qualquer forma de violência física que um agressor(a) inflige ao companheiro(a). Pode traduzir-se em comportamentos como: esmurrar, pontapear, estrangular, queimar, induzir ou impedir que o(a) companheiro(a) obtenha medicação ou tratamentos.
- violência sexual: qualquer comportamento em que o(a) companheiro(a) força o outro a protagonizar actos sexuais que não deseja. Alguns exemplos: pressionar ou forçar o companheiro para ter relações sexuais quando este não quer; pressionar, forçar ou tentar que o(a) companheiro(a) mantenha relações sexuais desprotegidas; forçar o outro a ter relações com outras pessoas.
- violência financeira: qualquer comportamento que intente controlar o dinheiro do(a) companheiro(a) sem que este o deseje. Alguns destes comportamentos podem ser: controlar o ordenado do outro; recusar dar dinheiro ao outro ou forçá-lo a justificar qualquer gasto; ameaçar retirar o apoio financeiro como forma de controlo.
- perseguição: qualquer comportamento que visa intimidar ou atemorizar o outro. Por exemplo: seguir o(a) companheiro(a) para o seu local de trabalho ou quando este(a) sai sozinho(a); controlar constantemente os movimentos do outro, quer esteja ou não em casa” (APAV - Associação de Apoio à Vítima, 2012).

É assim cada vez mais importante perceber os comportamentos e tentar que as vítimas fiquem mais capacitadas de sair do círculo de violência.

5. Consequência da violência doméstica

A violência doméstica, como todas as formas de violência, traz sempre consequências para os envolvidos.

Após se vivenciar a violência doméstica, existe uma vulnerabilidade resultante dos danos psicológicos e físicos que “poderão conduzir à incapacitação temporária ou permanente, da vítima ou, mesmo, à sua morte” (CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2009, p.31).

As consequências referidas pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género - CIG são:

- “danos físicos, corporais e cerebrais, por vezes irreversíveis (e.g., fracturas nas mandíbulas, perda de dentes, lesões óculo-visuais, perturbações da capacidade auditiva, fracturas de costelas, lesões abdominais, infertilidade na sequência de sucessivas infecções e/ou lesões vaginais e uterinas, ...);
- alterações dos padrões de sono e perturbações alimentares;
- alterações da imagem corporal e disfunções sexuais;
- distúrbios cognitivos e de memória (e.g., flashbacks de ataques violentos, pensamentos e memórias intrusivos, dificuldades de concentração, confusão cognitiva, ...);
- distúrbios de ansiedade, hipervigilância, medos, fobias, ataques de pânico;
- sentimentos de medo, vergonha, culpa;
- níveis reduzidos de auto-estima e um auto-conceito negativo;
- vulnerabilidade ou dependência emocional, passividade, “desânimo aprendido”;
- isolamento social ou evitamento (resultantes, frequentemente, dos sentimentos de vergonha, auto-culpabilização, desvalorização pessoal, falta de confiança que as vítimas sentem);
- comportamentos depressivos, por vezes com tentativa de suicídio ou suicídio consumado” (CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2009, pp. 31-32).

A vítima necessita assim de ajuda interdisciplinar para conseguir ultrapassar as consequências que a violência lhe deixou.

Através da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), verificamos que são destacados três tipos de apoio, os quais são disponibilizados às vítimas através de técnicos especializados. Os tipos de apoio são:

“Apoio Jurídico:

- “Informar a pessoa vítima de crime acerca dos seus direitos;
- Elucidar a pessoa vítima acerca das várias etapas de determinados processos judiciais, designadamente o processo criminal, o divórcio, a regulação do poder paternal, entre outros;
- Auxiliar a pessoa vítima a elaborar requerimentos e peças processuais que ela possa, por si, assinar (isto é, quando não é necessário advogado), como sejam o pedido de apoio judiciário, a denúncia, a queixa, o pedido de indemnização civil, o pedido de suspensão provisória do processo criminal ou, no caso de vítimas de crimes violentos ou de violência conjugal, o pedido de indemnização dirigido ao Ministro da Justiça.

Apoio Psicológico:

- Avaliar a situação de risco psicológico e o grau de sofrimento emocional do utente;
- Ajudar o utente a reconhecer as competências que já possui e a encontrar formas de as pôr em prática, por forma a minimizar o seu sofrimento e prevenir futuras situações de vitimização;
- Encaminhar o utente para o serviço de apoio adequado case se verifiquem factores de risco tais como existência de psicopatologias.

Apoio Social:

- Fazer o diagnóstico das necessidades sociais da vítima de crime e da sua família, nomeadamente ao nível da habitação, educação emprego e formação profissional;
- Informar a vítima acerca dos vários recursos sociais existentes;
- Reflectir e explorar com a vítima os recursos sociais mais adequados;
- Auxiliar a vítima no contacto, presencial ou não, com outros serviços e instituições (locais, regionais ou nacionais), para otimizar os recursos mais adequados para o processo de apoio;
- Encaminhar a vítima para outros serviços e instituições (locais, regionais ou nacionais), favorecendo o contacto com os respectivos profissionais; acompanhando a vítima presencialmente; e elaborando os relatórios de processo de apoio à vítima necessários” (APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 2012).

C) Enquadramento Legal

1. Vítima

Segundo o art.º 3.º da Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro, considera-se vítima toda a pessoa que sofreu algum “atentado contra a sua integridade física ou psíquica, um dano emocional ou moral, ou um dano patrimonial, diretamente causado por ação ou omissão, no âmbito da prática de um crime.

(...) b) 'Vítima especialmente vulnerável', a vítima cuja especial fragilidade resulte, nomeadamente, da sua idade, do seu estado de saúde ou de deficiência, bem como do facto de o tipo, o grau e a duração da vitimização haver resultado em lesões com consequências graves no seu equilíbrio psicológico ou nas condições da sua integração social; c) 'Famíliares', o cônjuge da vítima ou a pessoa que convivesse com a vítima em condições análogas às dos cônjuges, os seus parentes em linha reta, os irmãos e as pessoas economicamente dependentes da vítima; d) 'Criança ou jovem', uma pessoa singular com idade inferior a 18 anos” (Decreto do Presidente da República Nº101/2015 em Diário da República, 2015, pp.1-7).

O conjunto de medidas referido no estatuto da vítima é composto por princípios, aos quais a vítima tem direito, contendo ainda obrigações dos profissionais que intervêm junto da vítima, direitos das vítimas de crime:

“Assistência específica à vítima (...) em vigor a partir de 30-09-2023 - Às vítimas do crime de violência doméstica e de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual é ainda assegurado prioritariamente o encaminhamento para acompanhamento por técnico de apoio à vítima (...)” (Alteração ao estatuto da vítima em decreto de lei nº 45/2023 em Diário da República, 2023, pp. 9-11)

Ainda está referido que a vítima tem também direito às despesas resultantes da sua participação no processo penal, assim como o direito à proteção, indemnização e restituição de bens.

Estão também referidos outros direitos, como, por exemplo, referentes às vítimas residentes noutro Estado-Membro da União Europeia, vítimas especialmente vulneráveis, direitos das crianças vítimas, entre outros (Decreto do Presidente da República nº 101/2015 em Diário da República, 2015, pp. 1-7).

Assim, os princípios iniciais no estatuto da vítima são compostos por princípios aos quais a vítima tem direito, contendo ainda obrigações dos profissionais que intervêm junto da vítima:

- “Princípio da igualdade: é assegurado à vítima, independentemente da ascendência, nacionalidade, condição social, sexo, etnia..., a igualdade de oportunidade para viver sem violência e preservar a sua saúde física e psíquica.”
- “Princípio do respeito e reconhecimento.”
- “Princípio da autonomia e da vontade.”
- “Princípio da confidencialidade.”
- “Princípio do consentimento: qualquer intervenção de apoio à vítima deve ser efetuada após esta prestar o seu consentimento livre e esclarecido (...).”
- Princípio da informação.
- “Princípio do acesso equitativo aos cuidados de saúde (Decreto do Presidente da República nº 101/2015 em Diário da República, 2015, pp. 1-7).

Na Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, o artigo 14.º, refere que a atribuição do estatuto de vítima, em que esta parte de uma denúncia da prática do crime de violência doméstica, e mesmo que, não existindo fortes indícios de que a mesma não é infundada, as autoridades judiciárias competentes atribuem à vítima, para todos os efeitos legais, o estatuto de vítima (Morais, 2019).

2. Violência doméstica

Segundo o art.º 152.º, no *Diário da República* de 15 de março de 1995, o crime de violência doméstica está tipificado:

“1 - Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus-tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais:

a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge;

b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação;

c) A progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou

d) A pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite;

é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

“4 - Nos casos previstos nos números anteriores, podem ser aplicadas ao arguido as penas acessórias de proibição de contacto com a vítima e de proibição de uso e porte de armas, pelo período de seis meses a cinco anos, e de obrigação de frequência de programas específicos de prevenção da violência doméstica.

5 - A pena acessória de proibição de contacto com a vítima deve incluir o afastamento da residência ou do local de trabalho desta e o seu cumprimento deve ser fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância.

6 - Quem for condenado por crime previsto neste artigo pode, atenta a concreta gravidade do facto e a sua conexão com a função exercida pelo agente, ser inibido do exercício do poder paternal, da tutela ou da curatela por um período de 1 a 10 anos” (Decreto regulamentar nº48/95, *Diário da República*, 2018).

No livro *Violência Doméstica - Reconhecimento jurídico da vítima* (Morais, 2019), são elencados três princípios da Constituição da República Portuguesa – “Princípio da igualdade”, “Direito à integridade pessoal” e “Outros direitos pessoais” –, em que se coloca a igualdade de oportunidades, o direito de cada pessoa de ser livre na sua autodeterminação e também a não discriminação por qualquer que seja a característica da pessoa acima de qualquer direito.

Percebemos que a violência é um ato contra esses direitos fundamentais, que é punido legalmente no nosso país.

3. Planos nacionais contra a violência doméstica

Em 1999, surge em Portugal, o primeiro plano nacional contra a violência doméstica promulgado em *Diário da República*. Teve como objetivos principais: sensibilizar e prevenir a violência doméstica, intervir para proteger a vítima de violência doméstica e investigar/estudar a violência doméstica no nosso país, nomeadamente através de dados estatísticos.

Este plano surgiu no âmbito do “50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

“A violência doméstica põe em causa a ideia essencial do edifício dos direitos da pessoa humana, segundo a qual todos os seres humanos têm igual valor e dignidade” (Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, *Diário da República*, 1999, pp. 1-3).

Já o II Plano Nacional contra a Violência Doméstica surgiu em 2003 e pretendeu focar-se, principalmente, na violência doméstica exercida sobre as mulheres.

Este plano subdividiu-se em vários pontos:

“1 - Informação, sensibilização e prevenção; 2 - Formação; 3 - Legislação e a sua aplicação; 4 - Proteção da vítima e integração social (surgindo assim o regulamento das casas abrigo); 5 - Investigação; 6 - Mulheres migrantes; 7 - Avaliação ao longo do plano” (Resolução do conselho de Ministros Nº88/2003 *Diário da República*, 2003, pp. 1-6).

Posteriormente, surge o III Plano Nacional contra a Violência Doméstica em 2007 e “foi estruturado segundo um modelo que define cinco Áreas Estratégicas de Intervenção a partir das quais surgem as respetivas medidas para a sua operacionalização. (...) 1) Informar, Sensibilizar e Educar; 2) Proteger as Vítimas e Prevenir a Revitimização; 3) Capacitar e Reinserir as Vítimas de Violência Doméstica; 4) Qualificar os Profissionais; 5) Aprofundar o conhecimento sobre o fenómeno da Violência Doméstica” (*Resolução do conselho de Ministros Nº83/2007 em Diário da República*, 2007, pp. 1-16).

O IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica surge assim, em 2010: “como um instrumento de política fundamental assente nas principais orientações estratégicas: Reforçar a adopção de uma perspectiva integrada e holística na compreensão do fenómeno, que essencialmente decorre da assimetria estrutural de poderes entre homens e mulheres; Prevenir o crime de violência doméstica junto do público em geral e de públicos estratégicos, disseminando uma cultura de não violência e de cidadania, através da assunção de novas masculinidades e novas feminilidades promotoras da igualdade de género nos processos de socialização; Reforçar a aplicação das medidas de protecção e de coacção urgentes; Intervir junto da pessoa agressora de forma a prevenir a revitimização; Elaborar a cartografia de diagnóstico de risco; Divulgar e disseminar as boas práticas realizadas a nível local e regional, privilegiando lógicas de intervenção de proximidade; Aprofundar o conhecimento e monitorizar o fenómeno com vista a apoiar a intervenção e a decisão política” (Resolução do Conselho de Ministros nº100/2010, Presidência do Conselho de Ministros, 2010, pp. 1-11).

O V Plano Nacional contra a Violência Doméstica, que surge em 2013, foi coordenado através da CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e teve como objetivos estratégicos: “1) Prevenir, Sensibilizar e Educar; 2) Proteger as Vítimas e Promover a sua Integração; 3) Intervir junto de Agressores(as); 4) Formar e Qualificar Profissionais; 5) Investigar e Monitorizar” (Resolução de Conselho de Ministros nº 102/2013, *Diário da República*, 2013, pp. 2-19).

Através dos planos aqui enunciados, pretendeu-se pugnar por uma sociedade cada vez mais sensibilizada e formada para o tema da violência doméstica, capacitando as vítimas, informando a população em geral e, acima de tudo, qualificando os profissionais para lidar cada vez melhor com este tema.

No presente ano, está em vigor a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação, que tem como planos de ação:

- “Plano de ação para a igualdade entre mulheres e homens;”
- “Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica (PAVMVD);”
- “Plano de ação para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sociais.”

Em relação ao “Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica”, tem como objetivos estratégicos:

- “Prevenir e erradicar a tolerância social às várias manifestações da VMVD, conscientizar sobre os seus impactos e promover uma cultura de não violência, de direitos humanos, de igualdade e não discriminação;”
- “Apoiar e proteger — ampliar e consolidar a intervenção;”
- “Intervir junto das pessoas agressoras, promovendo uma cultura de responsabilização;”
- “Qualificar profissionais e serviços para a intervenção;”
- “Investigar, monitorizar e avaliar as políticas públicas;”
- “Prevenir e combater as práticas tradicionais nefastas, nomeadamente a mutilação genital feminina (MGF) e os casamentos infantis, precoces e forçados.”

Pretende-se com este plano integrar a violência contra as mulheres e a violência doméstica nas escolas para dotar os alunos, docentes e não docentes de informação sobre este tema. Também é objetivo ampliar os gabinetes e salas de atendimento à vítima, assim como realizar ações de sensibilização sobre o tema da violência doméstica e qualificar os profissionais integrados na Rede Nacional de Apoio à Violência Doméstica. Entre outras medidas, estas são as que se considerou (Resolução do Conselho de Ministros, N.º92/2023 em Diário da República, 2023, pp. 1-81).

Aqui, também é importante referir a RNAVVD (Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica), que é composta de diversos serviços e respostas para prestar apoio, em várias áreas, às vítimas de violência doméstica. Entre esta rede, encontram-se:

- A CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género – é um serviço da administração direta do Estado, responsável pela execução das políticas públicas no domínio da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género. A sua atual orgânica foi estabelecida pelo Decreto Regulamentar n.º 1/2012, de 6 de janeiro. (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, s.d.).
- O Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.) – o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS) é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com natureza de instituto público (Instituto da Segurança Social, s.d.).

- As casas de abrigo – são unidades residenciais para acolhimento de vítimas, até seis meses, o que pode ser prorrogado mediante condições técnicas, acompanhadas ou não de filhos/as menores, ou maiores dependentes com deficiência. A nível nacional, existem 39 casas de abrigo. (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, s.d.).
- As estruturas de atendimento – respostas com equipas multidisciplinares que prestam, presencial e telefonicamente, informação jurídica, apoio psicológico e social, de forma gratuita. A nível nacional, existem 133 estruturas de atendimento. (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, s.d.).
- As respostas de acolhimento de emergência – são unidades residenciais para acolhimento urgente de vítimas, acompanhadas ou não de filhos/as menores, ou maiores dependentes com deficiência. A nível nacional, existem 26 respostas de acolhimento de emergência. (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, s.d.).
- As respostas específicas de organismos da Administração Pública (como, por exemplo, as forças de segurança e proteção policial) e os SIVVD – Serviços de Informação a Vítimas de Violência Doméstica – serviço telefónico de informação gratuito, anónimo e confidencial que funciona 24 horas por dia / 365 dias por ano para apoiar vítimas de violência doméstica (800 202 148), existe também outra linha confidencial e gratuita por SMS para quem não pode ou não quer telefonar (3060) e está disponível também um serviço de correio eletrónico, para colocar questões, pedidos de apoio e suporte emocional (violencia@cig.gov.pt) (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, s.d.).

A RNAVVD disponibiliza os seus serviços totalmente gratuitos e é de obrigação do Estado “promover a criação, a instalação, a expansão e o apoio ao funcionamento das casas de abrigo e restantes estruturas que integram a rede nacional, forma a assegurar a cobertura equilibrada do território nacional e da população, devendo abranger todos os distritos” (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, s.d.).

“As respostas de acolhimento de emergência, estruturas de atendimento e casas de abrigo carecem da supervisão técnica da CIG, em articulação com os serviços competentes da segurança social.

Esta supervisão técnica visa:

- A verificação da conformidade dos procedimentos adotados com as orientações técnicas nacionais, comunitárias ou europeias sobre a prevenção da violência doméstica, proteção e assistência das suas vítimas e a sua articulação com as políticas públicas;
- A monitorização do trabalho das equipas quanto aos modelos de intervenção e práticas de atuação e à formação, informação e atualização das competências técnico-científicas das pessoas que as integram;
- A verificação da conformidade com os requisitos mínimos de intervenção no âmbito da violência doméstica e violência de género estabelecidos pela CIG, tendo em vista a uniformização, formalização e melhoramento das práticas e procedimentos a desenvolver no âmbito da violência doméstica” (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, s.d.).

4. Casa abrigo

No contexto da violência doméstica em Portugal, o enquadramento legal das casas abrigo encontra-se publicado no Diário da República pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2018:

“Artigo 36º

São objetivos das casas de abrigo:

- a) Acolher temporariamente vítimas, acompanhadas ou não de filhos/as menores ou maiores com deficiência na sua dependência;
- b) Assegurar o acompanhamento das vítimas, acompanhadas ou não de filhos/as;
- c) Proporcionar às vítimas e filhos/as acolhidos/as as condições necessárias à sua educação, saúde e bem-estar integral, num ambiente de tranquilidade e segurança;
- d) Desenvolver, durante a permanência na casa de abrigo, aptidões pessoais, profissionais e sociais das vítimas, no sentido de alcançar a sua plena autonomia;
- e) Promover o restabelecimento do equilíbrio emocional e psicológico das vítimas e filhos/as acolhidos/as, tendo em vista a sua reinserção ou autonomização em condições de dignidade e de segurança” (Art. 36º, Decreto Regulamentar nº2/2018, em Diário da República, 2018).

5. O encaminhamento das vítimas para a casa abrigo

“A admissão das vítimas nas casas de abrigo processa-se por indicação do/a responsável técnico/a ou da equipa técnica de entidade encaminhadora, com base no relatório de encaminhamento.

Para efeitos de admissão nas casas de abrigo, são entidades encaminhadoras:

- “O organismo da Administração Pública responsável pela área da cidadania e da igualdade de género;”
- “As estruturas de atendimento;”
- “As respostas de acolhimento de emergência;”
- “Outras casas de abrigo;”
- “Os serviços competentes da segurança social;”
- “Os serviços da ação social das câmaras municipais. (...)” (*Diário da República*, Decreto Regulamentar n.º 2/2018, art.º 37.º).

Desta forma, percebemos que no Decreto Regulamentar referido estão estipuladas as condições de organização e funcionamento das estruturas de atendimento, das respostas de acolhimento de emergência e das casas de abrigo que integram a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica.

6. Intervenção com a vítima na casa abrigo

Segundo o artigo 16.º do Decreto Regulamentar n.º 2/2018, de 24 de janeiro:

“1 - O plano individual de intervenção é um documento programático que define os objetivos e as metas a atingir pela vítima num determinado período temporal, elaborado de acordo com os resultados da avaliação e gestão do grau de risco e das necessidades sociais da mesma, tendo em vista a definição de um projeto de vida que inclua o restabelecimento do seu equilíbrio emocional e psicológico, bem como a sua inserção social e autonomização em condições de segurança e dignidade.

2 - A vítima participa na elaboração do plano individual de intervenção e deve manifestar, por forma expressa, o seu consentimento para a respetiva implementação.

3 - O plano individual de intervenção a utilizar pelas casas de abrigo tem em consideração o projeto de vida da vítima e dos/as filhos/as acolhidos/as.

4 - O modelo de plano individual de intervenção a utilizar pelas estruturas de atendimento e pelas casas de abrigo é elaborado no prazo de 180 dias pelos organismos da Administração Pública responsáveis pelas áreas da cidadania e da igualdade de género e da segurança social, sujeito a consulta aos representantes das entidades do setor social e solidário e à secção das organizações não-governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género” (Decreto Regulamentar n.º 2/2018, em *Diário da República*, 2018).

A partir dos artigos do Decreto aqui referenciado, é um objetivo garantir não só a qualidade de todos os serviços e respostas para vítimas de violência doméstica, mas também que as vítimas se sintam protegidas e acolhidas e que se autonomizem da melhor forma possível, tendo em conta o seu passado e os seus objetivos.

**D) Práticas de Animação Socioeducativa, Educação de Adultos e
Desenvolvimento Local**

1. Intervenção socioeducativa

Como se verificou anteriormente, é sobre pessoas do sexo feminino que prevalece mais casos de violência doméstica. Assim, atualmente, é cada vez mais necessário que se realizem mais estudos nesta área e se capacite as vítimas deste crime.

“As mulheres encontram-se, na maior parte dos casos, em situações de violência doméstica pelo domínio e controlo que os seus agressores exercem sobre elas através de variadíssimos mecanismos, tais como: isolamento relacional; o exercício de violência física e psicológica; a intimidação; o domínio económico, entre outros.

A violência doméstica não pode ser vista como um destino que a mulher tem que aceitar passivamente. O destino sobre a sua própria vida pertence-lhe, deve ser ela a decidi-lo, sem ter de aceitar resignadamente a violência que não a realiza enquanto pessoa” (APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 2012).

A animação distingue-se como metodologia que pretende *“estimular e motivar as pessoas e os grupos a potenciarem as suas capacidades e recursos com a finalidade de gerar mudanças sociais potenciadoras das melhores condições de vida”* (Pereira & Lopes, s.d, pp. 150-151).

Desta forma, os grupos tornam-se os protagonistas do seu próprio desenvolvimento, ultrapassando algumas barreiras e adquirindo novos recursos.

A animação sociocultural é um modelo que engloba *“âmbitos (cultural, social e educativo), abrangendo todo o tipo de populações (infância, juventude, adultos e idosos), estimulando a população a aumentar os seus conhecimentos para poder participar na construção da história da vida pessoa e comunitária”* (Pereira & Lopes).

Deste modo, a animação torna-se uma estratégia global comunitária, conseguindo participar ativamente em vários grupos-alvo e estimulando a participação ativa na vida da comunidade em que se insere. Pretende-se que o animador estimule e potencie as características individuais e grupais, gerando mudanças e potenciando melhores condições de vida.

Quando existe a necessidade de acolhimento de vítimas de violência doméstica, é objetivo que esta tenha o seu restabelecimento a nível de inserção social, assim como o restabelecimento a nível psicológico, emocional, assim como a sua segurança e independência.

Assim, de acordo com um documento da CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género), *Violência doméstica: Intervenção em grupo com mulheres vítimas - Manual para profissionais*, de Matos, M e Machado, A. (2011), verificamos que a intervenção com mulheres vítimas de violência doméstica tem tido varias formas: “*intervenção em crise (ex: Hoff, 1995; Walker, 1994 cit. p Intervenção em grupo com mulheres vítimas, Manual para profissionais), as abordagens feministas, a psicoterapia cognitivo-comportamental (ex: Webb, 1992 cit. p Intervenção em grupo com mulheres vítimas, Manual para profissionais) e a psicoterapia narrativa (ex: Machado & Matos, 2001; White, & Epston, 1990 cit. p Intervenção em grupo com mulheres vítimas, Manual para profissionais) têm sido as mais documentadas. Em complementaridade, tem sido disponibilizada também a modalidade de intervenção em grupo (ex: Cox & Stoltenberg, 1991; Tutty, Bidgood, & Rothery, 1993 cit. p Intervenção em grupo com mulheres vítimas, Manual para profissionais) e/ou intervenção no casal (ex: Brown & O’Leary, 1997; Goldner, 1999; Hamby, 1998 cit. p Intervenção em grupo com mulheres vítimas, Manual para profissionais)*” (Matos & Machado, 2011, p.20).

As autoras destacam também a necessidade de se estabelecer um plano de segurança inicial, no sentido de a proteger do agressor, mas também a de trabalhar com a vítima as “*dinâmicas violentas*” da relação, assim como o sentimento de culpa, que muitas vezes existe, sendo também necessário trabalhar formas de se defender dos abusos, protegendo-se a si e aos seus filhos (Matos & Machado, 2011, p.63).

No documento “Intervenção em grupo com vítimas de violência doméstica: Uma revisão da sua eficácia”, das autoras Marlene Matos, Andreia Machado, Anita Santos & Carla Machado, verifica-se que quando se realizam intervenções em vítimas de violência doméstica pretende-se que estas reduzam o seu isolamento, aumentem a sua autoestima e autoconceito. Pretende-se também, entre outros objetivos, que a vítima tome mais decisões, resolva problemas, se consciencialize do papel feminino e masculino na sociedade, treine a assertividade e o empoderamento (Matos, Machado, Santos, & Machado, 2012). Verifica-se assim a necessidade de intervir junto das vítimas para estas se capacitarem, prevenindo a sua revitimização.

2. Educação de adultos e o desenvolvimento local

A educação de adultos surge em Portugal após o 25 de abril e pretendia mudar sociedades, consciencializar jovens e adultos para a necessidade dos movimentos populares.

“Durante o período revolucionário do 25 de Abril, puderam tomar forma novos tipos de relações sociais e novos modos de organização social e de exercício do poder, materializados na criação generalizada de comissões em bairros, aldeias, empresas, escolas e quartéis. Este poderoso movimento popular constituiu um imenso e dinâmico processo coletivo de aprendizagem para milhões de trabalhadores, através da sua participação em múltiplas formas políticas de luta, de debate e de decisão” (Canário, 2018).

População analfabeta residente com 10 e mais anos segundo os Censos: total e por sexo

Quantos homens ou mulheres não sabem ler nem escrever?

Anos	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
1970	1.795.210	640.990	1.154.220
1981	1.520.474	532.704	987.770
1991	955.571	317.525	638.046
2001	838.140	281.889	556.251
2011	499.936	159.705	340.231
2021	292.809	94.416	198.393

Figura 5 - População analfabeta por sexos e ano – Pordata - Estatísticas

“As iniciativas conduzidas pelas associações e pelos movimentos populares, especialmente durante a segunda metade da década de 1970, incidiram sobre ações de alfabetização, projetos de animação cultural e socioeducativa, atividades de educação de base de adultos, entre outras. Tais ações ocorreram na sequência de impulsos iniciais da responsabilidade de uma grande diversidade de instituições e de atores sociais – casas do povo, grupos paroquiais, cooperativas, associações diversas de âmbito local, sindicatos, entre outros –, sem um fio condutor predeterminado e unificador e à margem de uma política pública estatal ou da ação organizativa da administração pública” (Lima & Guimarães, 2018, pp. 147-157).

Eram assim iniciativas de cariz popular e social, no sentido de mobilizar as populações através de várias organizações.

A figura 5 retrata a diminuição da população analfabeta ao longo dos anos, motivada pelas mudanças existentes nos programas educativos (Pordata - Estatísticas sobre Portugal e Europa, 2022).

Desta forma, percebe-se como a educação de adultos teve impacto na sociedade após a revolução de 1974.

“O processo revolucionário que se abriu na sequência da revolução de abril convulsionou de ‘alto a baixo’ a sociedade portuguesa. A educação, e nela a educação de adultos, não ficou indiferente a esse movimento. A sociedade mobilizou-se e diferentes perspetivas e possibilidades se abriram. Durante algum tempo, talvez como nunca antes ou depois, o ‘povo’ teve uma palavra a dizer sobre os caminhos que queria seguir” (Moreira, 2020, p.195).

A educação de adultos corresponde a um processo antigo, *“emerge na continuidade dos ideais e da filosofia das Luzes (Le Goff, 1996 cit p/ Canário, 1999, p.11). Em 1792, em plena Revolução Francesa, como refere Bertrand Schwartz (1988 cit p/ Canário, 1999, p.11)”* (Canário, Educação de Adultos – Um Campo e uma Problemática, 1999, p.11).

No nosso país, neste âmbito, em 1979, surge:

“Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos (...) com os objectivos de, segundo o Ministério da Educação, reduzir o analfabetismo e expandir o acesso dos adultos à escolaridade obrigatória, bem como articular estas acções de educação de base de adultos com a educação popular e a formação profissional. Procurava-se, por essa via, desenvolver acções que privilegiassem a qualidade da acção educativa, contemplassem a diversidade de formas de analfabetismo, evitassem a regressão cultural e atendessem à diversidade de necessidades educativas básica tornadas evidentes no desenvolvimento da política anterior (Ministério da Educação, 1979: 75 cit. p/ Guimarães, 2009)” (Guimarães, 2009).

Aqui, também importa salientar que:

“influência de outras organizações tornou-se mais evidente após o 25 de abril de 1974. Num primeiro momento, ela resultou da adopção da expressão e das finalidades da educação permanente na política pública de educação de adultos implementada, por exemplo, pela Direção Geral de Educação Permanente (Melo & Benavente, 1978 cit. p/ Guimaraães, 2016), em linha com a concepção humanista preconizada pela UNESCO. Mais recentemente, devido à influência da UE nos sistemas de educação e formação nacionais, foram as orientações acerca da aprendizagem ao longo da vida que se destacaram, denotando estas um impacto expressivo que se deveu à existência de programas de financiamento para a educação e formação, no âmbito do Fundo Social Europeu, por exemplo, bem como ao método aberto de coordenação e à divulgação de indicadores e de boas práticas” (Guimarães, 2016).

Desta forma, atualmente, o programa para a educação de adultos existente em Portugal, em cooperação com a União Europeia (UE), é um “Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) (...) adota os princípios consagrados no acordo celebrado com os parceiros sociais e reestrutura a formação profissional inserida no sistema educativo e formativo e no mercado de trabalho, integrando-as com objetivos e instrumentos comuns e sob um enquadramento institucional renovado” (Comissão Europeia, 2023).

Pretende-se com o CNQ “o incremento de Cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA), o alargamento da rede de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, mais tarde designados Centros Novas Oportunidades (CNO), e atualmente Centros Qualifica, a conceção de um Referencial de Competências-Chave para a Educação e Formação de adultos de nível secundário, e a promoção da gestão integrada das ofertas e da rede de promotores” (Comissão Europeia, 2023).

Desta forma, pretende-se que a população portuguesa esteja mais qualificada através de novas competências, reinserindo-se profissionalmente e empoderando-se.

Nas situações em que a “vítima se encontra desempregada e tem um elevado grau de dependência face ao/á agressor/a, a reinserção profissional torna-se determinante para adquirir a sua autonomia económica e desenvolver um novo projecto de vida. Em alternativa ao emprego, a vítima pode recorrer aos serviços de qualificação profissional” (APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 2012).

É reconhecido o direito da vítima a ter “o acesso a diferentes programas de formação profissional existentes”, através do “Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)” ou “Gabinetes de Inserção Profissional (GIP’s)” (APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 2012).

Neste sentido, o desenvolvimento das comunidades é fundamental para capacitar, cada vez mais, as vítimas de violência doméstica, inserindo-as, acolhendo as suas dúvidas, medos e inquietações, capacitando-as para um futuro mais autónomo.

Assim, o desenvolvimento comunitário torna as “pessoas como protagonistas do desenvolvimento e fomentam a participação” (Serrano & Puya 2007 cit. Monteiro & Fragoso (org.), 2023), como acontece com a animação sociocultural que se torna “mediadora de perspetivas, para que a visão de uns seja acolhida, e não excluída, como contributo para um projeto comum. É também mediadora de perceções e sentidos de comunidade para que as decisões não se tomem somente pela ideia e interesse de um grupo, mas que se construa um

sentido de comunidade com consciência da complexidade do seu conceito” (Monteiro & Fragoso (org.) , 2023).

Neste sentido, surge o conceito de animação comunitária: “A atenção perante a dimensão educativa é o que inscreve a animação comunitária na matriz ampla da animação sociocultural, e a razão de associar esta última ao desenvolvimento local (...)” (Monteiro & Fragoso (org.), 2023).

Ainda se refere que a animação comunitária “contempla uma ação educativa permanente (...), de consciencialização, capacitação e participação realizada em espaços quotidianos, de trabalho e de lazer, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida e a transformação social” (Monteiro & Fragoso (org.), 2023).

A animação comunitária torna-se assim um exemplo de como colocar a comunidade ao serviço do seu próprio desenvolvimento local, capacitando-a, incluindo-a num projeto que todos reconhecem como essencial e como algo necessário à mudança, podendo ser através de atividades como: “artes, desporto, cidadania e informática, entre outras, destinadas a uma pluralidade de grupos” (Monteiro & Fragoso (org.), 2023) e que tornam o processo de mudança mais valorizado e enriquecedor para o público a quem se destina todo o processo.

Torna-se ainda necessário um “encontro entre ciência e vivência, conhecimento científico e local, atores endógenos e exógenos, potenciando por metodologias participativas que animem o diálogo, as inter-relações a memória e as identidades, as lideranças e as visões (...) num quadro de valores respeitador também da não participação e não pertença” (Monteiro & Fragoso (org.), 2023).

No tópico seguinte, é enquadrada a instituição em que se estruturou o estudo de caso aqui apresentado e, posteriormente, será analisada toda a pesquisa elaborada através das narrativas das técnicas e utentes da instituição.

E) Enquadramento Institucional

1. Casa Vera Cruz (CVC)

A Casa Vera Cruz (CVC) é uma instituição particular de solidariedade Social (IPSS)/ Organização Não Governamental (ONG) constituída por iniciativa da Fábrica da Igreja da Vera Cruz, deviamente autorizada pelo bispo da Diocese de Aveiro. Iniciou funções em 1971 e assegura diversas atividades, serviços, valências e projetos, sempre com o objetivo de combater as variadas formas de pobreza e de exclusão social.

Localizada em Aveiro, esta instituição pretende servir a sua comunidade promovendo a inclusão e o aumento de competências de grupos em exclusão ou em risco de exclusão social.

Destaca-se ainda a missão da instituição: “Promoção da qualidade de vida da comunidade através de respostas inovadoras”. E também a visão: “Ser reconhecida como uma IPSS de referência, pioneira na implementação de práticas educativas e sociais de qualidade” (Casa Vera Cruz, s.d.).

2. Valências/serviços da Casa Vera Cruz (CVC)

A instituição Casa Vera Cruz (CVC) é assim composta de vários serviços/valências, que dão resposta às várias necessidades da comunidade:

- Creche – “(...) esta valência funciona em 2 edifícios distintos, mas contíguos: a Creche do Edifício Padre Fernandes e a Creche da Vera e do Cruz, com capacidade para 158 crianças no total.”
- Pré-escolar – “A valência de Pré-Escolar da CVC, inserida na rede escolar nacional e apoiada pelos Ministérios da Educação e da Solidariedade Social, destina-se a acolher crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos de idade.”
- CATL – Atividades de tempos livres – 1.º ciclo e 2.º ciclo – “A valência do Centro de Atividades de Tempos Livres (C.A.T.L.), a funcionar no Edif. Pde. Fernandes, Rua Prior Manuel A. Fernandes, n.º 21, em Aveiro, acolhe crianças que frequentam o 1.º e 2.º ciclo, em apoio às Escolas da cidade de Aveiro (Barrocas, Vera Cruz, Glória, Santiago e João Afonso). Eventualmente também presta apoio a outras escolas.”
- CAFAP – “O CAFAP ‘Entre Laços’ é um serviço de apoio especializado a famílias com crianças e jovens do concelho de Aveiro, vocacionado para a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial, mediante o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das famílias.”

- CLAIM – “O Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes funciona desde 2003, integrando a rede CLAIM do Alto Comissariado para as Migrações. Atualmente é uma atividade do projeto “Somos Todos Migrantes”, cofinanciado pelo FAMI (Fundo de Asilo, Migração e Integração) que objetiva a promoção da integração de imigrantes nacionais de Países Terceiros (não Europeus).”
- Alternativas – “O projeto Alternativas, cofinanciado pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (SICAD), é um projeto no âmbito da prevenção dos comportamentos aditivos e dependências com intervenção em contexto comunitário.”
- GIP Univera – “O GIP UNIVERA é uma estrutura de apoio ao emprego que, em estreita cooperação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, apoia jovens e adultos migrantes desempregados na definição e desenvolvimento do seu percurso de inserção e reinserção no mercado de trabalho.”
- Casa Abrigo “VeraVida” – “A Casa de Abrigo ‘VeraVida’ do CVC destina-se ao acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica acompanhadas ou não dos seus filhos. Tem capacidade para 16 utentes (mulheres e crianças) e funciona 24 horas por dia, 365 dias por ano.”
- POAMPC – “O Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas é um instrumento de combate à pobreza e à exclusão social em Portugal. (...) o Programa foi desenhado (tendo como foco os referidos objetivos) numa lógica de intervenção mediante apoio alimentar e outros bens de consumo básico, assim como no desenvolvimento de medidas de acompanhamento que capacitem as pessoas mais carenciadas a vários níveis, promovendo assim a sua inclusão.”
- Caleidoscópio – “O projeto CALEIDOSCÓPIO, desenvolvido pela Casa Vera Cruz, é cofinanciado pelo FAMI (Fundo de Asilo, Migração e Integração) e objetiva a promoção da integração de imigrantes nacionais de Países Terceiros (não Europeus). Esta resposta inovadora assume-se como projeto-piloto, funcionando como espaço de reflexão, partilha e diagnóstico, que visa combater diferentes formas de exclusão social e fornecer serviços de proximidade à comunidade, auxiliando na resposta às problemáticas emergentes.

Neste sentido, o projeto Caleidoscópio apresenta como respostas três componentes: MICUA (Migrantes, Cultura e Artes) – Dinamização de atividades de Animação Sociocultural que facilitem a integração no contexto envolvente, valorizando a sua história/cultura e competências para que se tornem autónomos e protagonistas de seu

projeto de vida; MIGLING (Migrantes e Língua) – Curso de Português não formal como Língua Estrangeira (PLE), para desenvolver competências de comunicação para situações de vida diária; DiSVIO (Não à violência e à discriminação) – Gabinete de Apoio à Vítima Migrante de crime, nomeadamente, violência doméstica, tráfico de seres humanos e/ou discriminação.”

- Aveiro Casa que Acolhe – “O projeto Aveiro, Casa que Acolhe, visa apoiar e integrar migrantes oriundos do Afeganistão e da Ucrânia, requerentes ou beneficiários de proteção internacional ou proteção temporária.”
- STAF – “O STAF – Serviço Transversal de Apoio às Famílias surge como uma resposta articulada às crescentes solicitações de apoio ao nível alimentar e de outros bens de 1.ª necessidade, de vestuário, mobiliário (...).”
- Puro Linho – “A unidade empresarial Puro Linho desenvolve os seguintes serviços: Lavandaria, Limpeza e Manutenção.”
- VeraEventos – “A funcionar desde junho de 2007, este serviço organiza eventos e festas, nas instalações da Casa Vera Cruz ou no exterior.”
- Formação e consultoria – “O departamento de formação da CVC é uma unidade Acreditada pela DGERT desde setembro de 2002 e Certificada pela mesma entidade desde maio de 2016, nas áreas de Educação Formação 761 – Serviços de Apoio a Crianças e Jovens e 762 – Trabalho Social e Orientação” (Casa Vera Cruz, s.d.).

3. Casa Abrigo “VeraVida”

O estudo de caso aqui fundamentado incide sobre a casa abrigo “VeraVida”, que faz parte da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD), carecendo de supervisão técnica da CIG, em articulação com os serviços competentes da Segurança Social, como verificado anteriormente.

É uma casa que se destina ao acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não dos seus filhos. Tem capacidade para 16 utentes, incluindo mulheres e crianças e *“funciona 24 horas por dia, 365 dias por ano”* (Casa Vera Cruz, s.d.).

“Nesta estrutura de acolhimento trabalha uma equipa de profissionais qualificados, composta por 1 diretora técnica, 1 psicóloga, 1 técnica de serviço social, 1 jurista a tempo parcial, 1 administrativo a meio tempo e 5 ajudantes de ação direta. Trata-se, em termos físicos, de uma habitação unifamiliar com 8 quartos, 2 salas, 3 gabinetes, cozinha, lavandaria, 6

casas de banho e um espaço exterior para atividades lúdicas das crianças. Durante o acolhimento, com o apoio psicossocial e jurídico da equipa da Casa, as mulheres utentes encontram segurança, acesso a informação e empoderamento, visando a construção, para si e seus filhos, de novos projetos de vida sem violência” (Casa Vera Cruz, s.d.).

É fundamental para as utentes que entram para a casa a sua estabilização a nível psicológico e social, assim como a sua segurança e também a construção de novos objetivos de vida, em que a violência não esteja presente.

São assim pressupostos também da instituição que a utente ultrapasse o episódio de violência, capacitando-se de novas competências e empoderando-se, valorizando as já adquiridas. Aqui, também são importantes as parcerias que a casa abrigo tem, como, por exemplo, com o centro de emprego.

É também uma instituição de referência na comunidade em que está inserida, por desenvolver vários projetos no combate às diversas formas de exclusão social. Todos os técnicos, colaboradores e utentes da casa abrigo mostraram-se sempre muito disponíveis ao longo do estudo aqui desenvolvido, o que facilitou as entrevistas, dinâmicas e inquéritos desenvolvidos com as utentes e com as técnicas da casa abrigo “VeraVida”.

F) Enquadramento Metodológico

1. Estudo de caso

Neste capítulo é exposta a metodologia da investigação do estudo, sendo abordada, inicialmente, a definição do conceito de estudo de caso, a par com as características e os tipos de estudo de caso existentes.

“O estudo de caso como estratégia de investigação é abordado por vários autores, como Yin (1993 e 2005 cit. p/ Osório & Meirinhos, 2010), Stake (1999), Rodríguez et al. (1999) (cit. p/ Osório & Meirinhos, 2010), entre outros, para os quais, um caso pode ser algo bem definido ou concreto, como um indivíduo, um grupo ou uma organização, mas também pode ser algo menos definido ou definido num plano mais abstrato, como decisões, programas, processos de implementação ou mudanças organizacionais” (Osório & Meirinhos, 2010).

Os autores Manuel Portugal Ferreira e Fernando Ribeiro Serra, em Casos de Estudo, referem o estudo de caso como tendo forças e fraquezas. Relativamente às primeiras, é mencionado que o estudo de caso: *“Permite uma análise mais detalhada do que as análises estatísticas de amostras grandes (representativas); Bom para lidar com situações onde o contexto, a inovação e a criatividade são importantes; permite maior flexibilidade, uma perceção mais ‘livre’ de novos fenómenos; O caso põe muita da ênfase no contexto; Ensina a tomar decisões e a procurar evidências (informações específicas) que as fundamentam”* (Ferreira & Serra, 2009).

Por sua vez, quanto às fraquezas, é referido que: *“A análise dos casos é sujeita a muita subjetividade e pouca ‘precisão’, objetividade e rigor. A subjetividade está na interpretação de dados qualitativos e nas inferências a partir destes; potenciais problemas éticos podem emanar este método, quando os vieses do próprio investigador se tornam salientes ou os resultados são influenciados por um agente externo; as dificuldades de generalização para além do caso estudo são a maior crítica ao método de estudo de caso”* (Ferreira & Serra, 2009).

Optou-se por uma investigação mais qualitativa, em que foi privilegiado o contacto com a instituição, através da participação das utentes e técnicas que aceitaram participar. Assim, a informação tornou-se mais “fiel” e real, em conformidade com o caso retratado.

Inicialmente, definiu-se como amostra inicial para o estudo dez vítimas de violência doméstica e cinco técnicos da instituição. Posteriormente, ao longo da abordagem, a amostra foi alterada para duas técnicas da instituição e sete utentes da casa abrigo VeraVida. No contacto com a instituição, percebeu-se que seria o mais adequado devido a existirem duas

técnicas em contacto direto com a instituição e também porque na casa abrigo referida, no momento do estudo (fevereiro e junho de 2023), estavam na instituição mulheres e nove crianças.

Como método de recolha de dados, foi utilizada a observação participante, para estar no “terreno” e conhecer o público-alvo da investigação, assim como conversas informais com as técnicas e utentes da instituição.

Foram utilizadas também as entrevistas semiestruturadas com um guião (em anexo 3), com alguns parâmetros a abordar, mas em que o entrevistado tinha a oportunidade de se expressar e de acrescentar pontos de vista diferentes. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas, tendo o seu conteúdo sido analisado (anexos 4 e 5).

Para que a informação fosse a mais concreta possível, foi utilizado também o questionário, em que a utente pôde especificar e categorizar a situação em que se encontrava antes de entrar na instituição, assim como depois de entrar e, em alguns casos, até sair.

Para verificar as informações acerca do tema, foi também fundamental a pesquisa bibliográfica.

Desta forma, o estudo de caso é uma opção metodológica abrangente que pode contemplar uma base mais qualitativa e incluir também dados quantitativos, “(...) conforme a opinião de Latorre et al. (2003) cit. p/ Osório & Meirinhos (2010), para além do estudo de caso ser visto com mais ênfase nas metodologias qualitativas, isso não significa, que não possam contemplar perspectivas mais quantitativas. Stake (1999) cit. p/ Osório & Meirinhos (2010) refere que a distinção de métodos qualitativos e quantitativos é uma questão de ênfase, já que a realidade é uma mistura de ambos” (Osório & Meirinhos, 2010, pp. 52-53).

De acordo com a tipologia, os autores citam, mais uma vez, Yin para descrever os estudos de caso existentes de acordo com a dimensão de casos em estudo: “Os estudos exploratórios têm como finalidade definir as questões ou hipóteses para uma investigação posterior. Isto é, são o prelúdio para uma investigação subsequente, mas não necessariamente um estudo de caso. Estes estudos são diferentes dos descritivos, podendo buscar hipóteses e proposições relevantes para orientar estudos posteriores. Pretendem fornecer um certo suporte para a teorização. Os estudos exploratórios são, talvez, segundo Yin (1993) cit. p/ Osório & Meirinhos (2010), os de reputação mais notória. Por outro lado, os estudos descritivos representam a descrição completa de um fenómeno inserido no seu contexto. Os estudos explanatórios procuram informação que possibilite o estabelecimento de relações de

causa-efeito, ou seja, procuram a causa que melhor explica o fenómeno estudado e todas as suas relações causais” (Osório & Meirinhos, 2010, p.57).

Os autores Osório e Meirinhos (2010) salientam também no documento a importância do investigador no estudo de caso: “O fundamental desta observação participante é a integração do investigador no campo de observação. Observa desde a perspectiva de um membro participante, mas também pode influenciar o que observa devido à sua participação (Flick, 2004 cit. p/ Osório & Meirinhos (2010)). Neste sentido, o observador pode tornar-se parte activa do campo observado” (Osório & Meirinhos, 2010, p.60).

Ainda é referido os tipos de instrumentos de recolha de dados utilizados em estudos de caso, alguns usados na investigação aqui referida.

- Diário: “O diário é um bom instrumento para registo dos processos e procedimentos de investigação.”
- Questionário: “Enquanto técnica de recolha de dados, o questionário pode prestar um importante serviço à investigação qualitativa. Esta técnica baseia-se na criação de um formulário, previamente elaborado e normalizado.”
- Fontes documentais: “Estas fontes podem ser diversas: relatórios, propostas, planos, registos institucionais internos, comunicados, dossiers, etc. A informação recolhida pode servir para contextualizar o caso, acrescentar informação ou para validar evidências de outras fontes.”
- Entrevista: “A entrevista é considerada uma interacção verbal entre, pelo menos, duas pessoas: o entrevistado, que fornece respostas, e o entrevistador, que solicita informação para, a partir de uma sistematização e interpretação adequada, extrair conclusões sobre o estudo em causa” (Osório & Meirinhos, 2010, p.62).

Ainda acerca da entrevista, que é um instrumento de recolha de dados muito importante nesta investigação, importa referir que existem vários tipos de entrevista:

“(…) a entrevista pode ser livre ou não estruturada, semidirigida ou semiestruturada e fechada ou estruturada. Na entrevista livre ou não estruturada o discurso é espontâneo, ou seja, há o fluxo natural de ideias. Este tipo de entrevista, possibilita a investigação mais profunda da realidade e da personalidade humana. A entrevista semidirigida ou semiestruturada especifica as áreas que devem ser exploradas, mas não estrutura as perguntas nem a sequência destas. A entrevista fechada ou estruturada é altamente padronizada e estruturada, requer informações de temas específicos e prescreve maneiras de obtê-los. Esta

forma permite extrair informações de diferentes entrevistados e facilita a quantificação e a comparação sistemática dos dados” (Freitas Silva, de Freitas Macêdo, de Almeida Rebouças & Alves e Souza, 2006, pp.251-252).

Como anteriormente referido, a investigação qualitativa esteve muito presente no estudo desenvolvido e, dessa forma, na pesquisa qualitativa, importa clarificar que esta entende-se pela compreensão do fenómeno total, ou seja, todas as variantes da realidade devem ser consideradas: “Os pesquisadores qualitativos tentam compreender os fenómenos que estão sendo estudados a partir da perspectiva dos participantes. (...) Deve-se assegurar, no entanto, a precisão com que o investigador captou o ponto de vista dos participantes, testando-o junto aos próprios informantes ou confrontando sua percepção com a de outros pesquisadores. (...) As abstrações são construídas a partir dos dados, num processo de baixo para cima” (Godoy, 1995, p.63).

2. Questão inicial e objetivos do estudo

Esta investigação tem como tema principal: “A intervenção socioeducativa da Casa Abrigo VeraVida como estratégia na capacitação das mulheres acolhidas, vítimas de violência doméstica” e pretendeu responder às questões orientadoras:

- Como as mulheres vítimas de violência doméstica da Casa Abrigo VeraVida beneficiam das ações/atividades realizadas na instituição?
- Será que as mulheres vítimas de violência doméstica da Casa Abrigo VeraVida são estimuladas/capacitadas para aquisição/aperfeiçoamento de competências pessoais, sociais e profissionais?
- As mulheres vítimas de violência doméstica da Casa Abrigo VeraVida quando saem da casa abrigo estão mais autónomas a nível pessoal, social e profissional?

Para o efeito, a investigação decorreu na resposta social através de observação participante, em contacto direto com as mulheres acolhidas e com as técnicas que com elas trabalham. Realizou-se ainda a análise das suas narrativas através da aplicação das entrevistas e dos questionários.

O objetivo principal, como o estudo de caso aqui apresentado, é “Compreender como a intervenção socioeducativa realizada na Casa Abrigo VeraVida com as mulheres vítimas de violência doméstica contribui para o seu empoderamento e capacitação”.

Como objetivos secundários, pretende-se:

- Caracterizar o acompanhamento prestado às mulheres vítimas de violência doméstica em acolhimento na Casa Abrigo VeraVida.
- Avaliar como as atividades realizadas vão ao encontro das necessidades e dos interesses das mulheres vítimas de violência doméstica acolhidas na instituição.
- Perceber como a Casa Abrigo VeraVida ajuda as vítimas de violência doméstica capacitando-as a nível pessoal e profissional.
- Avaliar as histórias de vitimização das mulheres em acolhimento na casa abrigo.
- Apresentar a equipa multidisciplinar que atua na Casa Abrigo VeraVida.

G) Enquadramento do Público-Alvo

Das utentes referenciadas aqui nominalmente, e preservando a sua identidade, sete mulheres aceitaram a participação no estudo de caso com o preenchimento de uma declaração de consentimento informado (anexo 1).

Durante a investigação, recorreu-se à observação participante, com o exercício de funções de investigadora na casa abrigo desde fevereiro até julho de 2023, realizando-se cerca de 15 horas de trabalho voluntário, o que possibilitou o conhecimento dos espaços, do seu funcionamento, das dinâmicas e também permitiu conhecer as utentes e as técnicas da instituição.

Para que os dados da investigação se tornassem mais concretos e abrangentes ao contexto, também se realizaram entrevistas às técnicas que habitualmente trabalham e conhecem as mulheres vítimas acolhidas na casa abrigo (quadro n.º 2).

Realizou-se também uma dinâmica com as utentes, em que lhes foi solicitado que mencionassem três palavras que caracterizasse, na sua opinião, a casa (anexo 2).

A dinâmica, entrevistas e questionários decorreram durante junho e julho de 2023.

De salientar ainda que duas utentes saíram da investigação. Enquanto uma das utentes se autonomizou da Casa Abrigo “VeraVida” (CVV), saindo do país com familiares, a outra utente não se sentia bem em expor a sua opinião acerca da casa abrigo e a sua história de violência doméstica.

Desta forma, seguidamente estão descritas as utentes da instituição até julho de 2023. As informações apresentadas foram fornecidas pelas próprias utentes e também pelas técnicas da instituição.

Quadro n.º 1: descrição das utentes na instituição

Nome	Idade	Nacionalidade	Escolaridade	Profissão	Data de entrada na instituição	Data de saída da instituição	Filhos
A	29 anos	Albanesa	Secundário (12.º ano)	Empregada de balcão	27 de abril de 2020	3 de julho de 2023	1 filha - 6 anos
B	24 anos	Portuguesa (origem São	Secundário (12.º ano)	Empregada doméstica	5 de maio de 2021	7 de julho de 2023	1 filha - 6 anos

		Tomé e Príncipe)					
C	36 anos	Brasileira	Secundário (12.º ano)	Desempregada	8 de julho de 2021	Ainda se encontra na instituição	1 filha - 3 anos
D	41 anos	Sul-Africana	Secundário (12.º ano)	Desempregada	27 de outubro de 2021	Ainda se encontra na instituição	1 filho - 9 anos
E	24 anos	Portuguesa	Sem informação	Desempregada	6 de outubro de 2022	3 de abril de 2023	2 filhos - 9 meses e 3 anos
F	50 anos	Brasileira	Sem informação	Auxiliar educativa	6 de outubro de 2022	Ainda se encontra na instituição	0 filhos
G	48 anos	Portuguesa	9.º ano	Auxiliar de serviços gerais	6 de fevereiro de 2023	Ainda se encontra na instituição	1 filha - 15 anos
H	32 anos	Brasileira	Licenciada em Enfermagem	Desempregada	13 de fevereiro de 2023	Ainda se encontra na instituição	1 filha - 5 meses
I	34 anos	Colombiana	Secundário (12.º ano)	Desempregada	18 de abril de 2023	Ainda se encontra na instituição	2 filhas - 13 e 15 anos

Fonte: dados fornecidos através das entrevistas em anexo n.º 4

Através do quadro n.º 1 acima exposto, verifica-se que são mulheres maioritariamente de nacionalidade estrangeira, em que três são de nacionalidade portuguesa e as restantes, albanesa, brasileira, colombiana e sul-africana, cujas idades variam entre os 20 e os 50 anos.

São mulheres, na sua maioria, com o ensino secundário completo ou com o terceiro ciclo, existindo apenas uma mulher acolhida com licenciatura.

É possível verificar também que a maioria das acolhidas estão desempregadas e que as restantes estão a trabalhar como empregada de balcão, empregada doméstica, auxiliar educativa e auxiliar de serviços gerais.

A maioria das mulheres acolhidas ainda se encontra na instituição e as restantes ficaram entre seis meses e três anos.

Com as mulheres acolhidas que saíram, foi possível verificar que estavam com um novo projeto de vida. Por vezes, decidiram sair do país com a ajuda de familiares, encontrando um novo emprego, habitação estável. E outras, mesmo mantendo-se no nosso país, também se autonomizam sozinhas, ou com apoio dos familiares e amigos, procurando emprego e habitação estável. Muitas vezes, já se autonomizam com essas garantias, a instituição apoia sempre nessa fase. Estavam sobretudo mais confiantes e felizes com o que se iria seguir.

Para as entrevistas, foram selecionados alguns temas para facilitar as questões tendo em conta os objetivos anteriormente selecionados. Desta forma, no quadro n.º 3, evidencia-se os pontos abordados.

A entrevista com as técnicas (quadro n.º 2) foi realizada no dia 7 de junho de 2023, na Casa Abrigo, pelas 10h30 e durou cerca de 30 min. Optou-se por entrevistar as duas técnicas ao mesmo tempo, para que a informação se complementasse e o conteúdo fosse mais abrangente.

Através do quadro n.º 2, enquadra-se as técnicas da instituição que têm muita relevância no acolhimento das mulheres vítimas de violência, pois estão em contacto diário com as acolhidas, ouvindo e prestando apoio nas diversas áreas da atuação. Também estão presentes em outros projetos da instituição Casa Vera Cruz, como se comprova na entrevista que é possível encontrar no anexo n.º 4.

Em relação às entrevistas com as utentes, foram entrevistas curtas, de cerca de 10/15 minutos, nos dias 29 de junho, 7 de julho, 8 de julho e 11 de julho.

A duração das entrevistas deveu-se ao tempo que cada uma tinha, muitas vezes realizaram-se em horário pós-laboral, tinham tarefas a cumprir ou simplesmente não queriam/não conseguiam falar por ser um tema sensível. No entanto, apesar dos contratempos, participaram e tiveram abertura de contar a sua experiência para este trabalho académico. Assim, as entrevistas realizaram-se nos dias 29 de junho, 7 de julho, 8 de julho e 11 de julho.

Quadro n.º 2: descrição das técnicas da instituição

Categoria profissional: Psicóloga	Categoria profissional: Assistente Social
Experiência na casa: 18 anos na casa abrigo VeraVida	Experiência na casa: 18 anos na casa abrigo VeraVida
Função: Psicóloga da casa junto das mulheres acolhidas, e participa noutros projetos da instituição.	Função: Assistente social da casa, estabelece comunicações com a rede de parceiros que auxilia nos processos das mulheres acolhidas e participa também noutras atividades da instituição.

Fonte: dados fornecidos através das entrevistas no anexo n.º 4

H) Apresentação dos Resultados

Para esta investigação, foi realizado um questionário, no qual o objetivo era determinar as características das utentes que aceitaram participar no estudo, assim como quantificar de 0 a 10 o apoio prestado pela casa, as relações com as técnicas, as relações entre as utentes, o tipo de relação com o agressor, o tipo de violência sofrida e os sentimentos das utentes quando chegaram a instituição. Além disso, permitiu às utentes refletirem acerca do apoio da casa através de uma resposta mais longa.

Nas entrevistas com as técnicas da Casa Abrigo, pretendeu-se perceber, inicialmente, qual a experiência e função das técnicas da Casa Abrigo, assim como quais as valências da instituição onde as técnicas estão incluídas, além de perceber acerca do regulamento da Casa. Já acerca das utentes, foi objetivo perceber maioritariamente com as técnicas as características das utentes. Relação com o agressor, expectativas das mulheres acolhidas, anonimato das mulheres em acolhimento, trabalho individualizado, tempo de permanência das utentes na casa, novos projetos de vida das utentes, processo de autonomização das utentes.

Na entrevista com os utentes, foi objetivo perceber as profissões das utentes acolhidas, tempo de permanência na casa, quais os meios de entrada, o dia a dia da utente na casa, a relação com o agressor, quando começaram as agressões, quanto tempo durou a relação, tipo de violência sofrida, como a ida para a casa era importante na autonomização, ações e atividades realizadas na instituição, como e quando iam sair de casa, como imaginavam a vida fora da instituição, objetivos de vida e como imaginavam o futuro.

De salientar ainda que também foi objetivo estabelecer contacto com as entidades governamentais e associações ligadas ao tema da violência doméstica, como é o caso das Caritas, APAV, UMAR e CIG, no entanto as instituições evidenciadas não responderam e assim não foi possível evidenciar a visão das instituições mencionadas às questões sobre o funcionamento das casas abrigo e também do benefício para as mulheres vítimas de violência doméstica em perigo.

Quadro n.º 3 - Categorias nas entrevistas

Entrevista técnicas	Entrevista utentes
Nome; função; experiência na casa;	Profissão da utente;
Valências da instituição;	Tempo de permanência na casa;
Regulamento da Casa Abrigo;	Por que meios a utente entrou na casa;

Características das utentes;	Dia a dia na utente na casa;
Relação com agressor;	Relação com o agressor;
Expectativas das utentes na entrada para casa;	Quando começaram as agressões;
Anonimato das utentes;	Quanto tempo durou a relação;
Trabalho individualizado com as utentes;	Tipo de violência a que foi sujeita;
Tempo de permanência das utentes na casa;	Como a ida para a casa está a ser importante na autonomização;
Projetos de vida das utentes;	Ações/Atividades que realizam na casa /instituição;
Processo de autonomização das utentes.	Como/Quando vai sair da casa;
	Como imagina a vida fora do apoio da instituição;
	Objetivos de vida a curto e longo prazo;
	Como imagina o futuro.

Fonte: autoria própria com a informação das entrevistas realizadas no anexo n.º 4

Sendo a casa abrigo uma instituição para acolher as vítimas de forma temporária e que pretende promover aptidões profissionais, sociais e pessoais com o objetivo de prevenir eventuais situações de exclusão social e reinserção social, pretende-se perceber neste estudo como a Casa Abrigo VeraVida o realiza e como as utentes se sentem com esse apoio e também como as utentes se autonomizam.

Desta forma, foram estabelecidas quatro grandes áreas de investigação:

- 1) Como as mulheres vítimas de violência doméstica são estimuladas/capacitadas na Casa Abrigo VeraVida;
- 2) Como as mulheres vítimas de violência doméstica sentem que a casa está a ser importante na sua autonomização;
- 3) Qual o grau de vitimização sofrida pelas mulheres vítimas de violência doméstica residentes na casa abrigo;
- 4) Como as mulheres vítimas de violência doméstica chegaram à Casa Abrigo VeraVida;

Idade(age)

5 responses

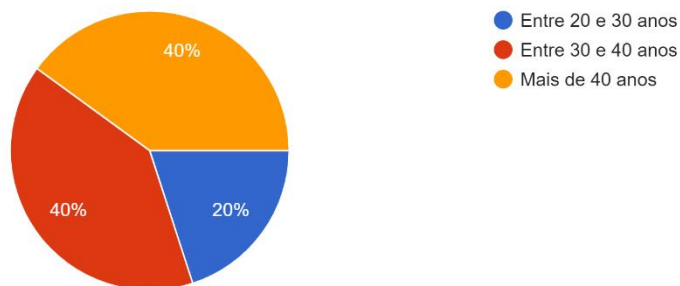


Figura 6 - Idade das utentes

Assim, na fig. 6 são apresentadas as idades das mulheres vítimas de violência doméstica em acolhimento na casa abrigo. Percebe-se que as idades predominantes estão na faixa dos 30 anos e mais de 40 anos, embora também existam, em menor número, utentes na faixa dos 20 aos 30 anos.

Escolaridade(schooling)

5 responses

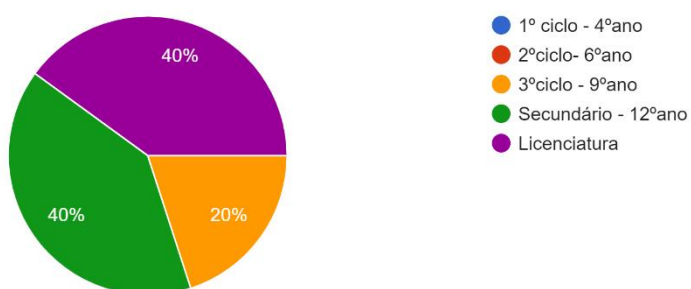


Figura 7 - Escolaridade das utentes

Já na figura 7 percebemos que a escolaridade predominante é o secundário e a licenciatura.

Nas entrevistas com as técnicas da casa abrigo (anexo 4), quando foram questionadas acerca da idade, nacionalidade e escolaridade das utentes, as respostas foram:

“T2: As utentes têm uma grande diversidade de características (...)

(...)

T1: (...) Mas temos (utentes) de qualquer parte do país (...) Temos tido utentes de qualquer (faixa etária) desde muitos jovens a pessoas mais idosas (...) Maioritariamente temos um grupo mais jovem. Entre os 30 e os 40 (...)

T2: Culturalmente também são muito diversas (...)

T1: Ao nível da escolaridade, também temos diferenças (...).

T1: Existe um menor número de utentes de ensino superior, sem qualquer dúvida (...).

T1: A grande maioria localiza-se, digamos, com terceiro ciclo, secundário (...).

T1: Normalmente têm o 3.º ciclo, secundário ou as vezes até já têm cursos tecnológicos especializados.”

Desta forma, verifica-se a diversidade de características das utentes acolhidas na casa como verificado nos questionários anteriormente evidenciados. Já em entrevista com as utentes (anexo 4), também é possível verificar essa diversidade, ao nível da nacionalidade, escolaridade e profissão, através de algumas respostas enunciadas pelas mulheres em acolhimento:

“E: Portanto, qual é a sua profissão?

Utente B: Neste momento, empregada doméstica...

(...)

E: Ok, então vivia na Figueira da foz, certo?

Utente B: Não... não... sou de Coimbra.

(...)

Utente B: Não. Ainda estou indecisa em terminar o meu curso na... na faculdade que eu também já...

(...)”

“E: Então, começando, qual é que é a sua profissão?

Utente D: É Limpezas.

E: Ou seja, auxiliar de limpeza? É isso?

Utente D: (...) no Algarve, onde eu estava (...)”

“E: What is your profession?

Utente G: My profession is a cleaner. I clean offices.

E: What is your studied?

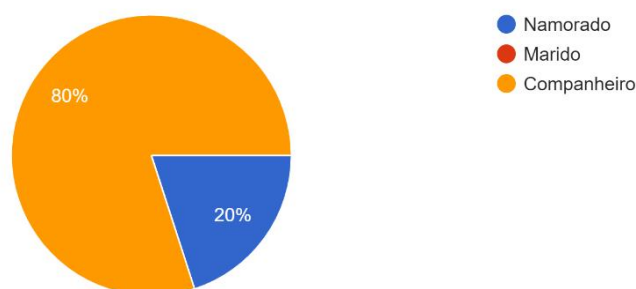
Utente G: Is travel agent.

(...)

Utente G: And I also studied psychology as well. (...)”

Figura 8 - Relação com o agressor

5 responses



Quando questionadas acerca da relação com o agressor, através da fig. 8, verificamos que os agressores das utentes institucionalizadas eram, na sua maioria, seus companheiros, coabitando na mesma habitação.

Já em relação às entrevistas com as técnicas da casa abrigo, também referenciaram como era a maioria, a coabitação e união de facto que predominava nas relações com o agressor, como se pode verificar a partir dos exemplos retirados da entrevista no anexo 4:

“E: E qual é que é a principal relação que têm com o agressor? (...)”

T1: (...) muitas vezes, é o companheiro

T1: (...) a União de facto é maioritária neste momento relativamente ao casamento.”

Já nas entrevistas realizadas, nas mulheres em acolhimento também se verificam a mesma incidência:

“E: (...) qual é que era a relação com o agressor (...)?”

(...) Utente B: Mais ou menos no meio da relação... assim no namoro.”

“E: Qual é que era a relação com o agressor?

(...)

Utente H: Foi, nós já vivíamos junto. Foi quando eu fui morar com ele e com a mãe dele. Aí eu sofri a primeira agressão (...).”

Selecione o(s) tipo(s) de violência do qual foi alvo (select the type of violence you were the target of)

5 responses



Figura 9-Tipo de vitimização sofrida

Através da fig. 9, verificamos o tipo de agressão sofrida pelas utentes, verificamos que todas seleccionaram, pelo menos, algum tipo de violência. Os tipos mais mencionados são a agressão física, violência financeira, manipulação e violência psicológica. De seguida, o mais referido é humilhação social, controlo social e perseguição. Só depois surge a violência sexual, o controlo de redes sociais e perseguição.

Através das entrevistas realizadas às mulheres acolhidas (na íntegra no anexo 4), essa vitimização também se evidenciou, como se comprova através de alguns excertos:

“E: Quando é que começou a ser agredida? Quanto tempo é que foi?

Utente D: 14 anos.

E: E estiveram juntos quanto tempo?

Utente D: 25.

Utente D: Agredida, não só fisicamente, mas também psicologicamente....

Utente D: Porradas, murros, apertos (...) empurrões, psicológica (...)

Utente D: Tinha de estar sempre a telefonar... chamava-me nomes...”

“Utente H: Sim, física, psicológica, e quando eu fui morar com eles, a mãe dele e ele cobravam 300 euros para dormir na casa deles, para morar lá na casa, 200 euros de água, luz. E deixavam tomar só um banho por dia, para lavar o cabelo uma vez no mês.

Utente H: É, eu não podia falar com ninguém (...).”

Na questão “Como se sentia quando chegou a casa VeraVida? (fig. 10), percebemos como a utente se sentia quando chegou a casa. Os valores mais mencionados são o 0 e o 4, ou seja, muito mal e médio mal.

De 0 a 10 como se sentia quando chegou a casa VeraVida? By 0-10 how do you feel when you arrived tou house VeraVida?

5 responses

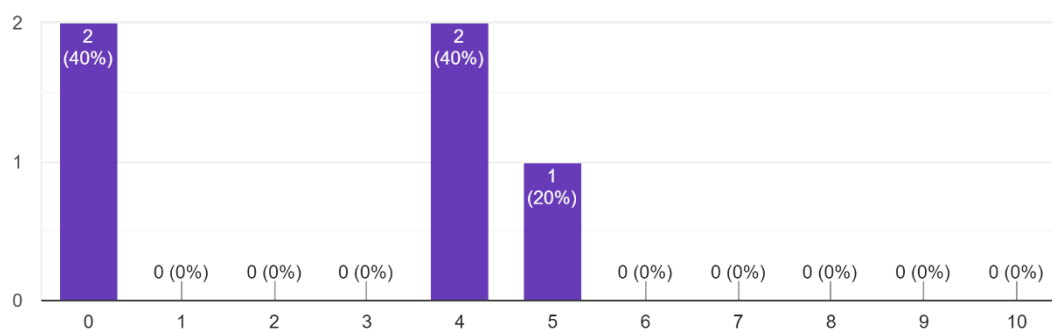


Figura 10 - Sentimentos aquando da chegada à casa abrigo

De 0 a 10 qual o nível de acolhimento das restantes utentes quando chegou a casa VeraVida ? By 0-10 what is the reception level of the remaining users?

5 responses

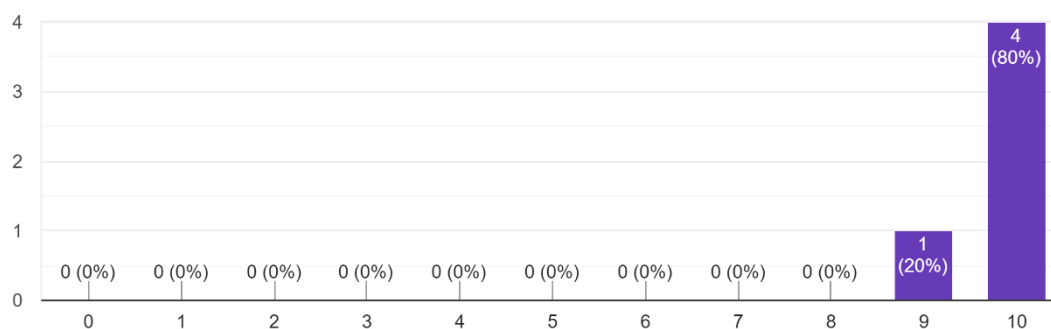


Figura 11 - Acolhimento das restantes utentes

Em relação às entrevistas das mulheres em acolhimento (anexo 4), é possível verificar os sentimentos “muito mal” e “médio mal” como os mais mencionados na figura 10, como é possível verificar a partir do seguinte excerto:

“Utente H: (...) Quando eu cheguei, confesso que eu chorava muito, mas era pela situação que eu estava vivendo, e aquele pensamento, será que eu vou conseguir criar a minha filha, será que eu vou conseguir dar um futuro melhor para a minha filha, eu tinha esse pensamento, mas com a ajuda das doutoras, das técnicas e também das outras senhoras aqui da casa...”

Na fig. 11, percebemos que a perceção das utentes é que as restantes utentes as acolheram muito bem na chegada à casa abrigo, o que se evidencia através do excerto mencionado.

De 0 a 10 como se sente em relação às regras na casa ? By 0-10 how do you feel about the house rules?

5 responses

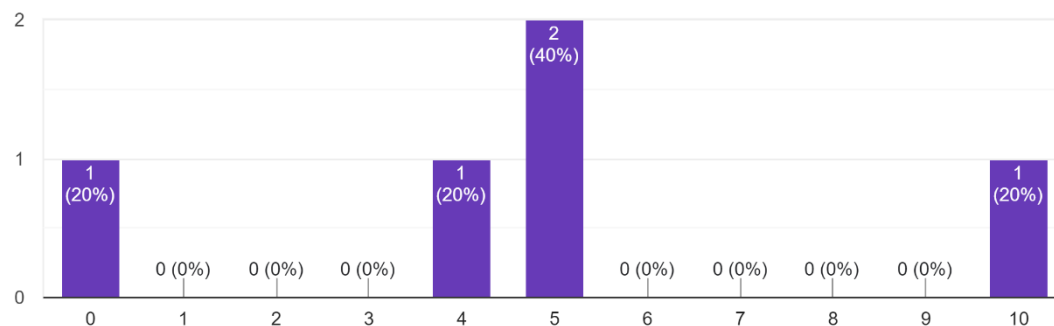


Figura 12 - Regras da casa

As utentes, na questão sobre as regras da casa (figura 12), colocaram mais o número 5, ou seja, a maioria sente-se mais ou menos em relação às regras da casa, mas também selecionaram “muito restritas” nas regras e “nada restritas” em relação às regras.

Pela descrição da utente aqui referenciada, verifica-se a consonância do resultado do questionário acima referido:

“Utente G: (...) The shelter is all very good, but they have to almost people, like they are children, you have got to duties (...).”

De 0 a 10 qual o nível de acolhimento das técnicas quando chegou a casa VeraVida ? By 0-10 what is the reception level of the techniques?

5 responses

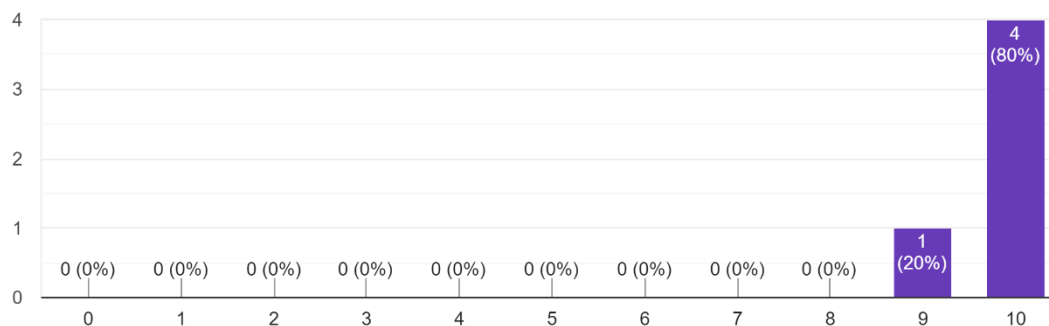


Figura 13 - Acolhimento das técnicas

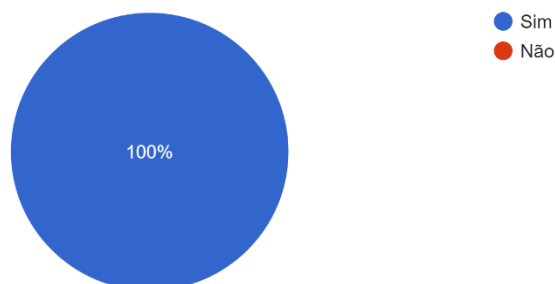
Já na figura 13 verifica-se o acolhimento das técnicas quando as mulheres, vítimas de violência doméstica, chegaram à casa abrigo.

A resposta maioritária foi o “10”, ou seja, verifica-se um muito bom acolhimento das técnicas da casa abrigo.

Figura 14 - Objetivos de vida

Através do apoio das técnicas da casa VeraVida conseguiu ter novos objetivos para si e para o seu/sua(s) Filho/a(s) ? With the support of the tec...u able to set new goals for yourself and your child?

5 responses



Para verificar estes dados, realizou-se uma dinâmica (anexo 2) com as mulheres vítimas de violência doméstica, em que lhes foi pedido que escrevessem palavras acerca da casa abrigo. Assim, foram mencionados também aspetos positivos acerca da casa, das técnicas e das restantes utentes: “prestativos”; “todas as inquilinas se tornaram família”; “simpáticas”; “amigas”; “respeito”; “acolhimento”; “cuidado”; “integração”; “estabilidade”; “profissionalismo”.

Na figura 14, é mencionado como os objetivos de vida das mulheres vítimas de violência doméstica alteraram-se com a ida para a casa abrigo. As respostas foram totalmente positivas.

Nas entrevistas (anexo 4), é possível também verificar os novos objetivos de vida de cada utente. Assim, destaca-se:

“Utente H: Ah, é o futuro da minha filha! E eu trabalhando com e eu conseguindo. Através do trabalho e tendo força também e eu conseguir lhe dar tudo o que eu nunca tive, para ela, o meu sonho é esse...”

“Utente I: Eu imagino o futuro lutando, lutando, lutando, mais tranquila, mais consciente que isto é algo temporário (...) eu preciso da minha independência e das minhas filhas (...).”

O apoio jurídico da casa VeraVida está a ser importante para se sentir protegida e segura? Is the legal support of VeraVida House being important for you to feel protected and safe?

5 responses

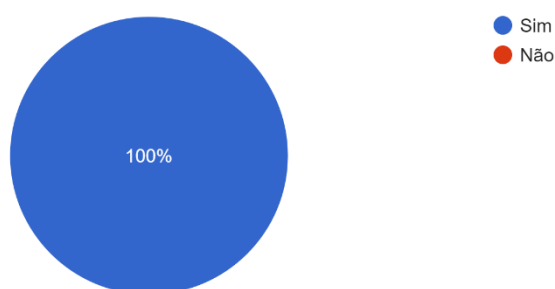


Figura 15 - Apoio jurídico

O apoio social/psicológico da casa VeraVida está a ser importante para a sua autonomia enquanto mãe e mulher? Is the social/psychological support...ortant for your autonomy as a mother and woman?

5 responses

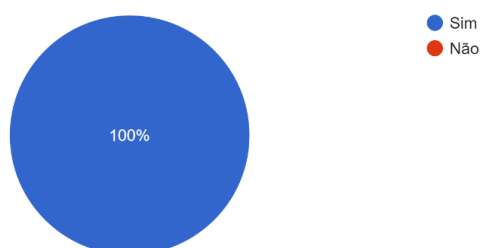


Figura 16 - Apoio das técnicas

A perceção das utentes do apoio técnico é, mais uma vez, totalmente positiva (figura 15). Também a perceção das utentes relativa ao apoio jurídico foi totalmente positiva (figura 16).

Na dinâmica realizada (anexo 2), mencionam assim os apoios técnicos recebidos: “ajudaram com a escola das meninas”; “ajudam-nos com a comida”; “apoio jurídico”; “apoio necessidades básicas”. É, portanto, evidenciado como as técnicas são importantes na casa abrigo para que as mulheres vítimas de violência doméstica sintam que são acolhidas e ouvidas em diversos níveis.

Na resposta aberta, no inquérito realizado às mulheres vítimas de violência doméstica (anexo 5), também foram mencionados os apoios recebidos:

Resposta 1: “Foi importante. Defino como importante, tiveram um papel fundamental (...). Muitas vezes, só com aconselhamento psicológico. Sinto que poderia ter recebido mais apoio na questão da autonomização, porque só ajudam no transporte de bens pessoais e uma pessoa para se autonomizar precisa de apoios a outros níveis.”

Resposta 2: “Sim, foi importante. Muito importante e adequado o apoio de que beneficiei. Sim, poderia ter recebido mais apoio a nível psicológico e social.”

Resposta 3: “Sim, sinto que foi importante porque me sinto mais segura aqui, posso ir trabalhar e deixar as minhas filhas aqui na casa, por exemplo. Ao nível da comida, insuficiente e pouco nutritiva, as regras são muito rígidas e não têm nenhum benefício (...).”

Resposta 4: “Sim, está a ser importante. Tenho segurança e paz, as técnicas, auxiliares e toda a casa ajudam no que podem. Posso falar com as colegas da casa, assim como com as técnicas. Sinto que o apoio é suficiente e que as técnicas me ajudam sempre que necessito.”

Resposta 5: “In terms of legal status and also helped with the alcoholism problem. The house helped with all the problems after that. The house is very important to me.”

De 0 a 10, sente-se mais autónoma e segura após a entrada na casa ? By 0-10 Do do you feel more autonomous and safe after entering the house?

5 responses

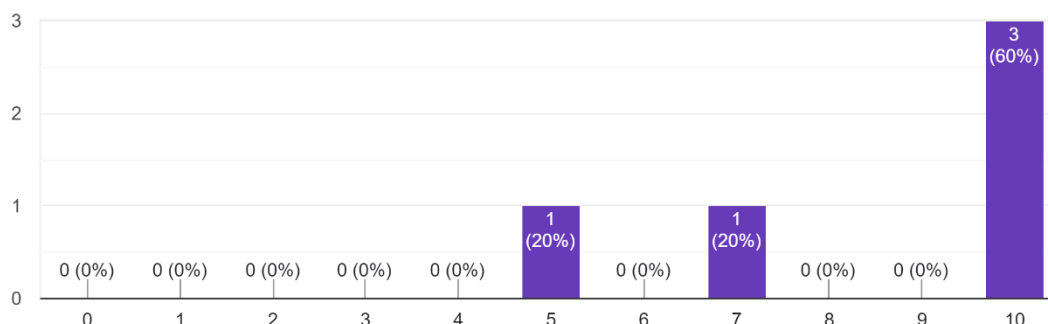


Figura 18 - Autonomia e segurança

O apoio da casa está a ser importante para que exista uma nova rotina, mais saudável, na vida do/a(s) seu/sua(s) filho/a(s) ? the house support is ... the new routine , more healthy , in your son's Life ?

5 responses

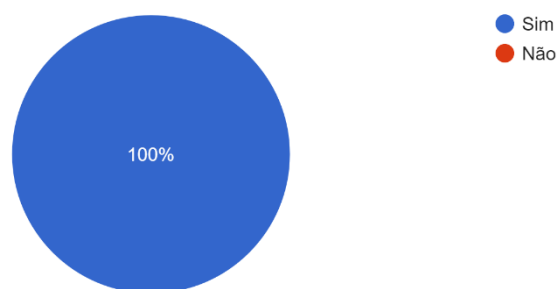


Figura 17 - Rotina

Nas figuras 17 e 18, verifica-se que as utentes se sentem mais autónomas e seguras após a entrada na casa e que consideram importante uma nova rotina.

Nas entrevistas em anexo, é possível verificar a segurança e a nova rotina, que estão cada vez mais implementadas na vida das residentes: “Utente H: Eu acho que são as tarefas, porque essas tarefas faz a gente sair um pouco do quarto (...) É, faz a gente conviver com as outras utentes também, e a gente não fica pensando nas coisas que a gente passou, a gente passa o dia com aquilo e a gente não fica pensando muita coisa”.

Numa escala de 0 a 10 sente que se tornou uma mulher mais feliz e empoderada após a casa VeraVida? On a scale of 0 to 10, do you feel tha...er and more empowered woman after Casa VeraVida?

5 responses

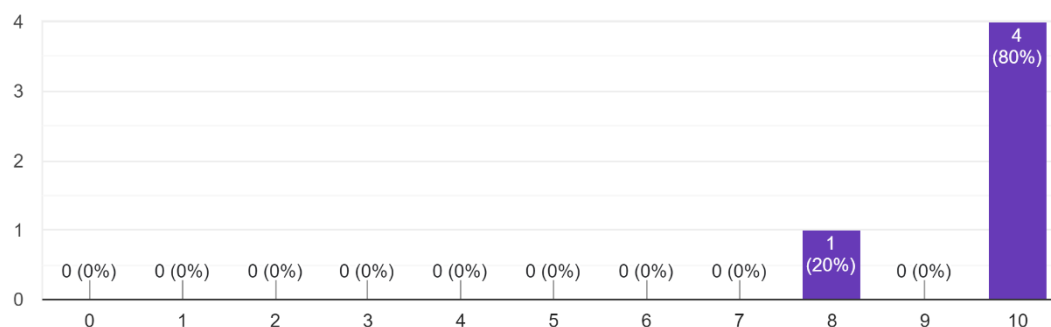


Figura 19 - Empoderamento

Na fig. 19, verificamos que a maioria das utentes considera que se sente mais feliz e empoderada após a entrada na casa.

De 0-10 como sente que o apoio da casa tem sido/foi fundamental para adquirir novas ferramentas sociais , jurídicas e psicológicas ? By 0-10, how d...o acquire new social, legal and psychological tools?

5 responses

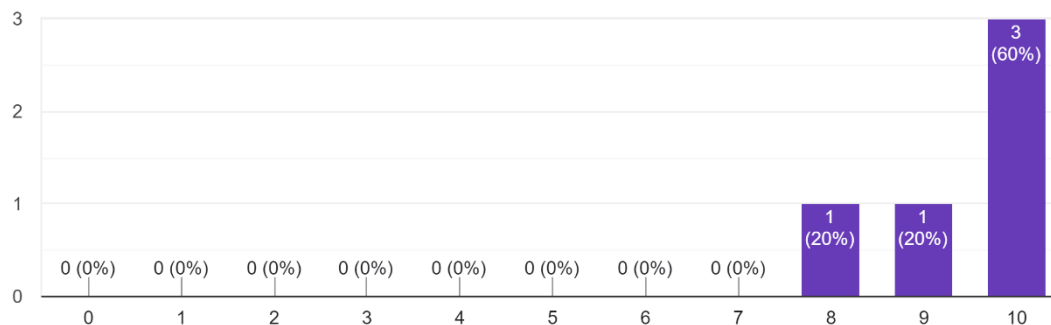


Figura 20 - Novas ferramentas

Na fig. 20, as utentes destacam que foi fundamental o apoio da casa na aquisição de novas ferramentas.

I) Conclusões Finais

Como foi anteriormente referido, o tema da violência doméstica é um flagelo que se arrasta de há muito, até aos dias de hoje. É cada vez mais comum falar-se de mulheres, idosos ou crianças vítimas deste crime que transcende culturas. Trata-se de um comportamento abusivo, envolvendo agressão física ou psicológica e, muitas vezes, também sexual e emocional, perpetrado por um membro da família.

É, assim, um problema social, que vai contra os direitos humanos como hoje os conhecemos, causando impactos devastadores nas vítimas: isolamento social, depressão, suicídio, entre outros. Por isso, torna-se cada vez mais importante alertar todas as pessoas e também melhorar o enquadramento legal sobre este assunto, prevenindo-o e combatendo-o a nível social e educativo.

Uma intervenção socioeducativa torna-se ainda mais importante na casa de abrigo, que são um escape de emergência para as utentes, que necessitam, muitas vezes, de salvar a sua vida e a dos seus filhos. Esta intervenção destaca-se por prevenir, capacitar e promover o bem-estar a longo prazo das vítimas, contribuindo para que as vítimas em acolhimento se sintam cada vez mais capazes de se mimar, mimar o seu filho, ter amor-próprio, correr atrás da sua felicidade através dos seus objetivos e, principalmente, ser mulheres mais completas e felizes.

Desta forma, pretende-se que uma estratégia socioeducativa em casa abrigo para vítimas acolhidas ofereça, por exemplo, informações sobre os diferentes tipos de violência, os seus impactos e recursos disponíveis, estratégias para reconhecerem esses sinais e procurar ajuda. Mas também que ofereça/aconselhe apoio psicológico para ajudar as vítimas a ultrapassar o trauma, reconstruindo a sua autoestima. E ainda que forneça estratégias de comunicação assertiva, autonomia financeira, entre outras.

No que diz respeito a este estudo de caso, foi muito difícil encontrar referências bibliográficas acerca do tema, e assim verifica-se a importância deste tema para a animação e educação de adultos. Ainda se destaca a dificuldade de encontrar uma casa abrigo disponível para acolher esta investigação, por questões de salvaguarda das vítimas ou simplesmente por questões burocráticas.

Assim, a Casa VeraVida foi muito importante, porque, desde o início, destacaram também o benefício, desta investigação, para as vítimas em acolhimento e também porque se iria divulgar o trabalho realizado com as vítimas.

Em síntese, os resultados obtidos a partir dos questionários e entrevistas mostram que:

- 1) São realizados planos individuais com as necessidades, o historial de vitimização, individualizados em função de cada vítima em acolhimento.
- 2) São pressupostos da CVV que a vítima se capacite de novas competências, empoderando-se e valorizando as já adquiridas.
- 3) A casa abrigo menciona o suporte de múltiplas parcerias que apoia e suporta as vítimas nas suas necessidades, como o Instituto de Emprego, os contactos com escolas próximas para integrar as crianças, com o centro de saúde da zona onde está inserida a casa, entre outras.
- 4) No questionário realizado às vítimas em acolhimento, conseguiu-se verificar que eram maioritariamente os companheiros das vítimas que infligiam as agressões, o tipo de violência sujeita era maioritariamente: agressão física, violência financeira, manipulação, violência psicológica e humilhação social. Nos questionários, foi também possível verificar qual o estado em que as vítimas se encontravam quando chegaram à casa, e a maioria destacou que se encontrava muito mal a nível psicológico. Também foi possível verificar que as vítimas, através da casa abrigo, conseguiram ter novos objetivos de vida para si e para os seus filhos. Em relação ao apoio das técnicas e do apoio jurídico recebido, as utentes destacam-no como totalmente positivo. No que diz respeito à autonomia e segurança, a maioria das utentes destacam que se sentem muito mais seguras e autónomas, realçando que têm uma rotina mais positiva para si e para os seus filhos. Já em relação ao empoderamento e as novas ferramentas que a casa lhes deu, as utentes destacam o nível máximo, ou seja, é totalmente positivo.
- 5) Nas entrevistas, foi possível verificar, acima de tudo, que as técnicas da instituição assumem que trabalham na reinserção profissional da vítima, na inserção das crianças nas escolas, no acesso a saúde, na inserção dos cursos do Instituto de Emprego, no conhecimento dos seus direitos e deveres na sociedade, essencialmente para que as vítimas tenham uma rotina mais positiva, empoderada e comecem a sua autonomização. É também referido o desenvolvimento de competências a nível de comunicação interpessoal, gestão e expressão de emoções, competências ligadas à função parental, competências relacionadas com cuidados pessoais e de saúde. As utentes ressaltam ainda que o apoio técnico é fundamental e que a rotina também é importante para o seu desenvolvimento. Ainda é de salientar o apoio da casa na autonomização da utente, ou seja, é muitas vezes com a ajuda da casa que encontram casa própria, emprego, escola para os filhos, outras vezes é com apoio familiar. No

entanto, a casa apoia em qualquer uma das situações, e existe também um fundo de autonomização para as utentes usarem quando se autonomizam nas primeiras necessidades. Ainda se destaca também o apoio da casa a nível jurídico. Apoia nas responsabilidades parentais, nas medidas a adotar para afastar o agressor e ainda incentiva a vítima a conhecer as medidas para se proteger no futuro. Nesta categoria, as vítimas destacam, mais uma vez, a importância dos técnicos para resolver todas essas questões jurídicas. E também quando se autonomizam o apoio prestado é positivo.

- 6) De destacar também que as vítimas mencionam algumas coisas a melhorar, como a alimentação da casa, muitas vezes insuficiente, a demora a nível jurídico, a demora para conseguir emprego e habitação própria, o que as leva a permanecer mais tempo na casa abrigo.
- 7) Verifica-se a importância de uma estratégia multidisciplinar para apoiar a vítima numa situação tão vulnerável, que proporcione um suporte integral a nível social, psicológico e jurídico, em que a vítima se sente, para além de segura, ouvida nas suas necessidades, empoderada como mulher e mãe, mais autónoma e consciente dos seus direitos e deveres perante uma situação desta natureza.

Ainda é de destacar a importância destas questões serem abordadas como intervenção social e educativa de relevo nas casas abrigo, pela sua metodologia abrangente a várias áreas das necessidades das vítimas. Torna-se necessário que a intervenção socioeducativa tenha também um técnico especializado na área, como é o caso do animador socioeducativo, que pretende estimular através de projetos multifacetados com vista ao benefício integral e ajustado ao público-alvo ao qual se destina a intervenção, neste caso seriam as vítimas de violência doméstica em acolhimento na casa abrigo.

No desenvolvimento deste estudo de caso, foi possível perceber a resiliência que estas mulheres, vítimas de violência doméstica, têm de ter para conseguir elaborar novos projetos de vida sem violência, em que se consigam empoderar com a sua família, adquirindo novas ferramentas, após a passagem por um abrigo. Assim, as casas abrigo são um recurso de emergência em casos extremos, que permitem que as vítimas sejam apoiadas a nível psicológico, social e jurídico, capacitando-as e garantindo-lhes a normalização da sua vida sem violência.

Este estudo de caso pretende ser uma referência a nível social e educativo para todos os profissionais da área e para todos os que se interessem pela área, pois é um tema

importante na nossa sociedade, onde as vítimas ainda vivem algum preconceito. Apesar de a situação estar, cada vez mais, a ser alterada, é urgente a consciencialização, capacitação e sensibilização para todas as formas de violência.

J) Bibliografia

Alvim, F. (2006). Mulheres (in) visíveis. Relatório da Campanha Acabar com a violência sobre as mulheres. Amnistia Internacional.

APAV. (2012). Violência doméstica - O que é. Obtido em 30 de 05 de 2024, de APAV: <https://apav.pt/vd/index.php/vd/o-que-e>

APAV- Associação Portuguesa de Apoio À Vítima. (2012a). Quem é a Vítima. Obtido de APAV-Associação Portuguesa de Apoio À Vítima: <https://apav.pt/vd/index.php/vd/quem-e-vitima>

APAV- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2012b). violência doméstica. Obtido em 9 de Setembro de 2023, de APAV: <https://apav.pt/vd/index.php/features2>

APAV-Associação de Portuguesa de Apoio À Vítima. (2012c). Associação Portuguesa de Apoio À Vítima. Obtido de APAV-Associação Portuguesa de Apoio À Vítima: <https://apav.pt/vd/index.php/apoio-a-vitima>

APAV-Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2012d). No trabalho. Obtido de APAV: <https://apav.pt/vd/index.php/joomla/no-trabalho>

APAV-Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2012e). Tipos de violência. Obtido em 10 de Setembro de 2023, de vd-Tipos-de-violência: <https://apav.pt/vd/index.php/vd/tipos-de-violencia>

APAV-Associação Portuguesa de Apoio à vítima. (2012f). Violência doméstica. Obtido de Tipos de violência: <https://apav.pt/vd/index.php/vd/tipos-de-violencia>

APAV-Associação Portuguesa de Apoio à vítima. (2012g). Apoio às vítimas. Obtido de https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/35-uavidre/323-apoio-prestado

APAV-Associação Portuguesa de apoio à vítima. (Abril de 2020). Estatísticas APAV-Relatório Anual 2019. Obtido de Relatório anual 2019: https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV-Relatorio_Anual_2019.pdf

APAV-Associação Portuguesa de apoio à vítima. (2020). Tipos de violência doméstica. Obtido de https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/VI_VDomestica_2020.pdf.

APAV-Associação Portuguesa de apoio à vítima. (2020-2022). PROJETO EQUIPA MÓVEL DE APOIO À VÍTIMA (EMAV) DA LEZÍRIA DO TEJO. Obtido de APAV:<https://apav.pt/publiproj/index.php/127-projeto-equipa-movel-de-apoio-a-vitima-emav-da-leziria-do-tejo>

APAV- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2021). Estatísticas APAV 2021 Violência Doméstica. Obtido em 30 de Setembro de 2023, de APAV-Associação Portuguesa de Apoio à Vítima: https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Violencia_Domestica_2021.pdf

APAV-Associação Portuguesa de apoio à vítima. (Março de 2021a). Relatório Anual 2020. Obtido de Estatísticas APAV-Relatório Anual 2020: https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2020.pdf

APAV-Associação Portuguesa de Apoio à vítima. (Abril de 2022). Estatísticas APAV-Relatório Anual 2021. Obtido de APAV: https://apav.pt/apav_v3/images/press/Relatorio_Anual_2021.pdf

Associação Portuguesa de apoio à vítima. (2022). Quem somos. Obtido de APAV: https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/a-apav/quem-somos#:~:text=A%20Associa%C3%A7%C3%A3o%20Portuguesa%20de%20Apoio,cidad%C3%A3os%20v%C3%ADtimas%20de%20infrac%C3%A7%C3%B5es%20penais

Beleza, T.P. (1989). Maus-tratos conjugais: o art. 153º,3 do Código Penal. Lisboa. AAFDL Editora.

Bogdan , R. C., & Biklen , S. K. (1994). Investigação Qualitativa Em Educação. Porto : Porto Editora.

Canário, R. (1999). Educação de Adultos - Um campo e uma Problemática . Lisboa: Educa e Autor.

Canário, R. (2018). Trabalho e educação de adultos em Portugal: uma perspetiva histórica de 1945 à Revolução dos cravos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 31-50.

Casa Vera Cruz. (s.d.). Casa Vera Cruz. Obtido de casaveracruz.pt/sobre/: <https://casaveracruz.pt/sobre/>

Casa Vera Cruz. (s.d.a). Casa Vera Cruz. Obtido de casaveracruz.pt/serviços/: <https://casaveracruz.pt/serviços/>

Casa Vera Cruz. (s.d.b). Casa Vera Cruz. Obtido de casaveracruz.pt/servicos/casa-abrigo-veravida/. <https://casaveracruz.pt/servicos/casa-abrigo-veravida>

Centro de Estudos Judiciários. (2020). Violência doméstica - Implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno (2ª ed.). Lisboa.

Centro de Estudos Judiciários. (2021). Violência doméstica e violência na intimidade. Obtido em 10 de Setembro de 2023, de <https://cej.justica.gov.pt/LinkClick.aspx?fileticket=Wb59YCBSB3I%3d&portalid=30>

CIG- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. (s.d.). Enquadramento. Obtido de CIG-Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género: <https://www.cig.gov.pt/area-portal-da-violencia/portal-violencia-domestica/rnavvd/enquadramento/>

CIG- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. (s.d.a). Enquadramento. Obtido de CIG-Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género: <https://www.cig.gov.pt/area-portal-da-violencia/portal-violencia-domestica/rnavvd/instrumentos-tecnicos/>.

CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. (2009). Violência Doméstica: compreender para intervir-Guia de boas práticas para profissionais de Saúde. Lisboa: Sersilito, Empresa Gráfica, Lda. Obtido em 20 de Setembro de 2023, de https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13450/1/VD4_GBP_PROFSSIONAIS_SAUDE.pdf

CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. (2023). Portal da violência doméstica-Indicadores estatísticos. Obtido em 15 de Setembro de 2023, de cig.gov: <https://www.cig.gov.pt/area-portal-da-violencia/portal-violencia-domestica/indicadores-estatisticos/>

Comissão Europeia. (20 de March de 2023). Educação e Formação de Adultos. Obtido de eurydice: <https://eurydice.eacea.ec.europa.eu/pt-pt/national-education-systems/portugal/educacao-e-formacao-de-adultos>.

Comissão Europeia-Representação em Portugal. (24 de Novembro de 2022). Notícia. Violência contra as mulheres: União Europeia cria linha de apoio e apela ao fim da violência contra as mulheres em todo o mundo, p. 1.

Conselho da Europa. (11 de Maio de 2011). Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as mulheres e a Violência Doméstica. Definições, p. 4.

Conselho da Europa. (2011). Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica. Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (pp. 1-32). Istambul: Conselho da Europa.

Conselho da União Europeia. (2022). Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica. Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho, (pp. 1-94). Bruxelas.

Cruz, C. V. (30 de junho de 2023). Sobre Nós. Obtido de Casa Vera Cruz: <https://casaveracruz.pt/sobre/>

Diário da República. (15 de Março de 1995). Código Penal . Art. 152º Violência doméstica, pp. 69-138.

Diário da República. (15 de Junho de 1999). Presidência do Conselho de Ministros. PLANO NACIONAL CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, pp. 1-3.

Diário da República. (7 de Julho de 2003). Presidência do Conselho de Ministros. Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003, pp. 1-6.

Diário da República. (22 de Junho de 2007). Presidência do Conselho de Ministros. Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2007, pp. 1-16.

Diário da República. (17 de Dezembro de 2010). Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010. IV PLANO NACIONAL CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, pp. 1-11.

Diário da República. (31 de Dezembro de 2013). Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013. V PLANO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMESTICA E DE GENERO 2014-2017, pp. 2-19.

Diário da República. (22 de Agosto de 2015). PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto do Presidente da República Nº 101/2015, pp. 1-7.

Diário da República. (24 de Janeiro de 2018). Decreto Regulamentar n.º 2/2018, de 24 de janeiro. Lisboa.

Diário da República. (27 de Março de 2018). Decreto-Lei n.º 48/95. Violência Doméstica, pp. 66-131.

Diário da República. (17 de agosto de 2023). Lei nº45/2023, de 17 de agosto. Alterção ao estatuto de vítima , pp. 9-11.

Diário da República. (14 de Agosto de 2023). PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS. Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2023, pp. 1-81.

Dias, I. (2010). Revista do Departamento de Sociologia da FLUP. Violência Doméstica e justiça: respostas e desafios, XX, pp. 245-262.

Dias, I. (2004). Violência na família- Uma abordagem sociológica. Porto. Edições Afrontamento.

Dias, I. S. (2000). A violência doméstica em Portugal: Contributos para a sua visibilidade. IV Congresso Português de Sociologia, pp. 1-15.

EEA Grants Portugal . (2018). REDE PARES: Violencia de genero e empoderamento . Obtido de eeagrants.gov.pt: <https://www.eeagrants.gov.pt/pt/programas/conciliacao-e-igualdade-de-genero/projetos/projetos/rede-pares-violencia-de-genero-e-empoderamento/>

Etxebarria, L. (2000). A Eva Futura. (A. L. Cardoso, Trad.) Lisboa: Editorial Noticias.

Ferreira, M. P., & Serra, R. F. (2009). Casos de Estudo. Lisboa: LIDEL.

Freitas Silva, G. R., de Freitas Macêdo, K. N., de Almeida Rebouças, C. B., & Alves e Souza, Â. M. (2006). Entrevista como técnica de pesquisa qualitativa. Online Brazilian Journal of Nursing, 5(2), pp. 246-257.

Gabinete das Nações Unidas. (2003). ESTRATÉGIAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. Manual de recursos. (D. G. Saúde-Tradução, Ed.) Lisboa. Obtido de <https://www.pgdlisboa.pt/docpgd/files/estrategias%20v%20d.pdf>

Godoy, A. S. (Março de 1995). Uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em ciências sociais . Revista de Administração de Empresas, pp. 1-7.

Guimarães, P. (2009). Políticas públicas de educação de adultos em Portugal: diversos sentidos para o direito à educação. Da educação popular à educação de segunda oportunidade: diferentes interpretações do direito à educação de adultos nas políticas públicas, pp. 1-5.

Guimarães, P. (2016). A utilidade da educação de adultos: a aprendizagem ao longo da vida na União Europeia e a política pública de educação e formação de adultos em Portugal.

INE-Instituto Nacional de Estatística. (27 de Março de 2023). Proporção de suspeitas identificados em crimes de violencia domestica contra o conjuge registado pela PSP ou GNR. Obtido em 15 de Setembro de 2023, de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008155&contexto=bd&selTab=tab2

Instituto da Segurança Social. (s.d.). Instituto da Segurança Social. Obtido de eportugal.gov.pt: <https://eportugal.gov.pt/entidades/instituto-da-seguranca-social>

John W. Creswell. (2007). Projeto de pesquisa - metodos qualitativo, quantitativo e misto. Brazil: ARTMED® EDITORA S.A.

Lopes, J. D. (s.d.). As Fronteiras da Animação Sociocultural. Chaves: Intervenção-Associação para a promoção e divulgação cultural.

Matos, M., & Machado, A. (2011). *Violência Doméstica: Intervenção em Grupo com Mulheres Vítimas-Manual para Profissionais*. Porto: CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género).

Matos, M., Machado, A., Santos, A., & Machado, C. (2012). *Análise Psicológica. Intervenção em grupo com vítimas de violência doméstica: Uma revisão da sua eficácia*, pp. 79-91.

Monteiro, A. A., & Fragoso, A. (2023). *Desenvolvimento Local em Portugal*. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, Lda.

Morais, T. (2019). *Violência Doméstica (O reconhecimento jurídico da vítima)*. Coimbra: Almedina.

Moreira, J. M. (2020). *Percursos e Tendências da Educação de Adultos em Portugal (1820-1995)- Um olhar Transversal*. Universidade do Porto-Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Obtido de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/134108/2/472400.pdf>

Nações Unidas. (04 de 09 de 2023). *Violência doméstica é um dos principais desafios de Timor-Leste, diz Cedaw*. Obtido de Nações Unidas-ONU NEWS : <https://news.un.org/pt/story/2023/05/1814202>

OMS-Organização Mundial da Saúde. (s.d.). *Violência contra as mulheres*. Obtido em 28 de Setembro de 2023, de Violence against women: <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>

Organização Mundial de Saúde. (2002). *Relatório mundial sobre violência e Saúde*. Obtido de Portal de boas práticas: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>

Osório, A., & Meirinhos, M. (2010). *O estudo de caso como estratégia de investigação em educação*. (I. e. Inovação, Ed.) EDUSER: revista de educação, 2 (2), 1-17. Obtido de <https://eduser.ipb.pt/index.php/eduser/article/view/24/27>

Pereira, J. L., & Lopes, M. d. (s.d.). *As Fronteiras da Animação Sociocultural*. Chaves: Intervenção.

Pordata- Estatísticas sobre Portugal e Europa. (2022). *População analfabeta residente com 10 e mais anos segundo os Censos: total e por sexo*. Obtido de Pordata- Estatísticas sobre Portugal e Europa: <https://www.pordata.pt/portugal/populacao+analfabeta+residente+com+10+e+mais+anos+segundo+os+censos+total+e+por+sexo-2516>

Pordata-Estatísticas sobre Portugal e Europa. (2022a). *Crimes registados pelas polícias: total e por algumas categorias de crime*. Obtido em 1 de Outubro de 2023, de Pordata-Estatísticas sobre Portugal e Europa: <https://www.pordata.pt/municipios/crimes+registados+pelas+policias+total+e+por+algumas+categorias+de+crime-600>

Portugal, I. N. (31 de Março de 2020). *Projeções de População Residente*. População residente em Portugal poderá passar dos atuais 10,3 milhões para 8,2 milhões em 2080. Contudo, na Área Metropolitana de Lisboa e no Algarve a população residente poderá aumentar, pp. 1-21.

Presidência do Conselho de Ministros. (17 de Dezembro de 2010). Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010. 1ª série, pp. 1-11.

República, D. d. (15 de Março de 1995). Diário da República n.º 63/1995, Série I-A de 1995-03-15. Obtido de Código Penal: <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/1995-34437675-169645609>

ROBERT C. BOGDAN & SARI KNOPP BIKLEN. (1994). Investigação Qualitativa em Educação- Uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora.

Silva, E. A. (22 de Maio de 2013). As metodologias qualitativas de investigação nas Ciências Sociais. As metodologias qualitativas de investigação nas ciências sociais, pp. 1-24.

Silva, M. T. (2020). Quatro Flagelos Que Ameaçam Portugal. Lisboa: Guerra e Paz, editores, S.A.

Yin, R. K. (2003). Estudo de caso-Planeamento e métodos. Bookman.

K) Anexos

1. Declaração de consentimento informado



Declaração de consentimento informado para participação no Estudo de Caso: "A intervenção socioeducativa como estratégia na capacitação de vítimas de violência doméstica".

No âmbito da dissertação de mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Educação de Coimbra, estou a realizar um estudo de caso com o tema: "A intervenção socioeducativa como estratégia na capacitação de vítimas de violência doméstica".

Baseando-me na instituição: Casa abrigo Vera Vida, pretendo avaliar a influência técnica, da instituição referida, na autoestima capacitação e empoderamento das mulheres vítimas de Violência Doméstica, utentes da instituição.

Pretende-se "dar voz" as utentes da instituição, que se viram privadas das suas vidas, do seu conforto, do seu bem-estar e pretendem ter uma nova vida, adquirir ferramentas e novos conhecimentos com foco na vida que pretendem reconstruir.

Assim os dados para o estudo de caso onde pretendo a sua colaboração são confidenciais e usados única e exclusivamente para este fim.

Declaro ainda que todos os procedimentos relativos à investigação em curso são claros e respondem de forma satisfatória a todas as questões dos intervenientes.

Refiro ainda que os colaboradores neste estudo são livres de abandonar a qualquer momento e de não responder a questões.

Depois de devidamente informada autorizo a participação neste estudo.

Data:

Nome:

Assinatura da participante:

Figura 21 - Declaração

2. Dinâmica individual

Participantes: Utentes participantes no estudo de caso

Material: Papel branco

Esferográfica

Atividade: Individualmente cada utente em conjunto com o filho/a, ou sozinha, coloca num papel branco 3 coisas positivas que a casa abriga ou trouxe, ou o que considera sobre a casa.

Objetivos Principais: Conhecer as utentes;

Perceber as perceções sobre a casa.

Dia: 16/06/2023

Respostas:

“Segurança”

“Prestativos”

“Todas as inquilinas se tornaram família”

“Proteção”

“Simpáticas”

“Amigas”

“Respeito”

“Acolhimento”

“Cuidado”

“Segurança”

“Integração”

“Ajudaram com a escola das meninas”

“Ajudam-nos com a comida”

“Apoio jurídico”

“Apoio necessidades básicas”

“Segurança”

“Segurança”

“Estabilidade”

“Profissionalismo”

Avaliação:

A partir das respostas dadas, vemos que a mais mencionada foi “Segurança”, porque realmente se sentem seguras na casa, a refazer a sua vida com uma nova rotina.

Também mencionam os apoios recebidos: “Ajudaram com a escola das meninas”; “Ajudam-nos com a comida”; “Apoio jurídico”; “Apoio necessidades básicas”.

No geral, todas encontraram coisas positivas acerca da casa, das técnicas e das restantes utentes: “Prestativos”; “Todas as inquilinas se tornaram família”; “Simpáticas”; “Amigas”; “Respeito”; “Acolhimento”; “Cuidado”; “Integração”; “Estabilidade”; “Profissionalismo”.

Registo das respostas:

Figura 22 - Utente CVV

Proteção
Simpáticas
Amigas

Figura 23 - Utente CVV

Em escola de meninas
nos ajudam comida - fecho.
Segurança
Integração

Figura 25 - Utente CVV

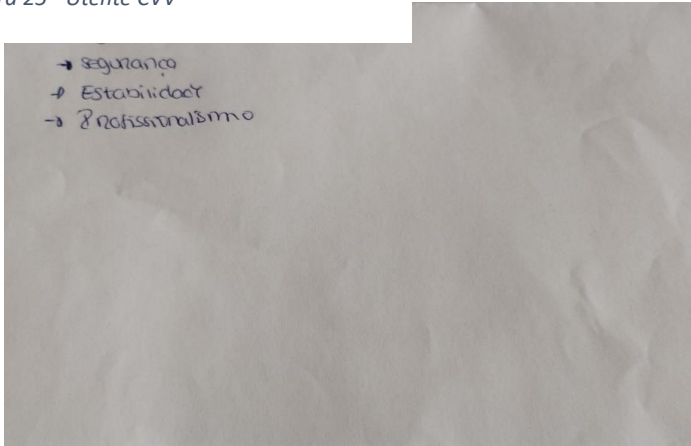


Figura 24 - Utente CVV

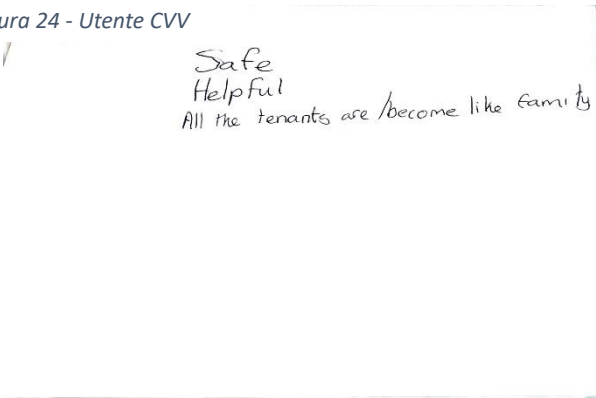


Figura 27 - Utente CVV

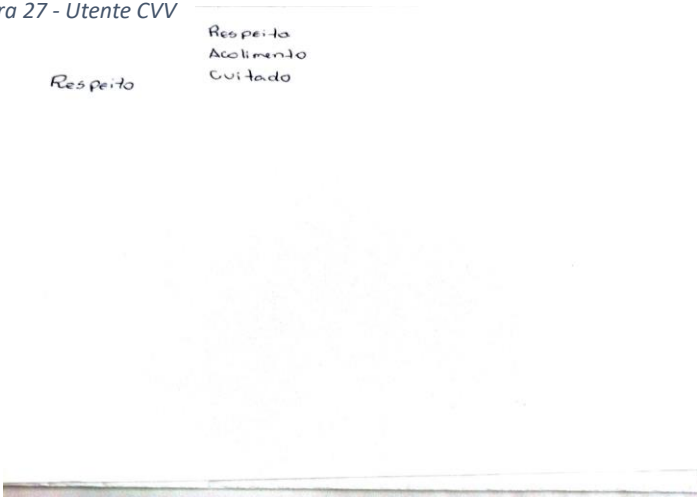


Figura 26 - Utente CVV



3. Guião de entrevistas

Guião de entrevista às técnicas - Casa Abrigo VeraVida

- Apresentação das técnicas responsáveis:

- Nome;
- Função;
- Experiência na casa.

Apresentação da instituição:

- Regulamento interno.
- Apoio às utentes na casa:
- Como entram para a casa, características das utentes, relação com o agressor, expectativas das utentes;
- Anonimato das utentes;
- Apoio social, psicológico, segurança, proteção (...);
- Tempo de permanência;
- Projetos de vida;
- Quando as utentes saem da casa, quais as ferramentas que levam;

Guião de entrevista às utentes - Casa Abrigo VeraVida

- Apresentação da utente

- Profissão;
- Tempo na casa;
- Por que meios entrou na casa;
- Dia a dia da utente na casa.

- Vitimização

- Relação com o agressor;
- Quando começou a ser agredida;
- Quanto tempo duraram as agressões;
- Tipo de violência a que foi sujeita.

-Casa abrigo

- Como a ida para a casa abrigo está a ajudar na autonomização;
- Ações/atividades que realizam na casa/instituição;
- Como/quando vai sair da casa;
- Como imagina a vida fora do apoio da instituição;
- Objetivos de vida a curto e a longo prazo;
- Como imagina o futuro.

4. Transcrição das entrevistas

No âmbito do estudo de caso “A intervenção socioeducativa como estratégia na capacitação de vítimas de violência doméstica”, entrevistei as técnicas da Casa Abrigo VeraVida acerca do trabalho de cada uma na instituição, a forma como as utentes entram na casa, se existem características comuns, e também abordei o trabalho da instituição para com as utentes, ou seja, as várias etapas até à autonomia e saída do acolhimento.

Técnica 1: Psicóloga

Técnica 2: Assistente Social

Entrevistadora: a discente Cristiana Ramalho

Data: 7/06/2023

Duração: 31min22s

Início: 10h30 Fim: 11h01

E: Primeiro, a... as apresentações, por favor?

T1: Pronto, eu sou (...). Sou a psicóloga na Casa Abrigo VeraVida, que pertence à Casa Vera Cruz. Instituição de solidariedade social. Aqui em Aveiro.

E: E qual é que é a experiência aqui na casa? Há quanto tempo é que já cá está?

T1: Eu já trabalho aqui na casa há 18 anos.

E: Muito bem. Agora a Doutora (...).

T2: Eu sou (...). Sou assistente social aqui na casa. E estou desde o início da abertura. Exatamente, estamos desde o início da abertura, 18 anos na casa.

E: Muito bem, já estão há muito, muito tempo. E quais é que são as principais funções de cada de cada uma?

T1: A minha, a minha função é psicóloga aqui na casa abrigo, sou psicóloga da casa abrigo e participo também em alguns projetos e nalgumas outras atividades da instituição dentro da área, dos vários selos de reconhecimento que temos, tais como saúde protetor... O saudavelmente da Ordem dos Psicólogos, participo também no projeto do teatro intervenção social da casa e participamos em outras atividades que abrangem tudo institucional que vão decorrendo.

T2: Eu sou assistente social, obviamente, exerço as funções de assistente social na casa abrigo junto das senhoras (risos) e na comunicação com a rede de parceiros aqui na comunidade local, na integração delas. Aí, à semelhança da Emília, também participo noutras atividades de cariz de mais geral na instituição, nomeadamente no staff, na escola inclusiva e também no teatro: Ugati. Prontos, o que nós temos em termos de instituição, não é? E outras atividades que a instituição faça. Nós estamos cá também.

E: (Refere-se a) instituição geral, não só a casa abrigo.

T1: Sim. Instituição geral.

T2: Temos vários grupos de trabalho, nuns participa a (...), noutros participo eu. E noutros participamos as duas.

T2: Obviamente, naquelas que se justificam, não é?

E: E em relação à casa, portanto, a casa abrigo está dentro. É uma valência do Centro Social Paroquial Vera Cruz.

T1: Que agora se chama Casa Vera Cruz.

E: E a Casa Vera Cruz tem a valência de casa abrigo, creche e mais que...

T2: Tem várias valências, têm dentro, tem algumas valências de parte educacional que é creche, jardim de infância e ATL..., mas isso no site Casa Vera Cruz, se fores lá ver, tens todas as valências porque é muito mais difícil estar a elencá-las todas agora... a nível social temos outras valências, temos o CAFAP, temos o serviço de apoio aos imigrantes, temos o GIP, ah... estava a tentar lembra-me... do CLAIM.

T1: Tens a Casa Aveiro que acolhe...

T2: Temos o Caleidoscópio, Aveiro que acolhe...

E: Várias valências...

T2: Temos muitas outras valências.

E: A Casa Vera Cruz tem várias, várias valências.

T2: Tem muitas outras valências, para além de, prontos, esta (casa abrigo) incluindo.

T1: Tem as valências de continuidade, não é... as que estão associadas a estruturas físicas, e depois tem também outras valências de intervenção, que têm a ver com projetos que se vão

desenvolvendo.

E: Muito bem. Que são variados, portanto.

T2: Se tu fores ver no site, é mais fácil.

T2: É muito mais fácil, está lá tudo.

E: Exatamente... (risos) Em relação aqui ao regulamento da Casa Vera Cruz... não (risos) da casa abrigo, hum, que me deram acesso anteriormente, e eu queria perguntar se poderia colocar aqui?

T2: Os regulamentos das casas abrigo é feito através de uma legislação que podes encontrar na CIG. Tem algumas particularidades... como o número de utentes, os espaços que são partilhados, os que não são partilhados..., mas é baseado nessa legislação.

T1: Isso normalmente até é de acesso geral.

E: Sim, eu vi no (site) CIG.

T2: Na CIG, existe uma legislação própria, e que todos os regulamentos de todas as casas tiveram de ser reformulados, a nossa casa abrigo já tinha regulamento antes desta, dessa legislação, e nós tivemos de o atualizar, tivemos que o refazer de acordo com as orientações que a legislação assim nos manda, está bem? Mas isto para te dizer em termos gerais.

E: Sim. Ok... E em relação agora às utentes, como é que? Quais é que são assim as características, o relacionamento com o agressor, expectativas...

T2: As utentes têm uma grande diversidade de características, como já pudeste reparar.

E: Sim.

T1: Vão variando. Conforme os grupos que estão. Mas as utentes podem ser de qualquer nacionalidade, uma parte significativa já é de nacionalidade estrangeira.

E: E aqui até temos uma maior percentagem de estrangeiros do que...

T1: É neste último ano que estivestes foi. Portanto, há neste momento, há sempre uma percentagem significativa de estrangeiros que vai variando. Mas temos (utentes) de qualquer parte do país... hum! Temos tido utentes de qualquer (faixa etária) desde muitos jovens a pessoas mais idosas e, portanto, de ano para ano, quando fazemos essa análise, às vezes temos um grupo mais jovem, muitas vezes temos um grupo mais numa idade, mais entre os 30 e os 40, não é? Temos tido algumas utentes já no grupo mais velho, mas em muito menor

proporção. Sem dúvida, os maiores de 60 são muito menor proporção do que, do que as restantes. Maioritariamente, temos um grupo mais jovem. Entre os 30 e os 40 e ocasionalmente vêm pessoas a partir dos 50 até aos 60 e... isso mais ou menos em relação... Tínhamos de fazer análise ano a ano.

E: Isso em relação à idade...

T1: Sim, fazemos essa análise todos os anos.

T2: Culturalmente, também são muito diversas, não é? Para já, se as nacionalidades são diferentes e cultura já é diferente, não é? E mesmo ao nível das portuguesas, podemos ter outras diferenças também...

T1: Ao nível da escolaridade também temos diferenças.

E: Sim... Nas características que me mandou das utentes que aceitaram (Consentimento dos dados), vi que algumas tinham só o 9.º ano ou o secundário...

T1: Existe um menor número de utentes de ensino superior, sem qualquer dúvida.

E: Sim.

T1: Com ensino superior é um número muito mais reduzido se formos olhar para estes anos todos para trás, é muito mais reduzido. A grande maioria localiza-se, digamos, com terceiro ciclo, secundário. Neste momento é a grande maioria, já nos anos passados a grande maioria era no segundo ciclo, primeiro...

E: Podemos dizer que a escolaridade tem a ver com o nível de...

T2: Tem aumentado, tem aumentado a escolaridade, portanto, não é ao longo destes 18 anos.

E: (Tornam-se) mais conscientes, se calhar.

T2: E também tem a ver um bocado assim, não é? Quando se quanto mais jovem é o grupo, mais escolaridade tem, primeiro também temos de ir por aí, não é?

E: Sim.

T2: É obrigatória a escolaridade, não é? E, ao nível da população estrangeira, as pessoas quando emigram é porque têm determinado tipo de nível para terem a ambição de procurar uma nova, uma nova vida, não é?

T1: Normalmente, têm o 3.º ciclo, secundário, ou às vezes até já têm cursos tecnológicos especializados.

T2: Exatamente... e depois têm também de fazer o reconhecimento, mas, pronto, isso já são outras coisas.

E: E qual é que é a principal relação que têm com o agressor? Será que é sempre o marido?

T1: Não, muitas vezes é o companheiro.

E: Companheiro, marido?

T1: Não, a união de facto é maioritária neste momento relativamente ao casamento.

E: E normalmente será que começa sempre no namoro?

T1: Muitas das situações de violência não começaram no namoro, foi após a coabitação. A maioria, uma minoria que revela ter tido situações de violência no namoro, uma minoria.

E: Ok...

T1: A maioria foi após acordo no início da coabitação.

E: Pois, sim, sim, sim, começam a coabitar, a ter outro tipo de intimidade.

T1: Exatamente, a partilhar responsabilidades, decisões, modos de vida. Pronto...

E: E quais são as expectativas das utentes quando cá entram, se é numa perspetiva de vida melhor, numa perspetiva...

T1: Isso é muito variável, quando entram é muito variável (risos).

T2: Primeiramente, o que elas gostariam era de não ter cá entrado.

E: Primeiro ponto, logo (risos).

T2: A expectativa é de sair o mais rápido possível de um acolhimento que ninguém deseja, não é? E a expectativa é que não gostaria de ter passado por uma situação dessa. Essa é a grande expectativa delas. Não é? É!

E: Claro...

T2: Em termos de apoios, provavelmente expectativas, não é? É serão de ter mais apoios ao nível do Estado. De conseguirem autonomizar-se mais rápido possível.

T1: Conseguirem proteção, que o processo jurídico decorra bem e corra rápido, o que muitas vezes não acontece. O correr rápido então é raro acontecer.

E: Sim, porque algumas das utentes que me enviou estão cá há um ano e três meses, um ano e seis meses.

T1: Exatamente, por expectativa de ter trabalho e uma habitação que possam pagar, é uma expectativa que fica muito morada aos dias de hoje, porque a habitação está com preços que não se pode pagar com salários mais baixos.

E: Exato.

T2: E quando são famílias.

T1: Famílias monoparentais, que é o caso destas famílias.

T2: Famílias monoparentais neste momento não estão a ter, não têm nenhuns apoios à habitação, está como está, portanto, elas próprias começam a ver que têm de ficar mais tempo acolhidas na casa abrigo e isso nós também refutamos, que não, não é bom para elas, nem é bom para ninguém.

E: Na legislação está que deveria ser só três meses, não sei.

T2: Não, seis meses com a renovação de mais seis.

E: Sim, dizem que sim.

T1: Portanto, deveria ser só um ano.

E: Exato.

T2: O máximo dos máximos deveria ser um ano.

T1: E também temos situações em casa, da legalização da aquisição dos documentos que também demora algum tempo às vezes.

E: Hum! Sim, sim...

T1: Também atrasa um bocadinho e depois a situação de um rendimento possível, uma casa possível pagar pelo rendimento que conseguem ter sendo famílias monoparentais que têm rendimentos, salários baixos.

E: Ou seja, aquilo que tentam aqui, então trabalhar, se calhar com elas, será possibilidade de arranjar emprego ou possibilidade?

T1: Sim.

T2: Sim, quando elas entram, é óbvio que nós trabalhamos nessa. Trabalhamo nessas áreas, na integração ao nível da escola, ao nível de integração, ter acesso aos cuidados da saúde, do emprego. Isso é fundamental para elas começarem a ter oportunidades.

E: Do português.

T2: Isso está na área da educação, também a acederem a cursos de Língua Portuguesa, que pode ser do Instituto do Emprego que tem.

E: Como a senhora... que agora não me lembro do nome dela.

T1: A D. (x)?

E: Exatamente, que estava no português.

T1: Estava e ainda está, já fez o A1 e agora está no A2.

E: Exato.

T2: E trabalha-se na possibilidade de elas se inserirem, por tudo e mais alguma coisa, até pelo bem-estar da, da pessoa para sua própria autonomia, de ter o seu dinheiro para uma questão saudável, porque eu acho que isso é saudável para qualquer uma das pessoas mesmo estando em acolhimento, é bom elas terem uma ocupação e ocupação profissional que lhes é remunerada.

E: Dá-lhes empoderamento.

T2: E dá e isso é importante, de maneira que, prontos, trabalhamos nesse sentido quando é possível. Houve uma fase mais difícil. Agora, está a haver outra vez mais alguns trabalhos que vão surgindo, não é? Também não é fácil, não é? Não é fácil integrar de um dia para o outro as pessoas, mas, quando é possível, é óbvio que trabalhamos nesse sentido e existe uma articulação muito próxima e com os serviços nós temos, temos, temos pessoas no Centro de Emprego que atendem as vítimas não por inscrição, mas por referência da casa abrigo. O centro de saúde também faz o atendimento às vítimas. Não puxa os processos. E ao nível da Educação, as escolas, quer a de Esgueira, quer o agrupamento escolas de Aveiro. Também temos, temos pessoas de referência lá, as quais comunico diretamente para a integração rápida das crianças.

E: E o trabalho, se calhar individual, é mais no sentido de elas perceberem, delas terem essa essa noção de que é necessário fazer esse caminho por elas.

T1: O trabalho individual com cada uma pode ser um bocadinho diferenciado, dependendo das circunstâncias.

E: Claro.

T1: Da situação de vítima são de cada uma. Se há vítimas que exigem um maior trabalho na questão do readquirirem novamente o bem-estar de se sentirem seguras, não é? E isso demora mais tempo por ser constâncias várias, até porque ligadas ao próprio processo de vitimização de que foram alvo, porque nós temos aqueles agressores que, se ela sai pronto, “deixam de mão”, não é? E temos depois aqueles agressores que “não deixam de mão” só porque a mulher tentou a saída. E aí e também há um trabalho que tem de ser feito para ajudar as pessoas a lidarem com essa situação. E no fundo a conseguirem superar um bocadinho emocionalmente os impactos do grau de vitimização que sofreram. Que são diferenciados, de acordo com o número de anos em que foram vítimas, de acordo com o tipo de vitimização em que foram, que foram vítimas, de acordo com os recursos pessoais que cada uma tem, as competências pessoais que cada uma já tinha e já trouxe com ela para lidar com a situação. Portanto, este é um trabalho que é feito. E às vezes também... personalizado com cada uma das vítimas, mas também se alastra um bocadinho às crianças, jovens, crianças, jovens, adolescentes que vêm com as mães. Que também são vítimas.

E: Aqui a maioria vem com filhos.

T1: A maioria vem com filhos, mas também temos senhoras sem filhos.

E: Eu estou a dizer neste tempo que eu aqui estou.

T2: Depende sempre, temos de ter sempre 16 utentes. 16 pessoas temos de cá ter. Portanto, se há uma mãe que tem duas crianças ou uma que tem três permite aí já termos senhoras sozinhas. Também é importante para a segurança delas. Muitas das vezes, nós conseguimos e já tivemos situações de teleassistência, uma medida de... medidas de proteção das vítimas. Que é uma medida de coação junto do agressor de afastamento.

E: Isso é sempre feito pelo Tribunal.

T2: Ah! Sim, sim, a teleassistência pode ser a própria CIG, pode pedir diretamente ao Ministério Público. Mas tem de ser a área da justiça mandar aplicar a teleassistência.

T1: As medidas de proteção.

E: Sim, certo. E em relação ao anonimato aqui, das vítimas que aqui têm, como é que, qual é que é?

T1: O anonimato, elas... não identificam a residência delas e administrativamente, oficialmente, a residência delas é sempre a nossa sede administrativa e nos casos que nós consideramos que podem ser mais, que pode ter um grau de risco superior relativamente a ser descoberto o sítio

onde elas estão, até podemos usar para envio de correspondência outras direções relacionadas com os serviços da Rede Nacional de Apoio às Vítimas. Pedimos a outros serviços que nos facultem essas direções.

T2: E, de acordo com a legislação, elas não são obrigadas a mudar de residência, não é? Já tivemos situações e no teu tempo tive, tivemos situações e temos ainda e presentemente situações que não foi feita alteração de residência delas, portanto, de mantiveram a residência do lado de lá, sendo que...

E: Ou seja, casa?! A casa delas.

T2: Ou o núcleo de atendimento da vítima da zona pode se manter e da casa delas. Houve uma senhora que manteve a casa dela. A residência da casa dela.

T1: Outras alteram. Por outras questões, mas nunca é esta a morada delas...

T2: A (morada) da casa abrigo nunca é usada para nada... a casa abrigo tem de ter uma localização física. As senhoras não têm esta morada para nada, os tribunais e para outras coisas nessas situações mais específicas, até mesmo na área da educação. Na saúde, mantém-se o médico de família de origem. E aqui temos médicos que fazem atendimento às vítimas e que acedem ao processo apenas.

E: Quando são emigrantes é que deve ser mais complicado porque têm de ter médico de família cá...

T1: Não, não ficam cá com nenhum médico.

T2: Isso foi um problema que cresceu aqui porque o médico atribuía aqui o médico de família e depois começou a ficar com um supranumerário, um grande número de utentes e então eles aqui, o Centro de Saúde da Esgueira articulou e faz o acompanhamento do médico, faz uma atribuição fictícia e atribui um médico para acompanhamento daquela família.

E: Enquanto cá estão?

T2: Enquanto cá estão processualmente, no sistema de saúde, não é mudado.

E: Ou seja, se elas precisarem é que têm aquele médico, será isso?

T1: Mas mantém o processo de origem.

T2: O processo mantém-se na origem, faz o acompanhamento, ao nível da educação também se pode pedir o sigilo e mantém, não é dado a morada nem a... os processos são transferidos.

E: E as crianças também não estudam todas na mesma escola...

T2: Ou é o agrupamento de escolas de Aveiro ou agrupamento de escolas de Esgueira, são os dois agrupamentos que nós usamos, prontos, conforme também a idade, conforme as vagas, conforme, e às vezes são outros, prontos, e conforme também as, as circunstâncias. Nos momentos que a gente consiga as vagas, aí não tem sigilo, apenas na morada.

E: O sigilo é em relação à morada e a parte... ok...

T1: Dos serviços, regulamento, ninguém pode divulgar informações, sejam as colaboradoras ou utentes, não podem nem devem divulgar dados nem informações de ninguém que esteja aqui na casa.

T2: Ao nível da Segurança Social, também pode ser pedida a confidencialidade de dados.

E: E em relação aos projetos delas que aqui formam para quando saírem, quando...

T1: Quando se autonomizam da casa, os projetos de vida são variados também, de acordo com cada uma, não é? A grande maioria...

E: Mas é trabalhado aqui?

T1: Tem de ser apoiado aqui. A maioria, a grande maioria pretende conseguir uma habitação, independente do agressor, para si e para os seus filhos. Há algumas que pretendem voltar para as zonas de origem.

T2: Porque têm lá uma rede suporte já.

T1: Outras preferem, até por razão de segurança e de não terem problemas com o ex agressor, preferem estabelecer-se numa nova zona. E isso, pronto, varia com cada uma das utentes. Portanto, as necessidades delas são sempre conseguir um trabalho, uma habitação para ter uma vida independente com os meus filhos, por norma, exceto naquelas situações em que alguns familiares...

T2: E outros até de um acordo com onde surge casa... E até pode alterar completamente, nem é zona de origem nem é zona daqui, vai ser uma nova zona, o que é mais difícil, mais um outro processo, mas também há.

T1: Alguma minoria tem apoio de familiares, mas ainda há alguma que conseguem esse apoio, que se autonomizam por aí, que é muito mais fácil e muito mais rápido para elas quando têm esse apoio. A maioria não tem esse apoio, não é? E, portanto, um dos grandes desafios para

uma mulher que saia de uma relação de violência é depois conseguir a sustentabilidade financeira para si, para os próprios filhos numa habitação que se possa pagar.

E: Para si e para os seus filhos, sim.

T1: Isto se for uma mulher que não tem uma rede de apoio familiar que... a possa ajudar nestas questões habitacionais, não é? É o grande desafio.

E: E garantir também “socialização” da criança com o pai...

T1: Isso já é uma outra área, ou seja, é a regulação das responsabilidades parentais, não é?

E: Que muitas vezes é o agressor da mãe...

T1: Exatamente isso. Aí já entramos na questão de regularidade das questões parentais... Se dividirmos em grandes áreas as necessidades, na generalidade de todas as mulheres que aqui nos entram, todas as vítimas que aqui nos entram... têm necessidades ao nível legal, não é porque têm de efetuar o processo da, da queixa-crime, segundo apoio para acompanhamento deste processo, há, pelo menos, há as que trazem situação do divórcio que querem efetuar, mas já é uma minoria, uma minoria. Outras trazem muitos processos já de promoção, com alguma frequência, de promoção e proteção relativamente às crianças quando o agressor é o pai, o que é muito frequente.

T2: A nova legislação agora obriga a que as forças policiais denunciem a situação, quando há um crime de violência doméstica e há um auto de notícia, têm de comunicar à CPCJ, sim, a nova legislação assim obriga. Portanto, elas normalmente, as crianças, quando é o pai o agressor, vêm com um processo de promoção e proteção e eu até acho que mesmo não sendo o pai deveriam vir...

E: Porque muitas vezes o agressor envolve sempre a criança que é filha...

T1: Portanto, há esta necessidade a nível legal, nível jurídico, que elas trazem, nas quais agora estás a falar na regulação das responsabilidades parentais, que é um dos fatores que muitas vezes de grande stress e tensão no quais são os direitos deste despacho que foram agressores das mães destas crianças, não é? E tem de ser efetuada a relação de responsabilidades parentais, normalmente têm direito a visitas que, por norma, inicialmente, são visitas mediadas, não é? E aí a equipa técnica também apoia essa visita no transporte das crianças para o serviço de provisão?

E: E as chamadas...

T1: Ou em videochamadas para mediar essas, essas decisões, que têm a ver com a relação de responsabilidades parentais. Há um trabalho que tem de ser feito com as crianças nesse sentido, com as mães das crianças também nesse sentido. E o trabalho legal que também está relacionado com isso.

E: Sim, neste caso há sempre duas vítimas, será a mãe e os filhos.

T1: Sempre as crianças, são vítimas sempre e atualmente são consideradas vítimas diretas, embora possam ser agredidas diretamente, mas são agredidas psicologicamente sempre.

E: Sim e há sempre também um trabalho a fazer com as próprias crianças. Com a mãe e com as crianças, não é?

T1: Exatamente, relativamente a essa situação. As crianças compõem os grupos etários, as suas próprias características e a relação familiar que tinham, o suporte familiar que havia ou não havia, têm impactos diferenciados deste processo todo porque passam e até porque têm de deixar a escola de amigos mais velhos, deixar amigos, tudo para trás.

E: Têm de ter uma nova noção de família.

T2: E família, deixam tudo para trás, redes de amigos e familiares...

T2: Deixam tudo, os espaços, a escola, os seus amigos. Deixam tudo para trás, não é porque as pessoas, elas não sabem para onde é que vão, não é, onde?

T1: Independentemente de tudo, só isto não é fácil.

T2: Isso é muito complicado.

E: É isso mesmo. As crianças normalmente são sempre as mais prejudicadas.

T2: As crianças e as mulheres ainda são prejudicadas nestes processos. Ainda vamos ver onde é que isto vai dar? Para mudarmos ainda porque havíamos de mudar. Mudar essa expectativa.

E: Claro que sim.

E: E agora, quando as, quando as utentes, então, atingem o grau de autonomia e saem da casa abrigo. Quais é que será que são as ferramentas que, que daqui levam?

T1: Normalmente, quando saem daqui o que é que elas já levam daqui? Quando saem daqui elas já levam um conhecimento, uma noção relativamente a quais são os seus direitos, os seus meios de se proteger, como é que as coisas estão a correr legalmente, como é que correu o processo da queixa-crime. Já têm uma noção de como é que a situação está, se já há medidas

aplicadas ao agressor, portanto, já levam a... um sentimento de segurança maior, não é? É na maioria, embora não totalmente, porque saem daqui, depois há o agora já estou independente, a viver num sítio independente, posso me voltar a sentir outra vez vulnerável.

T2: Sempre, é sempre assim.

E: É sempre uma mudança de vida novamente.

T2: Exatamente.

T1: Isso relativamente à questão de vitimização, normalmente O restabelecimento da relação dos filhos, dos pais em termos de responsabilidades parentais, normalmente já está organizado e regulado. Há, por norma, e por norma quando saem, já tem de ter um sítio para ir viver. Ou amigos ou familiares. O sítio que arrendaram ou conseguiram a habitação social. E arrendaram, o conseguiram arrendar uma habitação fora do arrendamento social. O que é raro, mas já aconteceu. Embora seja raro. Que já falasse que estamos custos. A Clarinda depois fala disso, há ainda o apoio por causa da transição novamente escolar das crianças.

T2: Normalmente, faço o estabelecimento com nova rede. Não é contacto, com a escola...

E: Então há sempre uma ligação com a casa mesmo quando elas saem.

T2: Durante algum tempo, sim. Durante algum tempo, elas mantêm, não é? Mantém ainda a ligação exatamente por causa até muito da rede e para resolver as questões e com os serviços, porque eu articulo muito com os serviços locais, no sentido de ter apoio social, de ter apoio na nona escola ou na saúde, ainda faço essa ponte. Depois, autonomizam-se, elas próprias começam a caminhar e desligam-se de nós, pois é, é bonito ver isso, é benéfico. No sentido de ver que elas começam outra vez, não é?

E: É isso mesmo?

T2: Que o comboio delas começou a andar a trabalhar sozinho.

T1: Noutras situações, em que elas próprias têm a rede delas constituída, já nem é necessário este trabalho, porque elas estão perfeitamente autónomas e capazes disso, uma vez que voltam para o... para a rede que conhecem, não é? Há sempre apoio familiar.

E: Aí já é diferente.

T2: Há sempre.

T1: Mas, pronto, aí exigem menos trabalho, menos acompanhamento nosso na saída.

T2: Depende sempre um bocadinho de cada uma delas. As competências individuais são muito importantes em cada uma delas, porque, pronto, há umas delas que são mais autónomas. E restabelecem as redes delas e têm conhecimentos e fazem e fazem muito. Fazem quase tudo por eles. Pronto uma outra ligação.

T1: O fundo de autonomização apoia um bocadinho, às vezes financeiramente em termos de suporte alimentar ou arrendamento ou despesas escolares.

E: A senhora que saiu enquanto eu cá estive, foi aquela senhora com dois filhos...

T2: A X...

E: X, exato, ainda têm ligação, ainda alguma ligação aqui à casa.

T2: Temos, sim, ainda mantenho ligação na articulação com os serviços. Exatamente, ela Foi para o mesmo serviço e foi para os serviços que ela já tinha, ela nem sequer tinha alterado a residência. Ela voltou para... Ela já liga raramente...

E: É bom saber. Muito bem, acho que... acho que é tudo. Muito obrigada pelas questões que abordaram aqui.

Utente B

Entrevistadora: a discente Cristiana Ramalho

Dia: 07/07/2023

Tempo: 05min18s

Hora de início: 9h30

E: Portanto, qual é que é a sua profissão?

Utente B: Neste momento, empregada doméstica...

E: Muito bem.... Qual é que é o tempo que está na casa atualmente? Dois anos?

Utente B: Dois anos e quatro meses.

E: Algum tempo então já... qual é que é, mais ou menos, o seu dia a dia na casa? O que é que fazia no seu dia a dia aqui na casa?

Utente B: O meu dia é... levantar-me, dar pequeno-almoço à minha filha, sair, trabalhar, voltar... Se tiver de jantar, fazer jantar, se não tiver... resolver as minhas coisas pessoais e....

E: E era isso...

Utente B: Sim.

E: E era então empregada doméstica, era isso, não?

Utente B: Sim...

E: Boa... e qual é que era a relação com o agressor que tinha?

Utente B: Ok.

E: Na altura da agressão... era o seu companheiro?

Utente B: Sim.

E: E quando é que começou as agressões? Quando é que começou a ser agredida?

Utente B: Já há algum tempo...

E: Logo no início da relação quando começaram a viver juntos?

Utente B: Mais ou menos no meio da relação... assim, no namoro.

E: No namoro?

Utente B: Hum-hum!

E: E foi quando começaram a viver juntos, ou antes de viverem juntos?

Utente B: Não... Não, foi antes de vivermos juntos.

E: Hum! Certo... então, foi durante quanto tempo essa relação?

Utente B: Essa relação... um total de sete anos para aí...

E: Sete anos...

Utente B: Hum-hum!

E: Então e qual é que foi o tipo de violência a que foi sujeita? A violência psicológica, violência física...

Utente B: Psicológica, física... sim.

E: Vários tipos de agressões...

Utente B: Sim...

E: E por que meios é que chegou, chegou à casa? Qual é que foi o processo até chegar aqui à casa abrigo?

Utente B: Através da... da polícia, não é? Primeiro, na casa de emergência da Figueira da Foz. E depois... aqui. Direta...

E: Ok, então vivia na Figueira da Foz, certo?

Utente B: Não... não... sou de Coimbra.

E: Certo...

Utente B: Entretanto, fui para a casa de emergência da...

E: Figueira da Foz?

Utente B: Sim...

E: Hum! E como é que sente que a casa abrigo está a ajudar na sua autonomização para a saída da casa para conseguir ter uma vida fora da... do abrigo?

Utente B: Prontos, em termos técnicos, apoiaram... sim.

E: Arranjar emprego e ter outros meios de subsistência...

Utente B: Então, ajudaram-me... a... pronto, durante o tempo que eu estive aqui, ajudaram em termos de emprego e tudo. Pronto, mas agora é, é o reencontro familiar. Eu vou para perto da minha família fazer tudo...

E: E estão a ajudar nessa parte de... familiar, não é?

Utente B: Hum-hum!

E: Certo... E quais é que são assim... as ações que realizaram aqui na casa... que sente que foram mais essenciais na sua autonomização?

Utente B: Quais são?

E: As ações que realizam aqui na casa que sente que foram essenciais para a sua...

Utente B: Foi o processo da minha filha, teve o apoio da Dra. X, ajuda técnica da escola...

E: Ingressar aqui a sua filha na escola... se calhar.

Utente B: Hum-hum!

E: Certo... E vai sair então agora da casa, não é? É como é que imagina agora a vida fora do apoio da instituição?

Utente B: Hum!

E: Acha que vai ser, vai ser melhor, que vai ser adaptativo?

Utente B: Claro que vai ser melhor... vai ser melhor porque, pronto, é o nosso espaço, não é? É a nossa privacidade, não é? Estabilidade...

E: Se calhar, vai ter o apoio da família...

Utente B: É a estabilidade para a minha filha, é o apoio familiar, é... tudo.

E: Certo... E quais é que são os objetivos de vida que tem, assim mais... portanto... a longo prazo?

Utente B: Pretendo terminar ou ingressar o meu curso ou uma nova área profissional.

E: No curso profissional ou seguir a universidade?

Utente B: Não. Ainda estou indecisa em terminar o meu curso na... na faculdade que eu também já...

E: Qual é que era o curso da faculdade que estava?

Utente B: Era Ciência Política e Relações Internacionais...

E: Na Universidade de Coimbra?

Utente B: Não, na Universidade Nova...

E: Lisboa, certo?

Utente B: Sim.

E: E é isso, então, que se pretende terminar o curso e começar, se calhar, uma nova profissão...

Utente B: Hum-Hum!

E: Boa... E como é que imagina agora o futuro com a sua filha consigo fora daqui da casa? Será que imagina mais oportunidades?

Utente B: Sim, eu vejo muitas oportunidades pela frente, tanto para mim como para ela.

E: E sente que já ultrapassou, então, o facto de ter sido vítima?

Utente B: Sim... isso já foi superado há muito tempo (risos).

E: Boa.

Utente B: Já foi superado há muito tempo.

E: É bom... E, pronto, vamos então encerrar aqui a questão das perguntas. Terminar aqui a gravação.

Utente D

Entrevistadora: a discente Cristiana Ramalho

Dia: 11/07/2023

Tempo: 14min16s

Hora de início: 17h30

E: Então, começando, qual é que é a sua profissão?

Utente D: É limpezas.

E: Ou seja, auxiliar de limpeza? É isso?

Utente D: Sim... sim.

E: Boa! Há quanto tempo é que já cá está na casa?

Utente D: Desde fevereiro, dia... 6.

E: Portanto, cinco meses, mais ou menos.

Utente D: Sim.

E: Por que meios é que entrou na casa? Qual é que foi assim... o processo até aqui entrar na casa abrigo?

Utente D: Como assim?

E: Qual é que foi? Como é que foi o processo? Entrou primeiro no gabinete de emergência?

Utente D: Sim, foi para o... sim, sim, sim, não nesta casa, não na casa, na casa de emergência. Primeiro fui para o quarto e depois é que fui apresentada.

E: E teve... e teve a... alguma queixa-crime na polícia primeiro?

Utente D: Não, não.

E: Então?

Utente D: Isso foi por parte da GAV.

E: Do Gabinete de Apoio à Vítima, não é?

Utente D: Não, é a GAV.

E: Que é o Gabinete de Apoio à Vítima, é isso?

Utente D: É... sim... Não é tipo a APAV, mas é outra situação, mas é a mesma coisa.

E: Sim, sim, é um gabinete, ok. E como é que é aqui o seu dia a dia, qual é que é assim...

Utente D: Assim, antes era uma seca.

E: Aí! Horror? Não diga isso (risos).

Utente D: Oh! Então, maior a parte estava no quarto.

E: Mas saía para trabalhar?

Utente D: Agora, saio para trabalhar... entro as 8 e saio às 5, prontos.

E: E o seu trabalho é como auxiliar de limpeza, então, não é?

Utente D: Sim, isso já fez dois meses.

E: E a sua filha vai à escola, está?

Utente D: Quando quer.

E: Quando quer?

Utente D: Sim.

E: pode faltar. Ela pode faltar às aulas.? (Risos)

Utente: Pode faltar, mas não... depois tem de repor.

E: Ah! Tem de repor.

Utente D: Sim... repor.

E: Sim, sim, estou a ver...

Utente D: Ela nas férias tem de repor.

E: Está numa escola profissional?

Utente D: Sim, sim...

E: E qual é que era a relação que tinha com o agressor? Era o seu marido, o seu companheiro?

Utente D: Era meu companheiro já há 25 anos.

E: Ok... Boa... E quando é que começou? Quando é que começou a ser agredida? Quanto tempo é que foi?

Utente D: 14 anos.

E: 14 anos?

Utente D: Sim.

E: E estiveram juntos quanto tempo?

Utente D: 25.

E: Hum! Muito bem.

Utente D: Foi na altura que a X nasceu.

E: E teve esse tempo todo a ser agredida, então...

Utente D: Agredida, não só fisicamente, mas também psicologicamente.

E: E quando é que decidiu terminar com...

Utente D: Foi a X...

E: A sua filha... que decidiu tirá-la de dentro...

Utente D: Tive de vir embora... Não dava mais...

E: Claro! E quais é que foram os tipos de violência a qual foi sujeita? Violência psicológica, como já disse, violência física?

Utente D: Porradas, murros, apertos ... empurrões, psicológica, eu não vou dizer aqui...

E: Sim, violência psicológica e várias coisas.

Utente D: Várias coisas... várias coisas...

E: Proibia-a de várias coisas provavelmente.

Utente D: Sim...

E: Não a deixava falar com certas pessoas.

Utente D: Sim e não sair...

E: Não saía de casa... não podia trabalhar...

Utente D: Tinha de estar sempre a telefonar... chamava-me nomes...

E: Hum! Certo... várias situações.

Utente D: Várias situações, não só por mim e também a filha também, pelos filhos que eu tinha. Por isso...

E: Certo... foi aqui um belo tempo de agressões, então... Boa... hum! E como é que a vinda para aqui, para a casa, está a ajudar na sua autonomização, enquanto mulher?

Utente D: Muito melhor...

E: Está

Utente D: Está...

E: É bom, então... está a ser bom...

Utente D: É... antes não me podia pintar, agora já me pinto.

E: Boa.

Utente D: Antes, não podia vestir alguma roupinha... agora já posso...

E: Não podia, não se, não se podia arranjar, não? Porque ele não deixava...

Utente D: Porque ia ter com outro homem...

E: Exato! Porque ele, se calhar, era ciumento, não? Tinha uma relação abusiva.

Utente D: Porque acho que não era ciumento, era mais que... ele traía-me.

E: Hum!

Utente D: Por isso, ele pensava que eu também fazia o mesmo, se eu me arranjasse mais...

E: Muito bem. E quais é que são assim as ações que... que vê que aqui na casa estão a ajudá-la mais? Então, é isso, se vestir, de conseguir...

Utente D: Não é me ajudar mais... eu já antes de me juntar com ele já me vestia... já coiso, não é? Deixei por causa também primeiro os meus filhos e por causa dele também, para não estar sempre a ser ouvida...

E: Sim... certo

Utente D: Porque eu acho que eu sou assim, sou uma boa pessoa...

E: Sim, isso já eu percebi (risos).

Utente D: Obrigada (risos)! E acho que devia estar para fora daquela casa.

E: É claro, tem de se empoderar, tem que se tem que se valorizar a sua autoestima neste caso, não é?

Utente D: Acho que nós devíamos fazer isso...

E: Sim e faz... e acho que faz muito bem, sem dúvida... e sente que, por exemplo, a Doutora X, com as conversas que tem convosco, sente que são boas para si, para melhorar a nível psicológico?

Utente D: O que eu tenho para falar com elas? Falo num dia, elas, não é? Elas não falam que eu tenho... que eu deva fazer, não é? Orientam, não é? (risos)

E: (Risos) Orientam, sim... Dão orientações...

Utente D: Sim, são orientações... As regras são obrigatórias...

E: E sente que o trabalho também está a ajudar?

Utente D: Sim, sim...

E: Boa... E pensa então sair daqui da casa quando tiver a... essa autonomia, quando conseguir arranjar um emprego estável?

Utente D: Sim... espero.

E: Quando é que acha que vai acontecer?

Utente D: Não sei o dia de amanhã...

E: Sim, mas quando... quando pensa em sair daqui, da casa abrigo, como é que pensa que vai estar nessa situação?

Utente D: Eu espero que esteja melhor, não é? Que tenha uma casa para mim e para a minha filha, e tenha bom, bom trabalho, bom trabalho, bom...

E: Salário...

Utente D: Sim... salário.

E: Salário ao fim do mês e conseguir pagar as suas contas para conseguir sair daqui, não é

Utente D: Sim... sim.

E: E como é que imagina... e como é que imagina a vida fora daqui, do apoio da instituição? Imagina que são vários desafios? Imagina que é melhor?

Utente D: Nem é o desafio. Para mim, não vai ser um desafio, porque eu lá em baixo, no Algarve, onde é que estava... Eu tinha um desafio todos os dias, eu é que fazia as coisas lá em casa, percebe?

E: Hum! Sim.

Utente D: A situação não é muito diferente.

E: E pretende continuar por aqui ou pretende ir para ao pé da sua família?

Utente D: Em princípio, por enquanto, é por aqui...

E: Por aqui, não é?

Utente D: Sim.

E: Imagina, então, que vai continuar a trabalhar, continuar a pagar as suas coisas, não é?

Utente D: Sim...

E: E qual é... qual é que é assim o seu objetivo de vida que tem a longo prazo?

Utente D: Livre.

E: Ser livre, não é? (risos) E provavelmente conseguir ser com a sua filha...

Utente D: A filhota só quando tiver 18 anos é que ela vai conseguir ser feliz (risos). Mas eu tenho de fazer as minhas coisas também...

E: Ser livre e ser feliz, não é?

Utente D: Sim.

E: Muito bem, vamos terminar então aqui a entrevista...

Utente D: Já está.

E: Já.

Utente G

Entrevistadora: a discente Cristiana Ramalho

Dia: 11/07/2023

Tempo: 07min05s

Hora de início: 18h00

E: Ok, yes. Let's start.

Utente G: Ok.

E: What is your profession?

Utente G: My profession is a cleaner. I clean offices.

E: You clean offices, ok! And how long have you been in the house?

Utente G: I have been in the house... Well, here to one year. Eight months or 10 months? No, eight months, eight months. In October, it will be 10 months. Yeah, okay, seven months, almost two years. Almost two years. Yeah, the time goes quick.

E: How did you get into the house? How you? You came?

Utente G: To so here, yes. Oh, when I had called.

E: The police?

Utente G: No. Was it with the police? No, no, it was. I got into the previous house. They take you to a first they emergency shelter and then they bring you to your forever home. So, the person that brought me to my forever home is somebody that I was familiar with. At the previous shelter. So, it wasn't like somebody that you don't know or.

E: Ok, so you... you have the... the emergency shelter and you came to the house, the shelter house. Ok. And what is your life here? You...

Utente G: Now.

E: You are going to your job.

Utente G: Yes. Now, I go to work, I come back, I maybe drink a yogurt, and then I go to... I go to Portuguese classes on three days a week.

E: And he's going to well.

Utente G: It's everything is going very well, and I tried not well. I haven't missed the day. I've missed one day. OK, yes, I... I don't like to, and I don't like to be late.

E: (Já percebes bem portugueses).

Utente G: (Eu percebo) I understand but its little bit difficult.

E: You have difficult to speak Portuguese.

Utente G: Now.

E: Ok. And about your victimization, ok, what is the relationship with the aggressor?

Utente G: My relationship with Seth's father is still ok. We've realized that the...

E: It's your husband.

Utente G: Just no, he's not my husband. But we have known each other for 13 years.

E: 13 years, ok.

Utente G: It's a long time, yes. So, you can basically say he's my husband, you know, and...

E: And you start being attacked by the... the beginning or just...

Utente G: Was two. There were two situations. One was in South Africa one time, but I got him arrested and he had to go to court. I had to go to court. He was going.

E: I don't know what the "Court" (risos) is.

Utente G: Court is like in front of the lawyers. And the judge, yes.

E: Yes. It's like tribunal.

Utente G: Yeah, tribunal. Ok, tribunal. Tribunal. I went to the tribunal. Tribunal and so did he... And nothing ever again... We don't. We never used to fight too much. Everything was very cool. He came up to Portugal three.

E: And you go together to Portugal.

Utente G: No, this is the problem. He came here first and while he was here, he developed an alcohol problem, right? I guess being lonely, you don't have your family and it's easy. So, he

developed an... which I didn't know because I'm not here. It was COVID. I couldn't leave the country, blah, blah, blah, blah, blah.

E: Yes, ok...

Utente G: When we finally were able to come to Portugal. If one of those things, if you can't beat them, join them. So, I would also join in on, you know, drinking alcohol and maybe even abusing alcohol and that is how the abuse I guess would start. So, my relationship with him now, we still talk mostly about the Seth, the son, yeah, mostly about my son. It's nothing personal.

E: Ok. And you have a good relationship with...

Utente G: Yeah, I would say it's a good relationship. I trust him. I know he's not gonna come here or do something crazy. I completely trust him. I know it was just the alcohol.

E: Yes, ok. I can understand and what... what was the type of violence? Just physical, just psychological?

Utente G: Ok, I get what you're saying. It was not psychological. It was physical and...

E: Just physical with alcohol.

Utente G: Just physical.

E: just physical the second time. Ok, and how going to the shelter is helping with the autonomy? How you think...

Utente G: The shelter... to here?

E: Yeah.

Utente G: When I came to the shelter, I didn't have my work permit. I didn't have residents in this country. My husband was supposed to get that for me, but we broke up in two months and was finished. Jesus Christ. Anyway, what was the question again? How's the help? How's the house helping?

E: With the autonomy, yes...

Utente G: I think. Having duties kind of keeps you busy all the time, you know, so that you don't have an opportunity to really think about or too much about your, your actual circumstances. That's one with regards to everything else they have.

Completely helped me. The only thing that they haven't helped me with and that is actually not the house's faults, it's mine. I need to find a permanent help job.

E: A permanent job.

Utente G: Before they can give me a house or find... try to find a house.

E: To you and for your...

Utente G: For me and X, but they got me my residency, my Social Security.

E: And help with the Portuguese classes.

Utente G: The Portuguese classes... That's through the "Centro de Emprego". Yes, with that, everything. Actually, basically everything. I didn't know... everything.

E: Ok, it's good. Ah and the activities, at the shelter, what is the activities you make here?

Utente G: Ah, the activities, is only around cleaning, ok, so...

E: And you have conversations with Dra. X, and X, right?

Utente G: Oh, yes, sometimes light, sometimes is about something that's serious, you know, sometimes... before, when I was drinking, I used to fight with them, but now obviously not... yeah, but now I have a good relationship with the "doutoras", they are always open to interrupting, if you have something to tell them or something to change.

E: It's open to that.

Utente G: Yes, very open and they keep you updated about what is happening your lawyer, you know, because the lawyer does not contact me personal...

E: Contact the "doutoras".

Utente G: Them, yes, and also, with my psychologist, my psychiatrist...

E: And you have psychologist?

Utente G: I do have psychologist, yes.

E: It's very good.

Utente G: Yes, I do.

E: And how and when you will leave the shelter? When you think happen?

Utente G: How and when, I don't know, because I...

E: When you have a job permanent?

Utente G: After I have a permanent job and after they have a arrange a fourth double housing, I just for the housing that I able to pay this is kind of arrange , a single salary, no away ..

E: Yes, it's very...

Utente G: Yeah, so one segment it's a permanent job, eligible for to rent a house, that's my pursuit, for now I don't know, it could be in 6 months or 1 year.

E: Yes, it's difficult.

Utente G: It is what it is.

E: And how do you imagine the life outside the shelter? It's easier, it's more difficult?

Utente G: It's definitely easier, you are not, you know, the shelter is all very good, but they have to almost people like they are children, you have got to duties, you are told to do that, to conform, as you know, it's like, respect the person's situation, so I feel like back in the school here.

E: (Risos).

Utente G: Yeah, and it's ok.

E: Yes...

Utente G: You get into quickly and it's not so I guess living would be like I was before so I'm not afraid of been on my own...

E: And you will stay here in Portugal or in...

Utente G: I'll stay in Portugal, I'm not sure if I want to stay in Aveiro, Aveiro is very small.

E: (Risos).

Utente G: But I will stay in Portugal (risos).

E: Porto, Lisboa.

Utente G: Yeah, Porto. Lisboa, a little bit more like...

E: Yes... and what is a long-term life goals you have?

Utente G: In terms of being here, in the house? Or in general?

E: Uhm, yes, in general, yes.

Utente G: In general.

E: Being happy?

Utente G: Being happy is totally relatable to money and money to work and work is the problem here, ok?

E: (risos).

Utente G: I would like to get a job in Portugal that pays well, preferable in industry it was...

E: What is your studied?

Utente G: Is travel agent.

E: Oh, ok.

Utente G: And I also studied psychology as well.

E: It's good.

Utente G: But I can't work in an agency here because I don't speak...

E: Portuguese? Uhm, yes (...).

Utente G: It's more opportunities. I would like get a job like that also payable... I would... I'm doing something that I enjoy...

E: Yes, it's very good.

Utente G: Yeah, long-term plan, I would like to have my own travel agency. I know I had before, you see, and right now, I have an basically have it again, I'm gonna website, got a bank account, everything until I'm really focused on it, you know, and then, but anyway...

E: Yes, it's your plans.

Utente G: But we don't know what's happen, it's just my plans, what happens it happens, I'm not gonna stress myself out.

E: Yes, and your mental health it's the very important.

Utente G: That's the one thing that I just realise, yes.

E: (risos) yes.

Utente G: My mental health is the definitely important.

E: It's the most important.

Utente_G: Yes.

E: And how do you imagine the future out here?

Utente G: Out of here?

E: Yes, out of here?

Utente G: I just imagine...

E: Good things, bad things...

Utente G: I think the better things it would be pay things for things (risos), you know.

E: Yes, to do the two things.

Utente G: Everything it will be, actually everything it's a bad thing a... I don't imagine everything else is good, you know, I also miss a big surround, I think people I never been in that situation where I've been surrounded my people and under people basically take care of you, so it feels good, to be taken care of, but you also as a mother, as a human being, as an adult, you want to be autonomous so it's your goals, that is the good thing and the bad things.

E: Because you have the rules and... yes, I think it's enough, ok.

Utente I

Entrevistadora: a discente Cristiana Ramalho

Dia: 08/07/2023

Tempo: 13min

Hora de início: 19h00

E: Então. Primeiro, vou-lhe perguntar a sua profissão, por favor.

Utente I: Eu sou a contabilidade.

E: Contabilidade?

Utente I: Sim.

E: Certo. E há quanto tempo é que já está na casa? Está há pouco tempo, não é?

Utente I: Quatro anos... quatro meses.

E: Quatro meses, boa. E quais é que foram os meios para entrada na casa? Através de polícia, através de algum gabinete de apoio à vítima?

Utente I: Algum gabinete e apoio da polícia e, depois de lá, Segurança Social.
(interrupção de entrevista)

E: Portanto, houve queixa na polícia. Foi isso?

Utente I: Sim.

E: E depois deve ter ido para um gabinete de apoio à vítima.

Utente I: Si e depués cheguei a una casa de emergência e depues aqui.

E: E qual é que é, mais ou menos, o seu dia a dia aqui na casa?

Utente I: Meu dia a dia é: eu me levanto, tomo o meu pequeno-almoço e vou ir trabalhar.

E: Certo, porque agora, entretanto, já arranjou, já arranjou trabalho. Boa. E agora falando sobre a vitimização, qual é que era a sua relação com o agressor, era namorado, companheiro?

Utente I: Era primeiro namorado, três anos depois, ele fala para mim que vinha a Portugal, que Portugal tem oportunidades boas, saúde, boa escola para as meninas. Então, eu fiz caso e vim para Portugal, mas eu não era para venir para Portugal, mas sim para os Estados Unidos.

E: Estavam nos Estados Unidos?

Utente I: Eu vou embora para os Estados Unidos.

E: Ah, tu vais embora?!

Utente I: Sim.

E: Certo. E quando é que começou? Começaram as agressões? Já no namoro ou só quando...

Utente I: As agressões começaram dois dias depois de chegar a Portugal.

E: Ou seja, chegaram a Portugal e começaram.

Utente I: Ele bateu sobre para mim, me bateu la cara.

E: Certo. E qual é que foi o motivo? Foi... teve algum motivo?

Utente I: Si lo motivo foi por haver comido alguma coisa antes de jantar. Foi esse el motivo...

E: Certo.

Utente I: E el agressor sempre me tratava mal, falava mal... essas coisas.

E: Certo. E antes nunca tinha tido nenhum episódio de violência, nenhuma violência verbal? Violência física?

Utente I: Não, não, porque ele é e vai embora a Colômbia fica trabalhando, a Colômbia, na Colômbia mostrou ser outra pessoa e mais chegou aqui a que Portugal e foi distinto da pessoa que eu conheci.

E: Certo. Foi então pouco tempo, o tempo da agressão, tentou logo fugir da situação.

Utente I: Sim, mas las agresiones continuaram um ano e três meses.

E: Um ano, um ano e três meses. E qual é que foi o tipo de violência a que foi sujeita? A violência verbal, violência física apenas?

Utente I: Eu fui física e psicológica.

E: Os dois...

Utente I: Ele gostava de maltratar um cão que nós tínhamos, queimava com... na colea, cigarrinho, nos defendíamos de cão e depois ele queria bate-lhe sobre minha filha, e ele nos pôs câmara na casa, microfone, eu não... podia sair à rua, não podia tener amigos, amigas, não podia... e eu trabalhava e eu tinha que ir embora dos trabalhos porque ficava ele com ciúmes, não, pô, porque falava sempre com ciúmes?

E: Ciúmes, sim.

Utente I: Ciúmes de que eu estava com meus chefes, foi uma situação muito complicada.

E: Muito complicada, sim, sim, estou a ver. Certo, e como é que a vinda para aqui para casa está a ajudar na sua autonomização, sente que está a ser benéfico?

Utente I: Não.

E: Não sente.

Utente I: Eu não sinto la casa, tenho muitas regras e sinto que las regras que tem na casa não nos ajuda, porque nós ficamos com problemas psicológicos e tenemos esse processo de superação de las coisas más. E la casa põe regras, regras que não são, não são boas para nós.

E: Benéficas? Não sente que são benéficas.

Utente I: Não, não, não, porque las são coisas que, por exemplo, é minha filha. Sofria de resistência à insulina. Eu falei às doutoras.

E: Diabetes?

Utente I: La menina Lauren la dois, tienne problemas, falei a doutora. Doutora la menina não pode comer massa nem isso e não acreditam, falam que é uma brincadeira. Falam que não, que eu tenho que trazer... Eu lhe presenteei a ela um certificado de onde faz las recomendaciones médica da Colômbia e eu não tenho certificado, mas la menina sofre isso. Eu não estou brincando com la saúde des minhas filhas, então põe restrições. E eles falaram uma vez que só deixam as pessoas que são de diferentes religiões, então eu penso que aqui é mais importante as religiões do que a saúde de uma pessoa, sabe?

E: Claro que não.

Utente I: Então, há aqui muitas regras sobre a comida, muitas sobras. Eles falam aqui que são donativos que dá o Mercadona e assim, mas eu penso que a comida deve ser calidosa, las meninas têm que comer proteína la hora de almoço. Eu, às vezes, tenho 5 euros ou 10 euros, posso comprar alguma coisa, preparar para minha filha, proteína que es importante.

E: Sim, claro.

Utente I: Isso aqui é que nos desanima e sabes não tenhamos essa oportunidade laboralmente.

Entrevistadora: Sim.

Utente I: Eu vou ao serviço de emprego e, muitas vezes, são capacitações de los direitos e deveres e essas coisas não sabemos, porquê? Porque você está procurando um trabalho, não à procura de perder tempo.

E: Exato.

Utente I: Parece não a capacitações e coisas que nos sirva a nós, mulheres, para poder sair, sabes?

E: Se empoderar.

Utente I: Isso, empoderar, não precisamos coisas grandes nem nada disso, precisamos de uma ajuda para podermos sair.

E: Exato.

Utente I: Eu sinto isso aqui, que nós não tenhamos esse...

E: E nas conversas com a Doutora Emília, não sente que são benéficas?

Utente I: Não, eu sinto que elas falam que sim, que é isto e isto. Sim, eu entendo que elas estão na sua posição e que elas têm que fazer seu trabalho e quem vêm ordens de outra senhora que eu não conheço essa senhora, pero mais devem ser acessíveis com nós, porque nós venemos de una situacion.

E: De uma situação complicada... e não sente essa sensibilidade.

Utente I: Situação complicada, sim. Não. Eu estou aqui procurando que esteja pronto la problema judicial e eu poder ir embora. Porque eu sinto que eles, em Portugal, não me brindam a minha segurança nem as minhas filhas porque se esse homem segue procurando-me, ameaças e só me falam: você esta protegida porque está numa casa abrigo.

E: Continua a ter ameaças do agressor?

Utente I: Sim, áudios, ele fez uma página de pornográfica, pôs o meu perfil, pôs o meu cartão, pôs o meu currículo, então não sinto... pôs um vídeo eu dançando com minhas filhas, sinto que a lei não faz nada aqui em Portugal, porque, estão as minhas meninas num site pornográfico...

E: Que horror...

Utente I: Então, eu sinto que aqui la lei a mim não me está ajudando muito, sabe?

E: Não está a ser benéfico.

Utente I: Não, não está. Agora fala que porque eu ou as meninas, mi caso, que estou numa casa de abrigo, estou protegida, mentira, menina, porque, se eu saio agora à rua, ele pode seguir-me ou pode pagar a alguma pessoa para que faça...

E: Ele está em que cidade cá em Portugal?

Utente I: Que, ele? Ele está em Portimão, mas ele tem dinheiro, ele conhece seu país.

E: Não, ele não consegue chegar aqui.

Utente I: Ele hackeou meu correio, tem todas as informações. É complicado... Eu sinto que não tenho ferramentas, não tenho como que valor para a polícia, internacionalmente uma pessoa que põe uma imagem de meninos numa página pornográfica...

E: Isso deve estar a ser seguido pela polícia. Imagino eu, deve estar a ser investigado para...

Utente I: Lo tribunal?

E: Sim, para o tribunal, para cumprirem as medidas certas.

Utente I: Mas isso é um processo muito, largo, longo.

E: É um processo muito longo, sim.

Utente I: Eu penso isso, que deveriam dar prioridade a mulheres e crianças porque...

E: Deveria ser assim, mas, infelizmente, não é...

Utente I: É isso, para mim, eu não sinto... eu sinto que estou agradecida, que tenho um teto, tenho onde dormir, que agora não posso ir a Colômbia ir ver os meus pais e meus amigos, ouça estou aqui sozinha porque já me ameaçou e sinto medo que me faça alguma coisa ou com as minhas filhas... pode fazer ele ou pode pagar a outra pessoa, sinto que...

E: Não está segura...

Utente I: Não, não estou segura.

E: E quais é que são as ações que realizam aqui na casa que sente que realmente são benéficas, nenhuma, alguma?

Utente I: As meninas que convivem comigo, o que falam as meninas, nós damos apoio moral, a doutora Emília trata de falar com nós, mas verdade falta...

E: Ajudou com os processos das meninas...

Utente I: Sim, com a escola das meninas, processo jurídico, falta a saúde da minha filha, a residência das minhas filhas já venceu...

E: Ainda não foi tratado...

Utente I: Não, não foi tratado...

E: Pensa então que quando sair aqui da casa para ir para os Estados Unidos como disse...

Utente I: Não, eu vou para um outro país, Estados Unidos já não porque o processo que estava fazendo da Colômbia já cancelei para poder vir embora para Portugal, e isso é difícil, eu reservo o país que eu vou para mi seguridad e das minhas filhas. Porque...

E: Certo. E será quando tiver a questão jurídica resolvida e a questão...

Utente I: Sim, eu vou embora.

E: Certo. E como é que imagina a vida fora da instituição, será que imagina coisas melhores fora daqui?

Utente I: Pois...

E: Como imagina o futuro?

Utente I: Eu imagino o futuro lutando, lutando, mais tranquila, mais consciente que isto é algo temporário que você aqui da experiência de momento eu preciso de minha independência e das minhas filhas para poder tener esta libertad que você faz sua comida suas coisas e que não está...

E: E que não está restringida a regras...

Utente I: Sim, isso.

E: Como aqui em casa...

Utente I: Isso.

E: E como é que, quais é que são assim os objetivos que tem de vida a longo prazo?

Utente I: Eu quero estudar... primeiro, estabelecer-me com minhas filhas e tener...

E: A nível de habitação?

Utente I: Sim, alugar habitação, e depois estudar, trabalho, quero estudar cozinha.

E: Cozinha? Quer seguir cozinha?

Utente I: Sim

E: Certo, boa! Muito bem, acho que está tudo.

Utente H

Entrevistadora: a discente Cristiana Ramalho

Dia: 29/06/2023

Tempo: 18min

Hora de início: 17h30

E: Qual é que era a sua profissão antes de vir para aqui? Qual é que é a sua profissão atual?

Utente H: Eu cuidava de idosos, não é, na geriatria. Eu cuidava de idosos.

E: E cá em Aveiro ou?

Utente H: Não, no Porto.

E: No Porto. E há quanto tempo é que está cá na casa?

Utente H: Eu cheguei dia 13 de fevereiro.

E: Portanto, há alguns meses mais ou menos.

Utente H: Vai fazer quatro meses.

E: Exato, qual é que é o seu dia a dia aqui? O que é que faz?

Utente H: Aqui, eu levanto cedo, tomo o pequeno-almoço, depois tem a escala, não é? Eu faço o almoço. Aí tem as tarefas para gente poder fazer ou lavar a loiça, limpar o refeitório, cozinhar...

E: Sim. Muito bem. E tem uma filha, certo? (risos)

Utente H: Tenho (risos) (...).

E: Qual é que era a relação com o agressor?

Utente H: A gente namorava. É aí um tempo. Foi aí quando eu descobri que estava grávida dela, mas antes de eu descobrir, eu já tinha sofrido a primeira agressão. E aí, depois eu saí da casa dele com muito medo. Eu aluguei um T1 em Gaia para morar sozinha.

E: No Porto?

Utente H: Isso, no Porto. Foi aí que eu descobri assim que já estava nesse tempo, que eu descobri a gravidez. Ainda não sabia que estava grávida.

E: E ele apoiou na gravidez?

Utente H: Não, do início ele não aceitou, ele falou que estava com depressão e ansiedade, e não aceitou. Mas, como eu trabalhava, eu continuei nesse T1, morando sozinha no T1 e pagando certinha a renda e trabalhando.

Utente H: Só que, dia 25 de agosto de 2022, o senhorio, o senhor que eu olhava, ele faleceu, e aí eu fiquei desempregada e não tinha mais como pagar renda...

E: Sim, sim.

Utente H: E eu tive de voltar novamente para casa dele.

E: Portanto, o tempo que foi agredida terá sido nessa desde...

Utente H: Desde o início, quando eu conheci ele, foi quando sofri a primeira agressão.

E: No namoro ou já viviam juntos?

Utente H: Foi, nós já vivíamos junto. Foi quando eu fui morar com ele e com a mãe dele. Aí, eu sofri a primeira agressão. Como eu fiquei com muito medo daquilo, eu me virei, arrumei um T1, juntei um dinheiro, arrumei um T1, fui morar sozinha.

E: Certo, então a violência, à qual foi sujeita, terá sido física, psicológica?

Utente H: Sim, física, psicológica, e quando eu fui morar com eles, a mãe dele e ele cobravam 300 euros para dormir na casa deles, para morar lá, 200 euros de água, luz. E deixavam tomar só um banho por dia, para lavar o cabelo uma vez no mês.

E: Jesus.

Utente H: É, eu não podia falar com ninguém, porque sempre coloco, eles falavam que como eu era nova, aqui em Portugal, era recém-chegada, ele sempre falava que não podia confiar nos portugueses, que são muito maldosos.

E: E ele era português ou brasileiro?

Utente H: português.

E: Conheceu-o cá, então, não, não veio?

Utente H: Sim, conheci ele aqui.

E: Cá em Portugal. Certo, a... era então uma relação mais abusiva? Uma relação abusiva com violência psicológica, violência física, etc. Certo. E aí, como é que chegou aqui à casa abrigo? Qual é que foi os passos até chegar aqui à casa abrigo?

Utente H: Quando eu estava fazendo pré-natal na maternidade, eu respondi a um questionário com a... que a médica me passou. E nesse questionário deu um índice alto de depressão na gravidez e aí surgiu um que me comecei a ter consultas também com a psicóloga. E aí eu fui conversando com a psicóloga que estava acontecendo, mas eu nunca contava que acontecia na casa dele. Eu tinha medo. E..., mas, mesmo assim, ela começou a desconfiar. E aí sugeriu que eu...

E: Talvez pelas marcas físicas ou psicológicas que já tinha?

Utente H: Sim, e aí ela pediu para me poder começar com uma assistente social. E me pediu para contar tudo porque seria não só perigoso para mim, mas também para a bebé que eu estava esperando, não é?

E: Sim.

Utente H: E também é uma forma de assegurar a minha vida e a dela. E foi aí que eu comecei a contar com a Segurança Social e ela começou a me acompanhar. E falou comigo que se ele descobrisse onde eu estava no T1 e tinha de comunicar, ela me deu o telefone da APAV e colocou na minha carteirinha de gestante e tudo.

E: Hum! Sim.

Utente H: Mas só que aí, como o Sílvia morreu, tive de voltar para casa dele.

E: E aí começou tudo outra vez.

Utente H: Começou tudo outra vez, só que a mãe dele não deixava eu ir nas consultas, porque ela viu os telefones da APAV na minha carteirinha de gestante e perguntou porque é que eu estava com aqueles números ali...

E: Exato.

Utente H: E aí eu fui, falei, foi a assistente social que tinha colocado ali para uma emergência... E ela falou que aquilo não era número de emergência, era um número para denúncia. Em que debaixo daquele momento, eu não ia poder mais ter consultas nem com a assistente social e nem com a psicóloga.

E: Proibiu logo...

Utente H: Proibiu e proibiu sair sozinha a partir desse momento, não saía sozinha, sempre com ela ou com ele. Não podia contar nada que acontecia na casa deles. Eles regravam tudo, até a questão da alimentação e eu comecei com anemia na gravidez, por não fazer uma boa refeição...

E: Pois, pois...

Utente H: Eu engordei seis kg durante a gravidez toda. E, no dia do parto, a mãe dele estava proibida de entrar, porque a maternidade proibiu a mãe dele de entrar, dela de assistir ao parto, ela queria assistir, mas ele não teve jeito porque como ele é o pai...

E: Sim, tinha de ser...

Utente H: Ele foi assistir e, chegando lá, no dia do parto, ele queria agredir uma das médicas.

E: Jesus.

Utente H: E tentou me agredir a mim, e eles notificaram tudo. E falou comigo, que, se eu não denunciasse ele, a maternidade ia denunciar, porque ele estava colocando a vida da menina em risco.

E: Isso este último ano, 2021?

Utente H: 2022 para 2023.

E: Claro, 2022 para 2023. Sim, exato (risos). E foi através da APAV que conseguiu chegar até aqui?

Utente H: Primeiro, a tia dele, que era polícia, ela era da polícia, mas estava com uma pré-reforma...

E: PJ, da Polícia Judiciária?

Utente H: Isso, ela começou a desconfiar, e aí ela começou a me perguntar o que estava acontecendo, e eu não falava, depois ela falou: eu conheço a minha irmã e conheço o meu sobrinho, alguma coisa está acontecendo, quando eu te vi, eu vi que você não estava bem desde o início da gravidez...

E: Exato.

Utente H: E aí eu peguei e contei para ela e ela falou: olha, eu vou ligar para a APAV, eu estou em Braga, eu moro em Braga, mas eu vou ligar para a APAV aqui de Braga, vou dar o seu nome e o da menina para eles poderem ficar atentos a qualquer coisa que acontecer, em alerta, você vai ligar e eles vão ir na casa da minha irmã e tirar você daí. Eu falei assim: mas se você fizer isso, eu fico com medo, porque se eles não conseguirem entrar aqui e me tirar, eles podem

fazer alguma coisa comigo e com a criança também, com a menina, aí eles falaram que... (bebé chora)

E: Quer conversar também com a menina (risos).

Utente H: É, e ela perguntou quando é que é a consulta da X e eu falei 19 de janeiro, a consulta dela, no centro de saúde. Ela falou: você vai na consulta e você vai chegar lá e vai contar tudo para o médico de família, e aí foi isso que aconteceu, a maternidade já tinha avisado o médico de família...

E: Exato... tendo em conta o que se passou, não é?

Utente H: Eu já tinha uma consulta agendada e eu não tinha ido a essa consulta, que era a consulta pós-parto, e aí eles já ficaram em alerta quando eu cheguei lá, eles já começaram a desconfiar de alguma coisa, a enfermeira também, que já conhecia ele desde pequeno, que era a enfermeira de família dele, começou a desconfiar e começou a fazer algumas perguntas. Eu fui, falei e depois eles chamaram o médico de família, eu contei tudo para ele e ele me colocou numa salinha com a menina e falou comigo: a gente vai chamar a polícia e você vai denunciar, você vai para um abrigo de emergência...

E: Que foi a tal casa de emergência que teve inicialmente.

Utente H: Sim... e lá você vai ficar durante 30 dias e lá depois a casa de emergência vai te transferir para um abrigo fixo, longe do pai, para você ficar longe do agressor, você e a menina, e foi isso que aconteceu, eles me transferiram para cá, para Aveiro...

E: E ele, entretanto, tem a ligação na mesma por causa da filha, supostamente, não? Ou simplesmente não quer saber?

Utente H: Não ele não dá importância nem nada ele só procura porque ele tem interesse no abono da Segurança Social da menina porque ele é... usa drogas.

E: Toxicodependente?

Utente H: É, então ele quando a mãe não dá dinheiro para ele comprar, ele quer saber se você está recebendo alguma coisa...

E: Isso é muito normal tendo em conta a toxicodependência... E depois chegou aqui à casa, qual é que foi a grande diferença que notou?

Utente H: A principal diferença é que aqui é tudo mais calmo, não tem uma pressão tão psicológica, aqui não tem isso, é... eu consigo criar ela e ela não está naquele ambiente pesado, carregado, sabe? Quando eu cheguei, confesso que eu chorava muito, mas era pela situação que eu estava vivendo, e aquele pensamento será que eu vou conseguir criar a minha filha, será que eu vou conseguir dar um futuro melhor para a minha filha, eu tinha esse pensamento, mas com a ajuda das doutoras, das técnicas e também das outras senhoras aqui da casa...

E: Conseguiram ultrapassar...

Utente H: Sim, ultrapassar.

E: Então, e como é que a casa está a ajudar na sua autonomização para sair daqui um dia, como é que acha que está a ser, está a ser benéfico para si a casa?

Utente H: Ainda não, porque eu ainda não consegui... só em setembro que é quando ela vai para a creche, na creche eu já tenho, a casa já me tratou do negócio da creche e também tratou do abono de família dela, tudo isso foi tratado pela casa, mas em questão de trabalho, só depois de setembro, vou colocar ela na creche e eu aí já vou poder conseguir correr atrás de trabalhos, de emprego, já vou poder começar a trabalhar e buscar a minha independência...

E: E a nível psicológico, a nível social, o que é que acha que a casa está a fazer por si para conseguir sair daqui mais forte com mais ferramentas para ultrapassar a vida lá fora sem ajudas aqui da casa?

Utente H: Oh! A doutora X, que é a psicóloga, ela senta para conversar com a gente, passa muita força, sabe, passa muita força para a gente, fala como tem que ser forte para poder dar uma boa criação para ela...

E: E até para o seu próprio, autonomia, sozinha sem a sua filha, não é? Para criar a sua filha, tem que você estar bem, é ou não é?

Utente H: Hum!

E: Ok e é isso. E quais é que são assim as atividades, assim as ações que realizam aqui na casa que sente que são mais benéficas para si?

Utente H: Eu, quais são as atividades?

E: Atividades, ações, quais são assim os pontos-chave?

Utente H: Eu acho que são as tarefas, porque essas tarefas faz a gente sair um pouco do quarto...

E: As tarefas domésticas?

Utente H: É, faz a gente conviver com as outras utentes também, e a gente não fica pensando nas coisas que a gente passou, a gente passa o dia com aquilo e agente não fica pensando muita coisa.

E: E até se calhar as conversas que a X tem convosco também.

Utente H: Sim, na hora do almoço, ela almoça com a gente, conversa sobre tudo, a gente não tem o não pode conversar, a gente conversa sobre tudo, do nosso interesse ou do interesse delas também.

E: E aqui como e quando vai sair da casa, já percebi que será quando tiver autonomia do emprego, não é? E quando conseguir arranjar alguma casa para si, exato é isso...

Utente H: Eu não sei se é fácil ou não, não sei (...). Ainda por cima, com a bebé torna tudo mais difícil.

E: Sim, sim, mas vamos acreditar que vai conseguir como é óbvio. E como é que imagina a vida fora do apoio da instituição, como é que imagina a vida daqui para a frente? (Batem à porta)

Utente H: Não sei, eu tenho medo.

(Pausa na entrevista para a utente atender uma chamada)

E: Estava-me a dizer, então, como é que imagina a vida fora da do apoio da instituição. Estava a dizer que tinha medo, não é? Ainda tem receio?

Utente H: É porque é assim, eu não tinha parado para pensar nisso, ainda mais igual aos outros utentes falaram comigo: Ah! Como é que a gente vai criar uma criança sozinha numa casa? Se você passar mal, quem vai te ajudar com ele e quem vai te socorrer? E aí eu fico... Isso me veio no pensamento. Eu fiquei pensando, falei: gente, é verdade, sem querendo ou não, é verdade sabe? Muito difícil. E aí a ideia que eu tinha era trazer minha mãe do Brasil para cá, que era uma pessoa que, que tem possibilidades me ajudar.

E: Certo. Aqui será então, o apoio do da mãe que vai, que vai tentar ajudá-la aqui no apoio enquanto a bebé é pequenina, claro.

Utente H: Se eu conseguir trazer ela e se o pai da menina não me chatear muito, porque se ele me chatear muito, eu vou para o Brasil, que pelo menos eu tenho segurança. Eu sei que ele não poder fazer nada comigo lá.

E: Pois, mas, entretanto, eles já não têm ligação consigo, ou ainda acha que...

Utente H: Não, a gente não tem qualquer tipo de ligação comigo, mas eu não duvido, porque ele é capaz de qualquer coisa, ele é capaz de qualquer coisa, então... Ele e a mãe dele, não é? A mãe lhe dá força para ele fazer muitas coisas, então eu não duvido, não duvido de nada.

Entrevistadora: Certo. E quais é que são os seus objetivos de vida a curto e a longo prazo que tem?

Utente H: Não entendi.

E: Os objetivos que tem de vida a curto e a longo prazo.

Utente H: Objetivo que eu tenho agora é acabar de fazer a minha... Eu sou enfermeira no Brasil, e aqui eu queria fazer mais um ano e meio, sabe? Para poder...

E: Para ter formação aqui.

Utente H: Para poder conseguir trabalhar em algum hospital e isso se tudo der certo, se o pai dela não...

(...)

Utente H: O 12.º já tenho reconhecido por aqui, porque eu trouxe ele apostilado e autenticado. Aí, eu só estou esperando agora meu diploma lá do Brasil. Vir apostilado.

E: Para fazer em correspondência com o de cá, supostamente, não?

Utente H: Sim, sim.

E: Muito bem e a longo prazo, qual é que será assim o maior futuro que vê? O maior objetivo de vida basicamente.

Utente H: Ah, é o futuro da minha filha! E eu trabalhando com e eu conseguindo. Através do trabalho e tendo força, também eu conseguir lhe dar tudo o que eu nunca tive, para ela, o meu sonho é esse, dar uma boa criação e ensinar o caminho certo, porque eu acho que a gente não precisa de luxo, não precisa de roupa cara, calçado caro, nada disso... A gente precisa de formação de caráter, sabe? E é isso que, atualmente, todo pai e toda mãe tem que pensar ainda há pelo seu filho uma formação de caráter, porque eu acho que é o essencial. Tendo isso tem tudo.

E: Exatamente, é isso mesmo. Pronto, acho que está tudo. Muito obrigada. Pelas questões respondidas.

5. Resposta aberta - Questionário

As utentes foram também questionadas sobre a importância do apoio da casa, e aqui as utentes conseguiram expressar mais a sua opinião através de uma questão aberta:

“Foi importante para si a casa abrigo? Was important for you the house ?

Como define o apoio que beneficiou? How do you define the support that you benefitted?

Sente que poderia ter recebido mais apoio? Se sim, a que nível? Do you feel you could have received more support? If so, at what level?”

Resposta 1: “Foi importante. Defino como importante, tiveram um papel fundamental em todas as questões. Muitas vezes, só com aconselhamento psicológico. Sinto que poderia ter recebido mais apoio na questão da autonomização, porque só ajudam no transporte de bens pessoais e uma pessoa para se autonomizar precisa de apoios a outros níveis.”

Resposta 2: “Sim, foi importante. Muito importante e adequado o apoio de que beneficiei. Sim, poderia ter recebido mais apoio a nível psicológico e social.”

Resposta 3: “Sim, sinto que foi importante porque me sinto mais segura aqui, posso ir trabalhar e deixar as minhas filhas aqui na casa, por exemplo. Ao nível da comida, insuficiente e pouco nutritiva, as regras são muito rígidas e não têm nenhum benefício (exemplo: as regras não são iguais para todas, quando uma sai, não faz a sua tarefa e tem de ser as restantes pessoas a fazer). Sinto que o governo e as instituições sociais deviam fazer mais pelas vítimas de violência doméstica, sinto que não somos devidamente apoiadas a nos sentirmos mais empoderadas, e sinto também que a lei é muito demorada em Portugal (exemplo: o agressor anda livre e as vítimas é que têm de alterar toda a sua vida, não acho justo).”

Resposta 4: “Sim, está a ser importante. Tenho segurança e paz, as técnicas, auxiliares e toda a casa ajudam no que podem. Posso falar com as colegas da casa, assim como com as técnicas. Sinto que o apoio é suficiente e que as técnicas me ajudam sempre que necessito.”

Resposta 5: “In terms of legal status and also helped with the alcoholism problem. The house helped with all the problems after that. The house is very important to me.”

6. Análise de conteúdo das entrevistas

No âmbito do estudo de caso “A intervenção socioeducativa como estratégia na capacitação de vítimas de violência doméstica”, entrevistei as técnicas da Casa Abrigo VeraVida.

Através de uma entrevista, abordei as seguintes categorias:

- Apresentação das técnicas responsáveis:
- Nome;
- Função;
- Experiência na casa.
- Valências da instituição;
- Regulamento interno;
- Características das utentes;
- Relação com o agressor;
- Expectativas das utentes;
- Anonimato;
- Trabalho individualizado com as utentes;
- Tempo de permanência;
- Projetos de vida;
- Autonomização.

Na categoria “Experiência das técnicas na casa”, as respostas foram:

“T1: Eu já trabalho aqui na Casa há 18 anos.”

“T2: E estou desde o início da abertura. Exatamente, estamos desde o início da abertura, 18 anos na casa.”

Na categoria seguinte, “Funções”, as respostas foram:

“T1: A minha, a minha função é psicóloga aqui na casa abrigo, sou psicóloga da casa abrigo e participo também em alguns projetos e nalgumas outras atividades da instituição dentro da área, dos vários selos de reconhecimento que temos, tais como saúde protetor. O saudavelmente da Ordem dos Psicólogos, participo também no projeto do teatro intervenção social da casa e participamos em outras atividades que abrangem tudo institucional que vão decorrendo.”

“T2: Eu sou assistente social, obviamente, exerço as funções de assistente social na casa abrigo junto das senhoras (risos) e na comunicação com a rede de parceiros aqui na comunidade local, na integração delas. Aí, à semelhança da Emília, também participo noutras atividades de cariz de mais geral na instituição, nomeadamente no staff, na escola inclusiva e também no teatro: Ugati. Prontos, o que nós temos em termos de instituição, não é? E outras atividades que a instituição faça. Nós estamos cá também.”

Aqui, verificamos que, para além da casa abrigo, enquanto técnicas da instituição, também realizam outros projetos.

Na categoria “Valências da instituição”, as respostas foram:

“T2: Tem várias valências, têm dentro, tem algumas valências de parte educacional que é creche, jardim de infância e ATL, mas isso no site Casa Vera Cruz, se fores lá ver, tens todas as valências porque é muito mais difícil estar a elencá-las todas agora... a nível social, temos

outras valências, temos o CAFAP, temos o serviço de apoio aos imigrantes, temos o GIP, ah... estava a tentar lembra-me ... do CLAIM.”

“T2: Temos o Caleidoscópio, Aveiro que acolhe...”

“T2: Tem muitas outras valências, para além de, prontos, esta (casa abrigo) incluindo.”

“T1: Tem as valências de continuidade não é, as que estão associadas a estruturas físicas, e depois tem também outras valências de intervenção, que têm a ver com projetos que se vão desenvolvendo.”

Nesta categoria, verifico que a instituição tem várias valências e projetos, todos eles de enorme relevância a nível social e educativo.

Na quarta categoria, “Regulamento da casa abrigo”, as respostas foram:

“T2: Os regulamentos das casas abrigo é feito através de uma legislação que podes encontrar na CIG. Tem algumas particularidades... como o número de utentes, os espaços que são partilhados, os que não são partilhados... mas é baseado nessa legislação.”

“T1: Isso normalmente até é de acesso geral.”

“T2: Na CIG, existe uma legislação própria, e que todos os regulamentos de todas as casas tiveram que ser reformulados, a nossa casa abrigo já tinha regulamento antes desta, dessa legislação, e nós tivemos de o atualizar, tivemos que o refazer de acordo com as orientações que a legislação assim nos manda, está bem? Mas isto para te dizer em termos gerais.”

Na categoria “Características das utentes”, as respostas foram:

“T1: As utentes têm uma grande diversidade de características, como já pudeste reparar.”

“T1: Vão variando. Conforme os grupos que estão. Mas as utentes podem ser de qualquer nacionalidade, uma parte significativa já é de funcionalidade estrangeira.”

“T1: (...) há sempre uma percentagem significativa de estrangeiros que vai variando. Mas temos (utente) de qualquer parte do país.

Hum!

Temos tido utentes de qualquer (faixa etária) desde muitos jovens a pessoas mais idosas e, portanto, de ano para ano, quando fazemos essa análise, às vezes temos um grupo mais jovem, muitas vezes temos um grupo mais numa idade, mais entre os 30 e os 40, não é? Temos tido algumas utentes já no grupo mais velho, mas em muito menor proporção. Sem dúvida, os

maiores de 60 são muito menor proporção do que, do que as restantes. Maioritariamente, temos um grupo mais jovem. Entre os 30 e os 40 e ocasionalmente vêm pessoas a partir dos 50 até aos 60 e... isso mais ou menos em relação... Tínhamos de fazer análise ano a ano.”

“T2: Culturalmente também são muito diversas, não é? Para já, se as nacionalidades são diferentes e cultura já é diferente, não é? E mesmo ao nível das portuguesas, podemos ter outras diferenças também...”

“T1: Ao nível da escolaridade, também temos diferenças”

“T1: Existe um menor número de utentes. De ensino superior, sem qualquer dúvida.”

“T1: Com ensino superior é um número muito mais reduzido se formos olhar para estes anos todos para trás, é muito mais reduzido. A grande maioria localiza-se, digamos, com terceiro ciclo, secundário. Neste momento é a grande maioria, já nos anos passados a grande maioria era no segundo ciclo, primeiro...”

“T2: Tem aumentado, tem aumentado a escolaridade, portanto, não é ao longo destes 18 anos.”

“T2: E também tem a ver um bocado assim, não é? Quando se quanto mais jovem é o grupo, mais escolaridade tem, primeiro também temos de ir por aí, não é?”

“T2: É obrigatória a escolaridade, não é? E ao nível da população estrangeira, as pessoas quando emigram é porque têm determinado tipo de nível para terem a ambição de procurar uma nova, uma nova vida, não é?”

“T1: Normalmente, têm o 3.º ciclo, secundário ou as vezes até já têm cursos tecnológicos especializados.”

“T2: Exatamente... e depois têm também de fazer o reconhecimento, mas, pronto, isso já são outras coisas.”

Na categoria “Relação com o agressor”, as respostas foram:

“E: E qual é que é a principal relação que têm com o agressor? Será que é sempre o marido?”

“T1: Não, muitas vezes, é o companheiro.”

“E: Companheiro, marido?”

“T1: Não, a união de facto é maioritária neste momento relativamente ao casamento.”

“E: E normalmente será que começa sempre no namoro?”

“T1: Muitas das situações de violência não começaram no namoro, foi após a coabitação.”

“A maioria, uma minoria que revela ter tido situações de violência no namoro, uma minoria.”

“T1: A maioria foi após acordo no início da coabitação.”

“E: Pois, sim, sim, sim, começam a coabitar, a ter outro tipo de intimidade.”

“T1: Exatamente, a partilhar responsabilidades, decisões, modos de vida. Pronto...”

Na categoria “Expectativas”, as respostas foram:

“T2: Primeiramente, o que elas gostariam era de não ter cá entrado.”

“T2: A expectativa é de sair o mais rápido possível de um acolhimento que ninguém deseja, não é? E a expectativa é que não gostaria de ter passado por uma situação dessa. Essa é a grande expectativa delas. Não é?”

“T2: Em termos de apoios, provavelmente, expectativas, não é? É... serão de ter mais apoios ao nível do Estado. De conseguirem autonomizar-se mais rápido possível.”

“T1: Conseguirem proteção, que o processo jurídico decorra bem e corra rápido, o que muitas vezes não acontece. O correr rápido então é raro acontecer.”

“E: Sim, porque algumas das utentes que me enviou estão cá há um ano e três meses, um ano e seis meses.”

“T1: Exatamente por expectativa de ter trabalho e uma habitação que possam pagar, é uma expectativa que fica muito morada aos dias de hoje. Porque a habitação está com preços que não se pode pagar com salários mais baixos.”

“T2: E quando são famílias.”

“T1: Famílias monoparentais, que é o caso destas famílias.”

“T2: Famílias monoparentais neste momento não estão a ter, não têm nenhuns apoios à habitação, está como está, portanto, elas próprias começam a ver que têm de ficar mais tempo acolhidas na casa abrigo e isso nós também refutamos, que não, não é bom para elas, nem é bom para ninguém.”

“E: Na legislação está que deveria ser só três meses... não sei.”

“T2: Não, seis meses com a renovação de mais seis...”

“T1: Portanto, deveria ser só um ano.”

“T2: O máximo dos máximos deveria ser um ano.”

“T1: E também temos situações em casa, da legalização da aquisição dos documentos que também demora algum tempo às vezes.”

“T1: Também atrasa um bocadinho e depois a situação de um rendimento possível, uma casa possível pagar pelo rendimento que conseguem ter sendo famílias monoparentais que têm rendimentos, salários baixos.”

Na categoria “Trabalho individualizado com as utentes”, as respostas foram:

“E: Ou seja, aquilo que tentam aqui, então trabalhar, se calhar com elas, será possibilidade de arranjar emprego ou possibilidade?”

“T1: Sim.”

“T2: Sim, quando elas entram, é óbvio que nós trabalhamos nessa. Trabalhamos nessa, nessas áreas, na integração ao nível da escola, ao nível de integração, ter acesso aos cuidados da saúde, do emprego. Isso é fundamental para elas começarem a ter oportunidades.”

“E: Do português.”

“T2: Isso está na área da educação também a acederem a cursos de língua portuguesa, que pode ser do Instituto do Emprego que tem.”

“E: Como a senhora... que agora não me lembro do nome dela.”

“T1: A D. X?”

“E: Exatamente, que estava no português.”

“T1: Estava e ainda está, já fez o A1 e agora está no A2.”

“E: Exato.”

“T2: E trabalha-se na possibilidade de elas se inserirem, por tudo e mais alguma coisa, até pelo bem-estar da pessoa para sua própria autonomia, de ter o seu dinheiro para uma questão saudável, porque eu acho que isso é saudável para qualquer uma das pessoas mesmo estando em acolhimento, é bom elas terem uma ocupação e ocupação profissional que lhes é remunerada.”

“E: Dá-lhes empoderamento.”

“T2: E dá e isso é importante, de maneira que, prontos, trabalhamos nesse sentido quando é possível... houve uma fase mais difícil.”

“Agora está a haver outra vez mais alguns trabalhinhos que vão surgindo, não é? Também não é fácil, não é? Não é fácil integrar de um dia para o outro as pessoas, mas, quando é possível, é óbvio que trabalhamos nesse sentido e existe uma articulação muito próxima e com os serviços nós temos, temos, temos pessoas no Centro de Emprego que atendem as vítimas não por inscrição, mas por referenciação da casa abrigo. O centro de saúde também faz o atendimento às vítimas. Não puxa os processos. E ao nível da educação, as escolas, quer a de Esgueira, quer o agrupamento escolas de Aveiro. Também temos, temos pessoas de referência lá, aos quais comunico diretamente para a integração rápida das crianças.”

“E: E o trabalho, se calhar individual, é mais no sentido de elas perceberem, delas terem essa essa noção de que é necessário fazer esse caminho por elas.”

“T1: O trabalho individual com cada uma pode ser um bocadinho diferenciado dependendo das circunstâncias.”

“T1 Da situação de vítima são de cada uma. Se há vítimas que exigem um maior trabalho na questão do readquirirem novamente o bem-estar de se sentirem seguras, não é? E isso demora mais tempo por circunstâncias várias, até porque ligadas ao próprio processo de vitimização de que foram alvo porque nós temos aqueles agressores que, se ela sai pronto, “deixam de mão”, não é? E temos depois aqueles agressores que, que “não deixam de mão” só porque a mulher tentou a saída. E aí e também há um trabalho que tem de ser feito para ajudar as pessoas a lidarem com essa situação. E no fundo a conseguirem superar um bocadinho emocionalmente os impactos do grau de vitimização que sofreram. Que são diferenciados de acordo com o número de anos em que foram vítimas, de acordo com o tipo de vitimização em que foram vítimas, de acordo com os recursos pessoais que cada uma tem, as competências pessoais que cada uma já tinha e já trouxe com ela para lidar com a situação. Portanto, este é um trabalho que é feito. E às vezes também... personalizado com cada uma das vítimas, mas também se alastra um bocadinho às crianças, jovens, crianças, jovens, adolescentes que vêm com as mães, que também são vítimas.”

“T1: A maioria vem com filhos, mas também temos senhoras sem filhos.”

“T2: Também é importante para a segurança delas. Muitas das vezes, nós conseguirmos e já tivemos situações de teleassistência, uma medida de medidas de proteção das vítimas. Que é uma medida de coação junto do agressor de afastamento.”

“E: Isso é sempre feito pelo Tribunal.”

“T2: Ah! Sim, sim, a teleassistência pode ser a própria CIG, pode pedir diretamente ao Ministério Público. Mas tem de ser a área da justiça mandar aplicar a teleassistência.”

Relativamente à categoria “Anonimato das vítimas”, as respostas foram:

“T1: O anonimato elas... não identificam a residência delas e administrativamente, oficialmente, a residência delas é sempre a nossa sede administrativa, e nos casos que nós consideramos que podem ser mais... que pode ter um grau de risco superior relativamente a ser descoberto o sítio onde elas estão, até podemos usar para envio de correspondência outras direções relacionadas com os serviços da Rede Nacional de Apoio às Vítimas. Pedimos a outros serviços que nos facultem essas direções.”

“T2: E, de acordo com a legislação, elas não são obrigadas a mudar de residência, não é? Já tivemos situações e no teu tempo tive, tivemos situações e temos ainda e presentemente situações que não foi feita alteração de residência delas, portanto, que mantiveram a residência do lado de lá, sendo que...”

“E: Ou seja, casa?! A casa delas.”

“T2: Ou o núcleo de atendimento da vítima da zona pode se manter e da casa delas. Houve uma senhora que manteve a casa dela. A residência da casa dela.”

“T1: Outras alteram. Por outras questões... Mas nunca é esta (casa abrigo) a morada delas.”

“T2: A (morada) da casa abrigo nunca é usada para nada... a casa abrigo tem de ter uma localização física. As senhoras não têm esta morada para nada, os tribunais e para outras coisas nessas situações mais específicas, até mesmo na área da educação. Na saúde, mantém-se o médico de família de origem. E aqui temos médicos que fazem atendimento às vítimas e que acedem ao processo apenas.”

“E: Quando são emigrantes é que deve ser mais complicado porque têm de ter médico de família cá...”

“T1: Não, não ficam cá com nenhum médico.”

“T2: Isso foi um problema que cresceu aqui porque o médico atribuía aqui o médico de família e depois começou a ficar com um supranumerário, um grande número de utentes e então eles aqui, o Centro de Saúde da Esgueira articulou e faz o acompanhamento do médico, faz uma atribuição fictícia e atribui um médico para acompanhamento daquela família.”

“E: Enquanto cá estão?”

“T2: Enquanto cá estão. Processualmente, no sistema de saúde, não é mudado.”

“E: E as crianças também não estudam todas na mesma escola...”

“T2: Ou é o agrupamento de escolas de Aveiro ou agrupamento de escolas de Esgueira, são os dois agrupamentos que a gente usa, prontos, conforme também a idade, conforme as vagas, conforme, e às vezes são outros, prontos, e conforme também as circunstâncias. Nos momentos que a gente consiga as vagas, aí não tem sigilo, apenas na morada.”

“T1: Nos serviços, regulamento, ninguém pode divulgar informações, sejam as colaboradoras ou utentes, não podem nem devem divulgar dados nem informações de ninguém que esteja aqui na casa.”

“T2: Ao nível da Segurança Social, também pode ser pedida a confidencialidade de dados.”

Na categoria “Projetos de vida”, as respostas foram:

“T1: Quando se autonomizam da casa, os projetos de vida são variados também, de acordo com cada uma, não é? A grande maioria...

“E: Mas é trabalhado aqui?”

“T1: Tem de ser apoiado aqui. A maioria, a grande maioria pretende conseguir uma habitação, independente do agressor, para si e para os seus filhos. Há algumas que pretendem voltar para as zonas de origem.”

“T2: Porque têm lá uma rede suporte já.”

“T1: Outras preferem, até por razão de segurança e de não terem problemas com o ex agressor, preferem estabelecer-se numa nova zona. E isso, pronto, varia com cada uma das utentes. Portanto, as necessidades delas são sempre conseguir um trabalho, uma habitação para ter uma vida independente com os meus filhos, por norma, exceto naquelas situações em que alguns familiares...”

“T2: E outros até de um acordo com onde surge casa... E até pode alterar completamente, nem é zona de origem, nem é zona daqui, vai ser uma nova zona, o que é mais difícil, mais um outro processo, mas também há...”

“T1: Alguma minoria tem apoio de familiares, mas ainda há alguma que conseguem esse apoio, que se autonomizam por aí, que é muito mais fácil e muito mais rápido para elas quando têm

esse apoio. A maioria não tem esse apoio, não é? E, portanto, um dos grandes desafios para uma mulher que saia de uma relação de violência é depois conseguir a sustentabilidade financeira para si, para os próprios filhos numa habitação que se possa pagar.”

“T1: Isto se for uma mulher que não tem uma rede de apoio familiar que a possa ajudar nestas questões habitacionais, não é? É o grande desafio.”

“E: E garantir também “socialização” da criança com o pai...”

“T1: Isso já é uma outra área, ou seja, é a regulação das responsabilidades parentais, não é?”

“E: Que muitas vezes é o agressor da mãe...”

“T1: Exatamente isso. Aí, já entramos na questão de regularidade das questões parentais... Se dividirmos em grandes áreas as necessidades, na generalidade de todas as mulheres que aqui nos entram, todas as vítimas que aqui nos entram... têm necessidades ao nível legal, não é porque têm que efetuar o processo da queixa-crime, segundo apoio para acompanhamento deste processo, há, pelo menos, as que trazem situação do divórcio que querem efetuar, mas já é uma minoria, uma minoria. Outras trazem muitos processos já de promoção, com alguma frequência, de promoção e proteção relativamente às crianças quando o agressor é o pai, o que é muito frequente.”

“T2: A nova legislação agora obriga a que as forças policiais denunciem a situação, quando há um crime de violência doméstica e há um auto de notícia, tem que comunicar à CPCJ, sim, a nova legislação assim obriga. Portanto, elas normalmente, as crianças, quando é o pai o agressor, vêm com um processo de promoção e proteção e eu até acho que mesmo não sendo o pai deveriam vir...”

“T1: Portanto, há esta necessidade a nível legal, nível jurídico, que elas trazem, nas quais agora estás a falar na regulação das responsabilidades parentais, que é um dos fatores que muitas vezes de grande stress e tensão no quais são os direitos deste despacho que foram agressores das mães destas crianças, não é? E tem de ser efetuada a relação de responsabilidades parentais, normalmente têm direito a visitas que, por norma, inicialmente, são visitas mediadas, não é? E aí a equipa técnica também apoia essa visita no transporte das crianças para o serviço de provisão...”

“T1: Ou em videochamadas para mediar essas, essas decisões, que têm a ver com a relação de responsabilidades parentais. Há um trabalho que tem de ser feito com as crianças nesse

sentido, com as mães das crianças também nesse sentido. E o trabalho legal que também está relacionado com isso.”

“E: Sim, neste caso há sempre duas vítimas, será a mãe e os filhos.”

“T1: Sempre as crianças, são vítimas sempre e atualmente são consideradas vítimas diretas, embora possam ser agredidas diretamente, mas são agredidas psicologicamente sempre.”

“T1: Exatamente, relativamente a essa situação. As crianças compõem os grupos etários, as suas próprias características e a relação familiar que tinham, o suporte familiar que havia ou não havia, têm impactos diferenciados deste processo todo porque passam e até porque têm de deixar a escola de amigos mais velhos, deixar amigos, tudo para trás.”

“T2: E família, deixam tudo para trás, redes de amigos e familiares...”

“T2: Deixam tudo, os espaços, a escola, os seus amigos.

Deixam tudo para trás, não é porque as pessoas, elas não sabem para onde é que vão, não é, onde?”

“T1: Independentemente de tudo, só isto não é fácil.”

Na categoria “Ferramentas na autonomização”, as respostas foram:

“T1: (...) Quando saem daqui elas já levam um conhecimento, uma noção, relativamente a quais são os seus direitos, os seus meios de se proteger, como é que as coisas estão a correr legalmente, como é que correu o processo da queixa-crime. Já tem uma noção de como é que a situação está, se já há medidas aplicadas ao agressor, portanto, já levam a um sentimento de segurança maior, não é? E na maioria, embora não totalmente, porque saem daqui e depois há o agora já estou independente, a viver num sítio independente, posso me voltar a sentir outra vez vulnerável.”

“T2: Sempre, é sempre assim.”

“T1: Isso relativamente à questão de vitimização, normalmente O restabelecimento da relação dos filhos, dos pais em termos de responsabilidades parentais, normalmente, já está organizado e regulado. Há, por norma, e por norma quando saem, já tem de ter um sítio para ir viver. Ou amigos ou familiares. O sítio que arrendaram ou conseguiram a habitação social.

E arrendaram, ou conseguiram arrendar uma habitação fora do arrendamento social. O que é raro, mas já aconteceu. Embora seja raro... A Clarinda depois fala disso, há ainda o apoio por causa da transição novamente escolar das crianças.”

“T2: Normalmente, faço o estabelecimento com nova rede. Não é contacto, com a escola...”

“E: Então há sempre uma ligação com a casa mesmo quando elas saem.”

“T2: Durante algum tempo, sim, durante algum tempo, elas mantêm, não é? Mantém ainda a ligação exatamente por causa até muito da rede e para resolver as questões e com os serviços, porque eu articulo muito com os serviços locais, no sentido de ter apoio social, de ter apoio na nova escola ou na saúde, ainda faço essa ponte, depois autonomizam-se, elas próprias começam a caminhar e desligam-se de nós, pois é, é bonito ver isso, é benéfico. No sentido de ver que elas começam outra vez, não é?”

“E: É, é isso mesmo?”

“T2: Que o comboio delas começou a andar a trabalhar sozinho.”

“T1: Noutras situações, em que elas próprias têm a rede delas constituída já, nem é necessário este trabalho, porque elas estão perfeitamente autónomas e capazes disso, uma vez que voltam para o... para a rede que conhecem, não é? Há sempre apoio familiar.”

“T1: Mas, pronto, aí exigem menos trabalho, menos acompanhamento nosso na saída.”

“T2: Depende sempre um bocadinho de cada uma delas. As competências individuais são muito importantes em cada uma delas, porque, pronto, há umas delas que são mais autónomas. E restabelecem as redes delas e têm conhecimentos e fazem e fazem muito. Fazem quase tudo por eles. Pronto uma outra ligação.”

“T1: O fundo de autonomização apoia um bocadinho, às vezes financeiramente, em termos de suporte alimentar ou arrendamento ou despesas escolares.”

No âmbito do estudo de caso “A intervenção socioeducativa como estratégia na capacitação de vítimas de violência doméstica”, entrevistei as utentes da Casa Abrigo VeraVida.

As categorias-chave abordadas foram: apresentação, vitimização e casa abrigo.

Assim sendo, as subcategorias geradas foram:

- Profissão da utente;
- Tempo na casa;
- Por que meios entrou na casa;
- Dia a dia da utente;
- Relação com o agressor;

- Quando começou a ser agredida;
- Quanto tempo durou a relação;
- Tipo de violência a que foi sujeita;
- Como a ida para a casa abrigo está a ser importante na autonomização;
- Ações/atividades que realizam na casa/instituição;
- Como/quando vai sair da casa;
- Como imagina a vida fora do apoio da instituição;
- Objetivos de vida a curto e longo prazo;
- Como imagina o futuro.

Na primeira categoria, “Profissão da utente”, as respostas foram:

“E: Portanto, qual é que é a sua profissão?”

“Utente B: Neste momento, empregada doméstica...”

“Utente D: É limpezas.”

“Utente G: My profession is a cleaner. I clean offices.”

“Utente I: Eu sou a contabilidade.

E: Contabilidade?

“Utente I: Sim.”

“E: Qual é que era a sua profissão antes de vir para aqui? Qual é que é a sua profissão atual?”

Utente H: Eu cuidava de idosos, não é, na geriatria. Eu cuidava de idosos.”

Na categoria seguinte, “Tempo na casa”, as respostas foram:

“E: Qual é que é o tempo que está na casa atualmente? Dois anos?

Utente B: Dois anos e quatro meses.”

“E: Boa! Há quanto tempo é que já cá está na casa?

Utente D: Desde fevereiro, dia... 6.

E: Portanto, cinco meses, mais ou menos.

Utente D: Sim.”

“E: You clean offices, ok! And how long have you been in the house?

Utente G: I have been in the house... Well... here to one year, eight months or 10 months? No, eight months, eight months. In October, it will be 10 months. Yeah, okay, seven months, almost two Years. Almost two years. Yeah, the time goes quick.”

“E: Certo. E há quanto tempo é que já está na casa? Está há pouco tempo, não é?

Utente I: Quatro anos... quatro meses.

E: Quatro meses, boa.”

“E: (...) E há quanto tempo é que está cá na casa?

Utente H: Eu cheguei dia 13 de fevereiro.

Utente H: Vai fazer quatro meses.”

Na categoria “Por que meios entrou na casa”, as respostas foram:

“E: E por que meios é que chegou, chegou à casa. Qual é que foi o processo até chegar aqui à casa abrigo?

Utente B: Através da... da polícia, não é? Primeiro, na casa de emergência da Figueira da Foz. E depois... aqui. Direta...”

“E: Por que meios é que entrou na casa? Qual é que foi assim o processo até aqui entrar na casa abrigo?

Utente D: Como assim?

E: Qual é que foi? Como é que foi o processo? Entrou primeiro no gabinete de emergência...

Utente D: Sim, foi para o... sim, sim, sim, não nesta casa, não na casa, na casa de emergência. Primeiro fui para o quarto e depois é que fui apresentada.

E: E teve... e teve a... alguma queixa-crime na polícia primeiro?

Utente D: Não, não.

E: Então?

Utente D: Isso foi por parte da GAV.

E: Do Gabinete de Apoio à Vítima, não é?

Utente D: Não, é a GAV.

E: Que é o Gabinete de Apoio à Vítima, é isso?

Utente D: É... sim... Não é tipo a APAV, mas é outra situação, mas é a mesma coisa.”

“E: How did you get into the house? How you? You came?

Utente G: To so here, yes. Oh, when I had called.

E: The police?

Utente G: No. Was it with the police? No, no, it was. I got into the previous house. They take you to a first they emergency shelter and then they bring you to your forever home. So, the person that brought me to my forever home is somebody that I was familiar with. At the previous shelter. So, it wasn't like somebody that you don't know or.”

“E: E quais é que foram os meios para entrada na casa através de polícia, através de algum gabinete de apoio à vítima?

Utente I: Algum gabinete e apoio da polícia e, depois de lá, Segurança Social.

E: Portanto, houve queixa na polícia. Foi isso?

Utente I: Sim.

E: E depois deve ter ido para um gabinete de apoio à vítima.

Utente I: Si e después cheguei a una casa de emergência e depues aqui.”

“E: Claro, 2022 para 2023. Sim, exato (risos). E foi através da APAV que conseguiu chegar até aqui?

Utente H: Primeiro, a tia dele, que era polícia, ela era da polícia, mas estava com uma pré-reforma...

E: PJ, da Polícia Judiciária?

Utente H: Isso, ela começou a desconfiar, e aí ela começou a me perguntar o que estava acontecendo, e eu não falava, depois ela falou: eu conheço a minha irmã e conheço o meu sobrinho, alguma coisa está acontecendo, quando eu te vi, eu vi que você não estava bem desde o início da gravidez...

Utente H: E aí eu peguei e contei para ela, e ela falou: olha, eu vou ligar para a APAV, eu estou em Braga, eu moro em Braga, mas eu vou ligar para a APAV aqui de Braga, vou dar o seu nome e o da menina para eles poderem ficar atentos a qualquer coisa que acontecer, em alerta, você vai ligar e eles vão ir na casa da minha irmã direta e tirar você daí. Eu falei assim: mas se você fizer isso, eu fico com medo, porque, se eles não conseguirem entrar aqui e me tirar, eles podem fazer alguma coisa comigo e com a criança também, com a menina, aí eles falaram que... (bebé chora)

(...) Utente H: É, e ela perguntou quando é que é a consulta da Clarinha e eu falei 19 de janeiro, a consulta dela, no centro de saúde. Ela falou: você vai na consulta e você vai chegar lá e vai contar tudo para o médico de família, e aí foi isso que aconteceu, a maternidade já tinha avisado o médico de família...

Utente H: Eu já tinha uma consulta agendada e eu não tinha ido a essa consulta, que era a consulta pós-parto, e aí eles já ficaram em alerta quando eu cheguei lá, eles já começaram a desconfiar de alguma coisa, a enfermeira também, que já conhecia ele desde pequeno, que era a enfermeira de família dele, começou a desconfiar e começou a fazer algumas perguntas. Eu fui, falei e depois eles chamaram o médico de família, eu contei tudo para ele e ele me colocou numa salinha com a menina e falou comigo: a gente vai chamar a polícia e você vai denunciar, você vai para um abrigo de emergência...

Utente H: Sim... e lá você vai ficar durante 30 dias e lá depois a casa de emergência vai te transferir para um abrigo fixo, longe do pai, para você ficar longe do agressor, você e a menina, e foi isso que aconteceu, eles me transferiram para cá, para Aveiro..."

Na categoria seguinte, "Dia a dia na casa", as respostas foram:

"Utente B: O meu dia é... levantar-me, dar pequeno-almoço à minha filha, sair, trabalhar, voltar... Se tiver de jantar, fazer jantar, se não tiver... resolver as minhas coisas pessoais e..."

"E: E como é que é aqui o seu dia a dia, qual é que é assim..."

Utente D: Assim, antes era uma seca.

Utente D: Oh! Então, maior a parte estava no quarto.

E: Mas saia para trabalhar?

Utente D: Agora, saio para trabalhar... entro as 8 e saio às 5, prontos.”

“E: (...) Ok. And what is your life here? You...”

Utente G: At the moment...

E: You are going to your job.

Utente G: Yes. At the moment... I go to work, I come back, I maybe drink a yogurt, and then I go to... I go to Portuguese classes on three days a week.”

“E: E qual é que é, mais ou menos, o seu dia a dia aqui na casa?

Utente I: Meu dia a dia é: eu me levanto, tomo o meu pequeno-almoço e vou ir trabalhar.”

“E: Exato, qual é que é o seu dia a dia aqui? O que é que faz?

Utente H: Aqui, eu levanto cedo, tomo o pequeno-almoço, depois tem a escala, não é? Eu faço o almoço. Aí, tem as tarefas para gente poder fazer ou lavar a loiça, limpar o refeitório, cozinhar...”

De seguida, na categoria “Relação com o agressor”, as respostas foram:

“E: Boa... e qual é que era a relação com o agressor que tinha?

Utente B: Ok.

E: Na altura da agressão... era o seu companheiro?

Utente B: Sim.”

“E: E qual é que era a relação que tinha com o agressor? Era o seu marido, o seu companheiro?

Utente D: Era meu companheiro já há 25 anos.”

“E: And about your victimization, ok, what is the relationship with the aggressor?

Utente G: My relationship with Seth's father is still ok. We've realized that the...

E: It's your husband.

Utente G: Just no, he's not my husband. But we have known each other for 13 years.

E: 13 years, ok.

Utente G: It's a long time, yes. So, you can basically say he's my husband, you know, and..."

"E: (...) E agora falando sobre a vitimização, qual é que era a sua relação com o agressor, era namorado, companheiro?

Utente I: Era primeiro namorado, três anos depois, ele fala para mim que vinha a Portugal, que Portugal tem oportunidades boas, saúde, boa escola para as meninas. Então, eu fiz caso e vim para Portugal, mas eu não era para venir para Portugal, mas sim para os Estados Unidos."

"E: Qual é que era a relação com o agressor?

Utente H: A gente namorava. É aí um tempo. Foi aí quando eu descobri que estava grávida dela, mas antes de eu descobri, eu já tinha sofrido a primeira agressão. E aí, depois eu saí da casa dele com muito medo (...)."

Na categoria "Quando começou a ser agredida", as respostas foram:

"E: E quando é que começou as agressões? Quando é que começou a ser agredida?

Utente B: Já há algum tempo...

E: Logo no início da relação quando começaram a viver juntos?

Utente B: Mais ou menos no meio da relação... assim, no namoro.

E: No namoro?

Utente B: Hum-hum!

E: E foi quando começaram a viver juntos, ou antes de viverem juntos?

Utente B: Não... Não, foi antes de vivermos juntos."

“E: E quando é que começou? Quando é que começou a ser agredida? Quanto tempo é que foi?

Utente D: 14 anos.

E: 14 anos?

Utente D: Sim.”

“E: And you start being attacked by the... the beginning or just...

Utente G: Was two. There were two situations. One was in South Africa one time, but I got him arrested and he had to go to court. I had to go to court. He was going.

E: I don't know what is the “Court” (risos).

(...)

Utente G: Yeah, Tribunal. Ok, Tribunal. Tribunal. I went to the tribunal. Tribunal and so did he.... And nothing ever again... We don't. We never used to fight too much. Everything was very cool. He came up to Portugal three.

E: And you go together to Portugal.

Utente G: No, this is the problem. He came here first and while he was here, he developed an alcohol problem, right? I guess being lonely, you don't have your family and it's easy. So, he developed an... which I didn't know because I'm not here. It was COVID. I couldn't leave the country, blah, blah, blah, blah, blah.

E: Yes, ok...

Utente G: When we finally were able to come to Portugal. If one of those things, if you can't beat them, join them. So, I would also join in on you know drinking alcohol and maybe even abusing alcohol and that is how the abuse I guess would start (....).”

“E: Certo. E quando é que começou? Começaram as agressões. Já no namoro ou só quando...

Utente I: As agressões começaram dois dias depois de chegar a Portugal.

E: Ou seja, chegaram a Portugal e começaram.

Utente I: Ele (...) me bateu la cara.”

“Utente H: Desde o início, quando eu conheci ele, foi quando sofri a primeira agressão.

E: No namoro ou já viviam juntos?

Utente H: Foi... a gente já vivia junto... foi quando eu fui morar com ele e com a mãe dele. Aí eu sofri a primeira agressão.”

Na categoria “Quanto tempo durou a relação”, as respostas foram:

“E: Hum! Certo...então, foi durante quanto tempo essa relação?

Utente B: Essa relação... um total de sete anos para aí...”

“E: E estiveram juntos quanto tempo?

Utente D: 25.

E: Hum! Muito bem.

Utente D: Foi na altura que a Laura nasceu.

E: E teve esse tempo todo a ser agredida, então...

Utente D: Agredida, não só fisicamente, mas também psicologicamente...

E: E quando é que decidiu terminar com...

Utente D: Foi a Laura...”

“Utente G: Just no, he's not my husband. But we have known each other for 13 years.

E: 13 years, ok.”

“Utente I: Sim, mas las agresiones continuaram um ano e três meses.

E: Um ano, um ano e três meses.”

“E: Portanto, o tempo que foi agredida terá sido nessa desde...

Utente H: Desde o início, quando eu conheci ele, foi quando sofri a primeira agressão.

E: No namoro ou já viviam juntos?

Utente H: Foi, a gente já vivia junto. Foi quando eu fui morar com ele e com a mãe dele. Aí, eu sofri a primeira agressão. Como eu fiquei com muito medo daquilo, eu me virei, arrumei um T1, juntei um dinheiro, arrumei um T1, fui morar sozinha.”

Na categoria “Tipo de violência a que foi sujeita”, as respostas foram:

“E: Então e qual é que foi o tipo de violência a que foi sujeita? A violência psicológica, violência física...

Utente B: Psicológica, física... sim.”

“E: E quais é que foram os tipos de violência a que foi sujeita? Violência psicológica como já disse, violência física?

Utente D: Porradas, Murros, apertos de coiso... empurrões, psicológica, eu não vou dizer aqui...

E: Sim, violência psicológica e várias coisas.

Utente D: Várias coisas... várias coisas...

E: Proibia-a de várias coisas provavelmente.

Utente D: Sim...

E: Não a deixava falar com certas pessoas.

Utente D: Sim e não sair...

E: Não saía de casa... não podia trabalhar...

Utente D: Tinha de estar sempre a telefonar... chamava-me nomes...

Utente D: É... antes, não me podia pintar, agora já me pinto...

E: Boa.

Utente D: Antes não podia vestir alguma roupinha... agora já posso...”

“E: Yes, ok. I can understand and what... what was the type of violence? Just physical, just psychological?

Utente G: Ok, I get what you're saying. It was not psychological. It was physical and...

E: Just physical with alcohol.

Utente G: Just physical...”

“E: E qual é que foi o tipo de violência a que foi sujeita? A violência verbal, violência física apenas?

Utente I: Eu fui física e psicológica.

E: Os dois...

Utente I: Ele gostava de maltratar um cão que nós tínhamos, queimava com... na colea, cigarrinho, nos defendíamos de cão e depois ele queria bate-lhe sobre minha filha, e ele nos pôs Câmara na casa, microfone, eu não pode, posso, podia sair à rua, não podia tener amigos, amigas, não podia... e eu trabalhava e eu tinha que ir embora dos trabalhos porque ficava ele com ciúmes, não, pô, porque falava sempre com ciúmes?

E: Ciúmes, sim.

Utente I: Ciúmes de que eu estava com meus chefes, foi uma situação muito complicada.”

“Utente H: Sim, física, psicológica, e quando eu fui morar com eles, a mãe dele e ele cobravam 300 euros para dormir na casa deles, para morar lá 200 euros de água, luz. E deixavam tomar só um banho por dia, para lavar o cabelo uma vez no mês.

Utente H: É, eu não podia falar com ninguém, porque sempre coloco, eles falavam que como eu era nova, aqui em Portugal, era recém-chegada, ele sempre falava que não podia confiar nos portugueses, que são muito maldosos (...).

Utente H: Proibiu e proibiu sair sozinha a partir desse momento, não saía sozinha, sempre com ela ou com ele. Não podia contar nada que acontecia na casa deles. Eles regravam tudo, até a questão da alimentação e eu comecei com anemia na gravidez, por não fazer uma boa refeição...

(...)

Utente H: Eu engordei seis kg durante a gravidez toda. E, no dia do parto, a mãe dele estava proibida de entrar, porque a maternidade proibiu a mãe dele de entrar, dela de assistir ao parto, ela queria assistir, mas ele não teve jeito porque como ele é o pai...

E: Sim, tinha que ser...

Utente H: Ele foi assistir e chegando lá, no dia do parto, ele queria agredir uma das médicas.

E: Jesus.

Utente H: E tentou me agredir a mim, e eles notificaram tudo. E falou comigo que, se eu não denunciasse ele, a maternidade ia denunciar, porque ele estava colocando a vida da menina em risco.”

Na categoria “Como a ida para a casa abrigo está a ser importante na autonomização”, as respostas foram:

“E: Hum! E como é que sente que a casa abrigo está a ajudar na sua autonomização para a saída da casa para conseguir ter uma vida fora da... do abrigo?

Utente B: Prontos, em termos técnicos, apoiaram... sim.

E: Arranjar emprego e ter outros meios de subsistência...

Utente B: Então, ajudaram-me... a... pronto, durante o tempo que eu estive aqui, ajudaram em termos de emprego e tudo. Pronto, mas agora é, é o reencontro familiar. Eu vou para perto da minha família fazer tudo...

E: E estão a ajudar nessa parte de... familiar, não é?

Utente B: Hum-hum!”

“E: (...) Como é que a vinda para aqui para a casa está a ajudar na sua autonomização, enquanto mulher?

Utente D: Muito melhor...

Utente D: É... antes não me podia pintar, agora já me pinto...

Utente D: Antes, não podia vestir alguma roupinha... agora já posso...”

“E: Just physical the second time. Ok and how going to the shelter is helping with the autonomy? How you think...

Utente G: The shelter... to here.

E: Yeah.

Utente G: When I came to the shelter, I didn't have my work permit. I didn't have residents in this country. My husband was supposed to get that for me, but we broke up in two months and was finished. Jesus Christ. Anyway, what was the question again? How's the help? How's the house helping?

E: With the autonomy, yes...

Utente G: I think. Having duties kind of keeps you busy all the time, you know, so that you don't have an opportunity to really think about or too much about your, your actual circumstances. That's one with regards to everything else they have. Completely helped me. The only thing that they haven't helped me with and that is actually not the house's faults, it's mine. I need to find a permanent help job.

E: A permanent job.

Utente G: Before they can give me a house or find... try to find a house.

E: To you and for your...

Utente G: For me and Seth, but they got me my residency, my Social Security.

E: And help with the Portuguese classes.

Utente G: The Portuguese classes... That's through the “Centro de Emprego”. Yes, with that, everything. Basically everything. I didn't know... everything.”

“E: Muito complicada Sim, sim, estou a ver. Certo, e como é que a vinda para aqui para casa está a ajudar na sua autonomização, sente que está a ser benéfico?

Utente I: Não.

E: Não sente.

Utente I: Eu não sinto la casa, tenho muitas regras e sinto que las regras que tem na casa não nos ajuda, porque nós ficamos com problemas psicológicos e tenemos esse processo de superação de las coisas más. E la casa põe regras, regras que não são, não são boas para nós.

E: Benéficas? Não sente que são benéficas.

Utente I: Não, não, não, porque las são coisas que, por exemplo, é minha filha. Sofria de resistência à insulina. Eu falei às doutoras.

Utente I: La menina Lauren la dois, tiene problemas, falei à doutora. Doutora, la menina não pode comer massa nem isso e não acreditam, falam que é uma brincadeira. Falam que não, que eu tenho de trazer... Eu lhe presenteei a ela um certificado de onde faz las recomendaciones médica da Colômbia e eu não tenho certificado, mas la menina sofre isso. Eu não estou brincando com la saúde des minhas filhas, então põe restrições. E eles falaram uma vez que só deixam as pessoas que são de diferentes religiões, então eu penso que aqui é mais importante as religiões do que a saúde de uma pessoa, sabe?

E: Claro que não.

Utente I: Então há aqui muitas regras sobre a comida, muitas sobras. Eles falam aqui que são donativos que dá o Mercadona e assim, mas eu penso que a comida deve ser calidosa, las meninas têm de comer proteína la hora de almoço. Eu, às vezes, tenho 5 euros ou 10 euros, posso comprar alguma coisa, preparar para minha filha, proteína que es importante.

E: Sim, claro.

Utente I: Isso aqui é que nos desanima e sabes não tenhamos essa oportunidade laboralmente.

E: Sim.

Utente I: Eu vou ao serviço de emprego e, muitas vezes, são capacitações de los direitos e deveres e essas coisas não sabemos, porquê? Porque você está procurando um trabalho, não à procura de perder tempo.

E: Exato.

Utente I: Parece não a capacitações e coisas que nos sirva a nós, mulheres, para poder sair, sabes?

E: Se empoderar.

Utente I: Isso, empoderar, não precisamos coisas grandes nem nada disso, precisamos de uma ajuda para podermos sair.

E: Exato.

Utente I: Eu sinto isso aqui, que nós não tenhamos esse...

E: E nas conversas com a Doutora Emília, não sente que são benéficas?

Utente I: Não, eu sinto que elas falam que sim, que é isto e isto. Sim, eu entendo que elas estão na sua posição e que elas têm de fazer seu trabalho e quem vêm ordens de outra senhora que eu não conheço essa senhora, pero mais devem ser acessíveis com nós, porque nós venemos de una situacion.

Utente I: Situação complicada, sim. Não. Eu estou aqui procurando que esteja pronto la problema judicial e eu poder ir embora. Porque eu sinto que eles, em Portugal, não me brindam a minha segurança nem as minhas filhas porque se esse homem segue procurando-me, ameaças e só me falam: você esta protegida porque está numa casa abrigo.

E: Continua a ter ameaças do agressor?

Utente I: Sim, áudios, ele fez uma página de pornográfica, pôs o meu perfil, pôs o meu cartão, pôs o meu currículo, então não sinto... pôs um vídeo eu dançando com minhas filhas, sinto que a lei não faz nada aqui em Portugal, porque, estão as minhas meninas num site pornográfico...

E: Que horror...

Utente I: Então, eu sinto que aqui la lei a mim não me está ajudando muito, sabe?

E: não está a ser benéfico.

Utente I: Não, não está. Agora fala que porque eu ou as meninas, mi caso, que estou numa casa de abrigo, estou protegida, mentira, menina, porque, se eu saio agora à rua, ele pode seguir-me ou pode pagar a alguma pessoa para que faça...

E: Ele está em que cidade cá em Portugal?

Utente I: Que, ele? Ele está em Portimão, mas ele tem dinheiro, ele conhece seu país.

E: Não, ele não consegue chegar aqui.

Utente I: Ele hackeou meu correio, tem todas as informações.

Utente I: É complicado... Eu sinto que não tenho ferramentas, não tenho como que valor para a polícia, internacionalmente uma pessoa que põe uma imagem de meninos numa página pornográfica...

E: Isso deve estar a ser seguido pela polícia... imagino eu, deve estar a ser investigado para...

Utente I: Lo tribunal?

E: Sim, para o tribunal, para cumprirem as medidas certas.

Utente I: Mas isso é um processo muito, largo, longo.

E: É um processo muito longo, sim.

Utente I: Eu penso isso, que deveriam dar prioridade a mulheres e crianças porque...

E: Deveria ser assim, mas, infelizmente, não é...

Utente I: É isso, para mim, eu não sinto... eu sinto que estou agradecida, que tenho um teto, tenho onde dormir, que agora não posso ir a Colômbia ir ver os meus pais e meus amigos, ouça estou aqui sozinha porque já me ameaçou e sinto medo que me faça alguma coisa ou com as minhas filhas... pode fazer ele ou pode pagar a outra pessoa, sinto que...

E: Não está segura...

Utente I: Não, não estou segura."

"E: (...) E depois chegou aqui à casa, qual é que foi a grande diferença que notou?

Utente H: A principal diferença é que aqui é tudo mais calmo, não tem uma pressão tão psicológica, aqui não tem isso, é... eu consigo criar ela e ela não está naquele ambiente pesado, carregado, sabe? Quando eu cheguei, confesso que eu chorava muito, mas era pela situação que eu estava vivendo, e aquele pensamento será que eu vou conseguir criar a minha filha, será que eu vou conseguir dar um futuro melhor para a minha filha, eu tinha esse pensamento, mas com a ajuda das doutoras, das técnicas e também das outras senhoras aqui da casa...

E: Conseguiram ultrapassar...

Utente H: Sim, ultrapassar.

E: Então e como é que a casa está a ajudar na sua autonomização para sair daqui um dia, como é que acha que está a ser, está a ser benéfico para si a casa?

Utente H: Ainda não, porque eu ainda não consegui... só em setembro que é quando ela vai para a creche, na creche eu já tenho, a casa já me tratou do negócio da creche e também tratou do abono de família dela, tudo isso foi tratado pela casa, mas em questão de trabalho, só depois de setembro, vou colocar ela na creche e eu aí já vou poder conseguir correr atrás de trabalhos, de emprego, já vou poder começar a trabalhar e buscar a minha independência...

E: E a nível psicológico, a nível social, o que é que acha que a casa está a fazer por si para conseguir sair daqui mais forte, com mais ferramentas para ultrapassar a vida lá fora sem ajudas aqui da casa?

Utente H: Oh! A doutora Emília, que é a psicóloga, ela senta para conversar com a gente, passa muita força, sabe, passa muita força para a gente, fala como tem que ser forte para poder dar uma boa criação para ela...

E: E até para o seu próprio, autonomia, sozinha sem a sua filha, não é? Para criar a sua filha tem que você estar bem, é ou não é?

Utente H: Hum!"

Na categoria "Ações/atividades que realizam na casa/instituição", as respostas foram:

"E: Certo.... E quais é que são assim... as ações que realizaram aqui na casa ... que sente que foram mais essenciais na sua autonomização?

Utente B: Quais são?

E: As ações que realizam aqui na casa que sente que foram essenciais para a sua...

Utente B: Foi o processo da minha filha, teve o apoio da Dra. Clarinda, ajuda técnica, da escola...

E: Ingressar aqui a sua filha na escola... se calhar.

Utente B: Hum-hum!"

“E: É claro, tem que se empoderar, tem que se... tem que se valorizar a sua autoestima neste caso, não é?

Utente D: Acho que nós devíamos fazer isso...

E: Sim e faz... e acho que faz muito bem, sem dúvida... e sente que, por exemplo, a Doutora Emília, com as conversas que tem convosco, sente que são boas para si, para melhorar a nível psicológico?

Utente D: O que eu tenho para falar com elas? Falo num dia, elas, não é? Elas não falam que eu tenho... que eu deva fazer, não é? Orientam, não é? (risos)

E: (Risos) Orientam, sim... sim. Dão orientações.

Utente D: Sim, são orientações... As regras são obrigatórias...

E: E sente que o trabalho também está a ajudar?

Utente D: Sim, sim...”

“E: Ok, it’s good. Ah and the activities, at the shelter, what is the activities you make here?

Utente G: Ah, the activities, is only around cleaning, ok, so...

E: And you have conversations with Dra. Emília, and Clarinda, right?

Utente G: Oh, yes, sometimes light, sometimes is about something that’s serious, you know, sometimes... before, when I was drinking, I used to fight with them, but now obviously not... yeah, but now I have a good relationship with the “doutoras”, they are always open to interrupting, if you have something to tell them or something to change.

E: It’s open to that.

Utente G: Yes, very open and they keep you updated about what’s happening your lawyer, you know, because the lawyer not contact me personal...

E: Contact the “doutoras”.

Utente G: Them, yes, and also with my psychologist, my psychiatrist...

E: And you have psychologist?

Utente G: I do have psychologist, yes.

E: It's very good.

Utente G: Yes, I do.”

“E: E quais é que são as ações que realizam aqui na casa que sente que realmente são benéficas, nenhuma, alguma?

Utente I: As meninas que convivem comigo, o que falam as meninas, nos damos apoio moral, a doutora Emília trata de falar com nós, mas verdade falta...

E: Ajudou com os processos das meninas...

Utente I: Sim, com a escola das meninas, processo jurídico, falta a saúde da minha filha, a residência das minhas filhas já venceu...

E: Ainda não foi tratado...

Utente I: Não, não foi tratado...”

“E: Ok e é isso, e quais é que são assim as atividades, assim aas ações que realizam aqui na casa que sente que são mais benéficas para si.

Utente H: Eu, quais são as atividades?

E: Atividades, ações, quais são assim os pontos-chave?

Utente H: Eu acho que são as tarefas, porque essas tarefas faz a gente sair um pouco do quarto...

E: As tarefas domésticas?

Utente H: É, faz a gente conviver com as outras utentes também, e a gente não fica pensando nas coisas que a gente passou, a gente passa o dia com aquilo e agente não fica pensando muita coisa.

E: E até se calhar as conversas que a Dra. Emília tem convosco também.

Utente H: Sim, na hora do almoço, ela almoça com a gente, conversa sobre tudo, a gente não tem o não pode conversar, a gente conversa sobre tudo, do nosso interesse ou do interesse delas também.”

Nas categorias “Como/quando vai sair da casa”, “Como imagina a vida fora do apoio da instituição”, “Objetivos de vida a curto e longo prazo”, “Como imagina o futuro”, as respostas foram:

“E: Certo... E vai sair então agora da casa, não é? É como é que imagina agora a vida fora do apoio da instituição?

Utente B: Hum!

E: Acha que vai ser, vai ser melhor, que vai ser adaptativo?

Utente B: Claro que vai ser melhor... vai ser melhor porque, pronto, é o nosso espaço, não é? É a nossa privacidade, não é? Estabilidade...

E: Se calhar, vai ter o apoio da família...

Utente B: É a estabilidade para a minha filha, é o apoio familiar, é... tudo.”

“E: Certo... E quais é que são os objetivos de vida que tem, assim mais... portanto... a longo prazo?

Utente B: Pretendo terminar ou ingressar o meu curso ou uma nova área profissional.

E: No curso profissional ou seguir a universidade?

Utente B: Não. Ainda estou indecisa em terminar o meu curso na... na faculdade que eu também já...

E: qual é que era o curso da faculdade que estava?

Utente B: Era Ciência Política e Relações Internacionais... (...).

E: E é isso, então, que se pretende terminar o curso e começar, se calhar, uma nova profissão...

Utente B: Hum-hum!

Utente B: Sim, eu vejo muitas oportunidades pela frente, tanto para mim como para ela.”

“E: Sim, mas quando... quando pensa em sair daqui da casa abrigo, como é que pensa que vai estar nessa situação?

Utente D: Eu espero que esteja melhor, não é? Que tenha uma casa para mim e para a minha filha, e tenha bom, bom trabalho, bom trabalho, bom...

E: Salário...

Utente D: Sim... salário.

E: Salário ao fim do mês e conseguir pagar as suas contas para conseguir sair daqui, não é?

Utente D: Sim... sim.”

“E: E como é que imagina... e como é que imagina a vida fora daqui, do apoio da instituição? Imagina que são vários desafios? Imagina que é melhor?

Utente D: Nem é o desafio. Para mim, não vai ser um desafio porque eu lá em baixo, no Algarve, onde é que estava... Eu tinha um desafio todos os dias, eu é que fazia as coisas lá em casa, percebe?

E: Hum! Sim.

Utente D: A situação não é muito diferente.

E: E pretende continuar por aqui ou pretende ir para ao pé da sua família?

Utente D: Em princípio, por enquanto, é por aqui...

E: Por aqui, não é?

Utente D: Sim.

E: Imagina, então, que vai continuar a trabalhar, continuar a pagar as suas coisas, não é?

Utente D: Sim...”

“E: E qual é... qual é que é assim o seu objetivo de vida que tem a longo prazo?

Utente D: Livre.

E: Ser livre, não é? (risos) E provavelmente conseguir ser com a sua filha...

Utente D: A filhota só quando tiver 18 anos é que ela vai conseguir ser feliz (risos). Mas eu tenho de fazer as minhas coisas também.”

“E: And how and when you will leave the shelter? When you think happen?

Utente G: How and when, I don’t know, because I...

E: When you have a job permanent?

Utente G: After I have a permanent job and after they have a arrange a fourth double housing, I just for the housing that I able to pay this is kind of arrange, a single salary, no away...

E: Yes, it’s very...

Utente G: Yeah, so one segment it’s a permanent job, eligible for to rent a house, that’s my pursuit, for now I don’t know, it could be in 6 months or 1 year.

E: Yes, it’s difficult.

Utente G: It is what it is.”

“E: And how do you imagine the life outside the shelter, it’s easier, it’s more difficult?

Utente G: It’s definitely easier, you are not, you know, the shelter is all very good, but they have to almost people like they are children, you have got to duties, you are told to do that, to conform, as you know, it’s like, respect the person’s situation, so I feel like back in the school here.

E: (Risos)

Utente G: Yeah, and it’s ok.

E: Yes...

Utente G: You get into quickly and it’s not so I guess living would be like I was before so I’m not afraid of been on my own...

E: And you will stay here in Portugal or in...

Utente G: I’ll stay in Portugal, I’m not sure if I want to stay in Aveiro, Aveiro is very small.

E: (Risos).

Utente G: But I will stay in Portugal (risos).

Utente G: Yeah, Porto, Lisboa, a little bit more like.”

“E: Yes... and what is a long-term life goals you have?

Utente G: In terms of being here, in the house? Or in general?

E: Uhm, yes, in general, yes (...).

Utente G: It's more opportunities I would like get a job like that also payable... I would... I'm doing something that I enjoy...

E: Yes, it's very good.

Utente G: Yeah, long-term plan I would like to have my own travel agency, I know I had before, you see, and right now, I have an basically have it again, I'm gonna website, got a bank account, everything until I'm really focus on it, you know, and then, but anyway.

E: Yes, it's your plans.

Utente G: But we don't know what's happen, it's just my plans, what happens it happens, I'm not gonna stress myself out.

E: Yes, and your mental health it's the very important.

Utente G: That's the one thing that I just realise, yes.

E: (Risos) yes.

Utente G: My mental health is the definitely important.

E: It's the most important.

Utente_G: Yes.”

“E: And how do you imagine the future out here?

Utente G: Out of here?

E: Yes, out of here.

Utente G: I just imagine...

E: Good things, bad things...

Utente G: I think the better things it would be pay things for things (risos) you know.

E: Yes, to do the two things.

Utente G: Everything it will be, actually everything it's a bad thing a... I don't imagine everything else is good, you know I also miss a big surround, I think people I never been in that situation where I've been surrounded my people and under people basically take care of you, so it feels good, to be taken care of, but you also as a mother, as a human being, as an adult, you want to be autonomous, so it's your goals, that is the good thing and the bad things."

"E: Pensa então que quando sair aqui da casa para ir para os Estados Unidos como disse...

Utente I: Não, eu vou para um outro país, Estados Unidos já não porque o processo que estava fazendo da Colômbia já cancelei para poder vir embora para Portugal, e isso é difícil, eu reservo o país que eu vou para mi seguridad e das minhas filhas. Porque...

E: Certo. E será quando tiver a questão jurídica resolvida e a questão...

Utente I: Sim, eu vou embora."

"E: Como imagina o futuro?

Utente I: Eu imagino o futuro lutando, lutando, mais tranquila, mais consciente que isto é algo temporário que você aqui da experiência de momento eu preciso de minha independência e das minhas filhas para poder tener esta libertad que você faz sua comida suas coisas e que não está...

E: E que não está restringida a regras...

Utente I: Sim, isso.

E: Como aqui em casa...

Utente I: Isso."

“E: E como é que, quais é que são assim os objetivos que tem de vida a longo prazo?

Utente I: Eu quero estudar... primeiro, estabelecer-me com minhas filhas e tener...

E: A nível de habitação?

Utente I: Sim, alugar habitação, e depois estudar, trabalho, quero estudar cozinha.

E: Cozinha? Quer seguir cozinha?

Utente I: Sim.”

“E: E aqui como e quando vai sair da casa, já percebi que será quando tiver autonomia do emprego, não é? E quando conseguir arranjar alguma casa para si, exato é isso...

Utente H: Eu não sei se é fácil ou não, não sei (...). Ainda por cima com a bebé torna tudo mais difícil.”

“E: Estava-me a dizer, então como é que imagina a vida fora da do apoio da instituição? Estava a dizer que tinha medo, não é? Ainda tem receio?

Utente H: É porque é assim, eu não tinha parado para pensar nisso, ainda mais igual aos outros utentes falaram comigo: Ah! Como é que a gente vai criar uma criança sozinha numa casa? Se você passar mal, quem vai te ajudar com ele e quem vai te socorrer? E aí eu fico... Isso me veio no pensamento. Eu fiquei pensando, falei: gente, é verdade, sem querendo ou não, é verdade, sabe? Muito difícil. E aí a ideia que eu tinha era trazer minha mãe do Brasil para cá, que era uma pessoa que, que tem possibilidades me ajudar.

E: Certo. Aqui será então, o apoio do da mãe que vai, que vai tentar ajudá-la aqui no apoio enquanto a bebé é pequenina, claro.

Utente H: Se eu conseguir trazer ela e se o pai da menina não me chatear muito, porque se ele me chatear muito, eu vou para o Brasil, que pelo menos eu tenho segurança. Eu sei que ele não poder fazer nada comigo lá.

E: Pois, mas, entretanto, eles já não têm ligação consigo, ou ainda acha que...

Utente H: Não, a gente não tem qualquer tipo de ligação comigo, mas eu não duvido porque ele é capaz de qualquer coisa, ele é capaz de qualquer coisa, então... Ele e a mãe dele, não é? A mãe lhe dá força para ele fazer muitas coisas, então eu não duvido, não duvido de nada.”

“E: Certo, e quais é que são os seus objetivos de vida a curto e a longo prazo que tem?

Utente H: Não entendi.

E: Os objetivos que tem de vida a curto e a longo prazo.

Utente H: Objetivo que eu tenho agora é acabar de fazer a minha... Eu sou enfermeira no Brasil, e aqui eu queria fazer mais um ano e meio, sabe? Para poder...

E: Para ter formação aqui.

Utente H: Para poder conseguir trabalhar em algum hospital e isso se tudo der certo, se o pai dela não...

(...)

Utente H: O 12.º já tenho reconhecido por aqui, porque eu trouxe ele apostilado e autenticado. Aí, eu só estou esperando agora meu diploma lá do Brasil. Vir apostilado.

E: Para fazer em correspondência com o de cá, supostamente, não?

Utente H: Sim, sim.

E: Muito bem e a longo prazo, qual é que será assim o maior futuro que vê? O maior objetivo de vida basicamente.

Utente H: Ah, é o futuro da minha filha! E eu trabalhando com e eu conseguindo. Através do trabalho e tendo força, também eu conseguir lhe dar tudo o que eu nunca tive, para ela, o meu sonho é esse, dar uma boa criação e ensinar o caminho certo, porque eu acho que a gente não precisa de luxo, não precisa de roupa cara, calçado caro, nada disso... A gente precisa de formação de caráter, sabe? E é isso que, hoje em dia, todo pai e toda mãe tem que pensar ainda há pelo seu filho uma formação de caráter, porque eu acho que é o essencial. Tendo isso tem tudo.”